UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

ANDREA CARLA APPROBATO DO ESPÍRITO SANTO

**O impacto do novo acordo de capitais da Basileia no sistema bancário
do Brasil e Argentina**

São Paulo
2009

ANDREA CARLA APPROBATO DO ESPÍRITO SANTO

**O impacto do novo acordo de capitais da Basiléia no sistema bancário
do Brasil e Argentina**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Integração da América Latina da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutor em Integração da
América Latina.

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Amaury Patrick Gremaud.

São Paulo
2009

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Espírito Santo, Andrea Carla Approbato do
O impacto do novo acordo de capitais da Basiléia no sistema bancário do Brasil e Argentina / Andréa Carla Approbato do Espírito Santo; orientador Amaury Patrick Gremaud. -- São Paulo, 2009.
204 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Área de concentração: Práticas Políticas e Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo.

1.Basiléia II. 2.Bancos. 3.Sistema financeiro. 4.Integração Econômica. 5.Mercosul. I. Gremaud, Amaury Patrick. II. Título.

CDD 332.042
332.42

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Espírito Santo, Andrea Carla Approbato do

Título: O impacto do novo acordo de capitais da Basileia no sistema bancário do Brasil e Argentina.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Integração da América Latina.

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Amaury Patrick Gremaud.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Kleber, com amor e admiração, por sua compreensão, presença e apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

À memória de meu pai Rubens Approbato, a quem atribuo a co-responsabilidade por eu ter chegado até aqui.

À minha mãe Teresa, pelo apoio e incentivo incondicional à educação de seus filhos ao longo de toda sua vida.

Aos meus irmãos Rodrigo e Regis, pela vida que compartilhamos juntos.

Aos meus sogros, Cláudio e Elisa.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Amaury Patrick Gremaud, mestre de longa data, pela atenção e apoio durante o processo de orientação.

Aos Professores Dr. Rudinei Toneto Júnior da FEARP/USP e Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho da PUC/SP pelas observações durante o exame de qualificação.

Aos Professores Dra. Araminta de Azevedo Mercadante (*in memoriam*) e Dr. Umberto Celli Júnior da Faculdade de Direito (FD/USP); Dr. Márcio Bobik Braga da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP/USP) e Dr. Leonel Itaussu Almeida Mello da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) pelas incríveis aulas durante o ano de 2006 que inspiraram a pensar na redescoberta da integração para o desenvolvimento latino-americano.

Ao Chefe Adjunto do Departamento de Supervisão de Bancos do Banco Central do Brasil Carlos Donizeti Macedo Maia, pela indicação de bibliografia e por me apresentar a Cristina Pailhé do Banco Central da República Argentina (BCRA).

À Cristina Pailhé, Gerente de *Investigación y Planificación Normativa, Subgerencia General de Normas* do BCRA pela indicação de bibliografia e pelos comentários sobre implementação de Basiléia II na Argentina.

À Professora Jorgelina Tallei, minha referência das aulas de espanhol no Instituto Cervantes de São Paulo, pela revisão do resumo da tese.

Esta tese é o resultado final de reflexões que se iniciaram durante minha participação em grupo de trabalho sobre implementação de Basiléia II na Diretoria Internacional do Banco do

Brasil S.A. (BB) nos anos de 2005 e 2006 e se aprofundaram durante o Doutorado e durante minha atuação como assessora responsável pelo relacionamento com Instituições Financeiras Latino-Americanas e Organismos Internacionais atendidos pelo Banco do Brasil S.A. Desta forma, contribuiu sobremaneira o suporte institucional do Banco do Brasil S.A. através de seu programa UniBB de Pós-graduação, modalidade bolsista, pela concessão de recursos para compra de livros e afastamento para conclusão da tese. Neste sentido, gostaria de agradecer:

Aos administradores da Diretoria Internacional do Banco do Brasil S.A., especialmente seu Diretor atual Admilson Monteiro Garcia, o Diretor anterior Sandro Kohler Marcondes, à Gerente Executiva Fernanda Peres Arraes e o Gerente da Divisão de Negócios com Instituições Financeiras, Márcio Takeda.

Ao administrador do Banco do Brasil S.A. na América Latina, Wallace Gomes da Silva, pelas conversas sobre a realidade do sistema financeiro local.

Ao Gerente Executivo Alexandre Carneiro Cerqueira, durante seu mandato na Diretoria de Gestão de Riscos do Banco do Brasil S.A, pela indicação de bibliografia e pelo aprendizado proporcionado nas ações iniciais desenvolvidas pelos grupos de trabalho do BB sobre Basiléia II no período 2005-2006.

Aos amigos da Divisão de Negócios com Instituições Financeiras e Organismos Internacionais do Banco do Brasil S.A. pelo convívio e a troca de experiências e conhecimentos.

A toda minha família em Ribeirão Preto, São Paulo, Aracaju e agora *Los Angeles* pelos momentos de convivência e apoio.

RESUMO

Espírito Santo, A. C. A. **O impacto do novo acordo de capitais da Basiléia no sistema bancário do Brasil e Argentina.** 2009. 204f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

A presente tese tem por objetivo desenvolver um estudo comparativo entre Brasil e Argentina no que se refere à implementação do Novo Acordo de Capitais da Basiléia publicado em 2004. Nesse sentido as legislações divulgadas pelos dois países sobre o tema foram analisadas. A metodologia utilizou documentos oficiais que tratam do tema da Basiléia e da integração financeira no âmbito do MERCOSUL. Adicionalmente foi utilizado o *software* estatístico SPSS para geração de demonstrativos gráficos do índice de Basiléia das instituições financeiras nos dois países. A tese constata que a implementação de Basiléia II foi importante para a discussão regulatória no âmbito do sistema financeiro dos países, mas não foi suficiente por conter a crise em curso. As exigências de adequação de capital encontradas em Basiléia II e na legislação de cada país podem contribuir para aumentar a solidez e estabilidade das instituições financeiras nos dois países, desde que sempre acompanhadas de supervisão constante e intervenção estatal nos momentos de crise.

A tese também constata a existência de iniciativas de harmonização regulatória do setor financeiro no âmbito do MERCOSUL e neste sentido a implementação das diretrizes do Novo Acordo poderá interferir positivamente num processo futuro de integração financeira.

Palavras-Chave: Basiléia II. Bancos. Sistema Financeiro. Integração Econômica. MERCOSUL.

ABSTRACT

Espírito Santo, A. C. A. **The impact of new Basel capital accord on Argentina and Brazil banking systems.** 2009. 204f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

The present thesis develops a comparative study between Brazil and Argentina regarding the implementation of the New Basel Capital Accord published in 2004. In this sense, publications aiming this subject were analyzed for both countries. Official documents dealing with Basel as well as financial integration in MERCOSUL were used. In addition, measurements of Basel index for financial institutions of both countries were obtained and compared. Results evidence that, although Basel II implementation was important for financial system's regulation, it was not responsible to restrain ongoing crisis. Capital requirements found in Basel II and legislation of each country can contribute to increase financial institutions' stability and must be followed by constant supervision and state intervention at moments of crisis. Results also evidence regulatory harmonization initiatives of financial sector in the scope of MERCOSUL, and in this sense the implementation of the New Accord, will be able to intervene positively with a future process of financial integration.

Keywords: Basel II, Banks. Financial System. Economic Integration, MERCOSUL.

RESUMEN

Espírito Santo, A. C. A. 2009. **El impacto del nuevo acuerdo de capitales de Basilea en los sistemas financieros de Brasil y Argentina.** 204f. Tesis (Doctorado) – Programa de Pos-Graduación en Integración de América Latina – PROLAM, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2009.

La presente tesis persigue como objetivo desarrollar un estudio comparado entre Brasil y Argentina en lo referente a la implementación del Nuevo Acuerdo de Capitales de Basilea, que se ha publicado en 2004. En ese sentido, son analizadas las legislaciones locales de Brasil y Argentina. La metodología utilizada ha sido: documentos oficiales que tratan del tema de Basilea y de la integración financiera en el ámbito del MERCOSUR. Además ha sido utilizado el software estadístico SPSS en la análisis de los datos comparados entre las instituciones financieras de los países. La tesis constata que la implementación de Basilea II fue importante para la discusión regulatoria en el ámbito de los sistemas financieros de los países, pero de forma aislada no fue responsable de la crisis en curso. Las exigencias de adecuación de capital encontradas en Basilea II y en la legislación de cada país contribuyen a aumentar la solidez y la estabilidad de las instituciones financieras en los dos países siempre y cuando se acompañen de supervisión constante y de intervención estatal en los momentos de crisis. La tesis también constata que la existencia de iniciativas armónicas en lo referente a la regulación del sector financiero en el ámbito del MERCOSUR y en ese sentido la implementación de las directrices del Nuevo Acuerdo podrá interferir de manera positiva en un proceso futuro de integración financiera.

Palabras-clave: Basilea II. Bancos. Sistema Financiero. Integración Econômica. MERCOSUR.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Securitização/PIB (%) – Comparação Internacional. Dados de 2006.....	55
Gráfico 2 - Relação crédito/PIB (%) - Comparação Internacional.	64
Gráfico 3 - Reservas Internacionais e PIB – Argentina.....	101
Gráfico 4- Relação crédito ao setor privado. (% do PIB) – Argentina.....	103
Gráfico 5 - Índice de Basileia (em %). Segmentação por controle Brasil.....	124
Gráfico 6 - Alavancagem. Segmentação por porte e controle Brasil.....	125
Gráfico 7 - Bancos Brasileiros: Créditos em atraso e provisões.....	128
Gráfico 8 - Índice de Basileia – Argentina (em %)......	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Impacto da crise <i>subprime</i> nas instituições financeiras dos Estados Unidos.....	57
Quadro 2 - Cronograma de implementação de Basiléia II no Brasil – Comunicado 12.746..	87
Quadro 3 - Normatização Basiléia II no Brasil.....	92
Quadro 4 - Instituições do sistema financeiro da Argentina, dezembro de 2003-2007.....	105
Quadro 5 - Prazo médio das operações de crédito (meses). Brasil.....	127
Quadro 6 - Índice de Basiléia. Bancos Brasileiros. Abril de 2008 e Abril de 2007. Classificação por Ativos.....	129
Quadro 7 - Índice de Basiléia. Bancos Brasileiros. Abril de 2008 e Abril de 2007. Segmentação por Grupo de Ativos.....	130
Quadro 8 - Índice de Basiléia Brasil e Argentina (em %).	133
Quadro 9 - Provisões sobre crédito em atraso % - Brasil e Argentina.....	133
Quadro 10 - Créditos em atraso sobre carteira total % - Brasil e Argentina.....	133
Quadro 11 - Retorno sobre Patrimônio Líquido % a.a. - Brasil e Argentina.....	133
Quadro 12 - Índice de Basiléia. Bancos do Brasil e Argentina. 2006, 2007 e 2008.....	137
Quadro 13 - Índice de Basiléia. Média. Bancos do Brasil e Argentina. 2006, 2007 e 2008..	137
Quadro 14 - Sentido da Variação IB. Bancos do Brasil e Argentina. 2007/2008.....	138
Quadro 15 - Apêndice A - Abordagem Pilar I – Exigência de Capital.....	167
Quadro 16 - Apêndice A - Abordagem Pilar I – Cálculo de Requerimento de Capital para Risco Operacional – Método Padronizado.....	175

SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
BCBS	<i>Basel Committee on Banking Supervisor</i> -Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia
BCRA	Banco Central da República Argentina
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIS	<i>Bank for International Settlements</i> - Banco de Compensações Internacionais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCR	Convênio de Créditos Recíprocos
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão para América Latina e Caribe
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FMI	Fundo Monetário Internacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SML	Sistema de Pagamentos em Moeda Local

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS DA REGULAÇÃO E O NOVO ACORDO DE CAPITAIS DA BASILÉIA.....	26
1.1 Finalidade da regulação financeira: aspectos teóricos.....	27
1.2 Aspectos da regulação financeira no Brasil e a regulação pretendida pelo novo acordo de capitais da Basiléia.....	36
1.3 A atual crise financeira internacional e o debate regulação <i>versus</i> crises financeiras....	48
CAPÍTULO II – PERSPECTIVAS FACE À IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ACORDO DE CAPITAIS DA BASILÉIA NO SISTEMA FINANCEIRO LATINO-AMERICANO.....	60
2.1 Contexto financeiro da América Latina.....	61
2.2 O novo acordo no contexto dos sistemas financeiros latino-americanos.....	70
2.3 Principais impactos, críticas e desafios à implementação de Basiléia II na América Latina.....	71
CAPÍTULO III – O DEBATE SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE BASILÉIA II NO BRASIL E ARGENTINA E SEU REFLEXO NO MERCOSUL.....	83
3.1 O debate sobre implementação de Basiléia II no Brasil e apresentação de Estudo de Caso.....	84
3.2 O debate sobre implementação de Basiléia II na Argentina.....	99
3.3 A evolução da integração financeira no MERCOSUL – o tema da harmonização de normas à luz de Basiléia II.....	113
CAPÍTULO IV – IMPACTO DO NOVO ACORDO DE CAPITAIS DA BASILÉIA NO SISTEMA BANCÁRIO DO BRASIL E ARGENTINA.....	123
4.1 Impacto da adoção do índice de Basiléia no sistema bancário do Brasil.....	124
4.2 Impacto da adoção do índice de Basiléia no sistema bancário da Argentina.....	131
4.3 Análise comparativa do índice de Basiléia no sistema bancário do Brasil e Argentina....	135
CONCLUSÕES.....	140
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICES.....	165
APÊNDICE A - Aspectos técnicos dos Pilares I, II e III.....	166
APÊNDICE B - Propostas de Audiências Públicas.....	182
APÊNDICE C - Principais Circulares divulgadas pelo BACEN sobre Basiléia II.....	184

ANEXOS.....	186
ANEXO A - Comunicado 12.746 do Banco Central do Brasil.....	187
ANEXO B - Comunicado 16.137 do Banco Central do Brasil.....	190
ANEXO C - <i>Hoja de ruta para la implementación de Basilea II - Banco Central de la República Argentina</i>	192
ANEXO D - Decisão MERCOSUL/CMC n.º 10/93.....	194
ANEXO E - Resolução MERCOSUL/GMC. n.º 51/93.....	195
ANEXO F - Decisão MERCOSUL/CMC/ n.º. 12/94.....	196
ANEXO G - Resolução MERCOSUL/GMC n.º 1/96.....	197
ANEXO H - Decisão MERCOSUL/CMC n.º. 9/98.....	198
ANEXO I - Resolução MERCOSUL/GMC/ n.º. 20/01.....	199
ANEXO J - Quadro Comparativo de Normas – Brasil e Argentina.....	200
ANEXO K - Programa de Trabalho 2008-2009 SGT n.º 4 MERCOSUL.....	203

INTRODUÇÃO

As mudanças decorrentes das transformações nas comunicações e transportes dos últimos cinquenta anos ampliaram as oportunidades de mercado e com isso a formação dos blocos regionais de comércio para facilitar as transações econômicas internacionais e como um novo motor de desenvolvimento regional. Sob esta perspectiva, a formação dos blocos de comércio regional é o resultado prático encontrado pelos países para os denominados desafios da globalização.

O processo de integração, que pode ocorrer após a formação dos blocos, é uma tendência importante na economia mundial, que se reestruturou com o fim da guerra fria e conta hoje com novos contornos. Quase todos os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) pertencem a algum tipo de Arranjo Comercial Regional.

As forças propulsoras por trás desse fenômeno são numerosas, e diante disso destaco duas categorias principais: o fator geopolítico, que se reflete no equilíbrio de poder entre as nações e o fator econômico, que se manifesta na defesa contra a globalização e o medo de exclusão do mercado mundial. A partir daí há grande interesse em que as implicações econômicas dos processos de integração possam aumentar o bem-estar da população.

A necessidade de novos esquemas de inserção na economia global, através da abertura econômica, ampliação de mercados, captação de investimentos, tecnologias, financiamentos e aprofundamento da integração passou a ser irreversível.

A idéia da integração como uma necessidade e instrumento para o desenvolvimento econômico e social tornou-se mais atraente para os países latino-americanos através das recomendações da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) a partir da década de 1950.

Até a década de 1970 e início da década de 1980 os blocos econômicos estavam estagnados em todo mundo. O processo integracionista latino-americano retomou impulso

somente na década de 1980 inicialmente com a aproximação entre Argentina e Brasil. A partir da década de 1990 novos impulsos foram dados aos processos de integração na América Latina. Como exemplo, o Tratado Constitutivo do MERCOSUL completa seus dezoito anos com novos contornos delineados, com a entrada como membros associados da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

No programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), as relações internacionais no MERCOSUL são analisadas sob diferentes enfoques incluindo a reestruturação bancária e o setor financeiro.

Neste sentido um tema importante a ser discutido sobre a integração proposta pelo MERCOSUL se dá no momento em que o processo integrativo passa a afetar os serviços financeiros dos países signatários.

No âmbito do MERCOSUL, em 1998 os quatro países membros firmaram o Acordo de Serviços do MERCOSUL e seu Anexo sobre Serviços Financeiros. Esse acordo pode apresentar oportunidades de atuação regional para as instituições financeiras.

Atualmente a indústria financeira mundial está em processo de internacionalização e consolidação, facilitados por mecanismos de liberalização financeira previstos nos acordos de livre comércio. Neste sentido, um dos aspectos pesquisados na formação de blocos econômicos é o seu impacto na indústria bancária.

A consolidação dos blocos pode afetar a dinâmica competitiva das indústrias bancárias nacionais. O aumento do fluxo internacional de comércio e capitais exigirá das instituições financeiras a ampliação de seu escopo de atuação tanto geograficamente quanto dos serviços prestados. Essa dinâmica estimula a formação de grandes conglomerados financeiros com atuação global e/ou regional, processo que já ocorre nas principais economias desenvolvidas e vem sendo observado em menor medida de maneira recente na América Latina.

No caso da América Latina são inexistentes iniciativas de fusão entre bancos latino-americanos. O que se observa são iniciativas de consolidação bancária através da compra de bancos domésticos por estrangeiros ou por grandes instituições locais.

A fusão do Banco Itaú e Unibanco em 2008 é a principal iniciativa recente verificada no mercado financeiro brasileiro entre duas instituições classificadas entre as dez maiores no *ranking* de ativos no País.

Uma questão essencial que deve acompanhar as movimentações recentes de aquisições, fusões e consolidações são a segurança e robustez dos marcos regulatórios que acompanham esses processos.

A fragilidade do sistema bancário de um país pode ameaçar a estabilidade financeira tanto internamente quanto de seus pares internacionalmente. Por essa razão, a necessidade de fortalecer os sistemas financeiros tornou-se preocupação constante dos governos.

A idéia de um sistema financeiro global mais seguro foi intensificado a partir da década de 1990, após as sucessivas crises enfrentadas pelas economias emergentes – como a mexicana em 1994, a asiática em 1997-1998, brasileira em 1999, argentina em 2001 – como também mais recentemente a originada no sistema financeiro norte-americano.

Diversas organizações internacionais como o Banco de Compensações Internacionais (*Bank for International Settlements*-BIS), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial têm examinado, ao longo dos últimos anos, formas de fortalecer a estabilidade financeira em todo o mundo.

A supervisão eficaz de instituições financeiras é um componente essencial de um ambiente econômico forte à medida que os sistemas bancários desempenham um importante papel nas operações de pagamento, transferência de recursos e poupança. Ademais, com a globalização financeira, muitas vezes os recursos financeiros não são negociados e sim os riscos envolvidos nestes negócios. Neste sentido, uma supervisão bancária eficaz representa

um bem público e que, conjuntamente com uma política macroeconômica eficaz é indispensável para a estabilidade financeira em qualquer país.

A globalização financeira engendrou uma maior necessidade de harmonização nos marcos regulatórios dos sistemas financeiros de todo o mundo e o Acordo de Basiléia de 1988 foi o primeiro passo para alcançar à estabilidade desejada em âmbito mundial.

Muitos países latino-americanos adotaram o Acordo de Capitais da Basiléia (Basiléia I) impondo um requerimento mínimo de capital para os bancos.

A adesão ao novo acordo é obrigatória somente para os países membros do G10. Apesar disso, no caso da América Latina, conforme pesquisa do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia (BCBS, na sigla em inglês), de 16 países consultados 11 manifestaram-se pela adesão.

Um dos traços comuns na evolução das finanças desde a década de 1980, na maior parte das economias desenvolvidas, tem sido a crescente inovação das atividades bancárias nos conglomerados financeiros. O mercado financeiro a cada dia apresenta um novo instrumento, com o intuito de atender aos seus clientes e maximizar suas receitas. As transações com títulos (*securities*)¹ vêm se expandindo a um ritmo maior do que as atividades do mercado bancário tradicional, e as fusões entre bancos foram aceleradas a partir da década de 1990. O sistema financeiro da década de 1980 era bem diferente do que o atual. Com a rápida liberalização do mercado doméstico financeiro, os bancos inovaram, criaram novos produtos, empréstimos e instrumentos de transferência de riscos. A evolução tecnológica, com novos equipamentos interligados à rede mundial de computadores inicialmente auxiliou esse processo de inovação.

¹ Os títulos (*securities*) são documentos emitidos na forma de um certificado onde o tomador reconhece uma dívida e se compromete a pagá-la na data convencionada, com incidência de juros sobre o referido título.

Atualmente o mercado financeiro e de capitais é internacional, no entanto é supervisionado e regulado em bases nacionais. O que suscita preocupação, tendo em vista as diferentes legislações existentes em cada país.

O sistema financeiro em alguns dos países emergentes é considerado fraco, mal supervisionado e regulado inadequadamente. O México, a Tailândia, a Rússia, a Coreia do Sul e a Indonésia vivenciaram problemas na década de 1990 porque suas empresas, bancos e governos adquiriram recursos em curtíssimo prazo, iludidos pela falsa idéia de segurança em um ambiente de taxas de juros estáveis.

Neste contexto, os princípios da Basileia se apresentaram como referência básica para os órgãos supervisores e demais autoridades reguladoras em todos os países.

Em junho de 2004, o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia divulgou o novo acordo de capitais da Basileia. O documento *Convergência Internacional de Mensuração de Capital e Padrões de Capital – Estrutura Revisada* publicado em 2006 apresenta a estrutura do novo acordo, a emenda de 1996 e as orientações publicadas em 2005 relativas ao reconhecimento do duplo inadimplemento.

Mais conhecido como Basileia II, o novo acordo divulgado pretendia aprimorar o acordo de 1988, firmado entre os supervisores bancários das economias desenvolvidas e que acabou adotado por mais de cem países, inclusive o Brasil.

O novo acordo divulga diretrizes no sentido de regular as operações mais complexas e diversificadas de instituições financeiras, sendo a própria instituição responsável por definir e mensurar os riscos a que está sujeita.

O papel do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Comitê de Basileia) é o de monitorar o progresso dos países na implantação dos Princípios. Os Princípios são requisitos mínimos de supervisão bancária com o objetivo de promover a estabilidade macroeconômica e financeira.

Basileia II propõe a utilização de metodologias de gerenciamento de riscos, padronizadas ou internas (das próprias instituições), bem como o fortalecimento da supervisão bancária e o estímulo a maior transparência na divulgação das informações ao mercado. Neste sentido está organizado em três pilares, que se complementam entre si:

- Pilar I: requerimento de capital para os riscos de crédito, de mercado e operacional;
- Pilar II: supervisão bancária;
- Pilar III: disciplina de mercado.

Estruturada nos três pilares acima que são descritos no apêndice A da tese, Basileia II pretendeu reforçar para o sistema financeiro mundial a busca pelo aprimoramento das práticas de gestão dos riscos, condição aplicável também aos mercados latino-americanos.

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio do Comunicado 12.746, de 09 de dezembro de 2004, manifestou-se pela adoção dos novos padrões internacionais propostos pelo Comitê de Basileia para o Sistema Financeiro Nacional (SFN) com algumas modificações.

Em 2006 foi a vez da Argentina divulgar seu roteiro de implementação através da publicação pelo Banco Central da República Argentina (BCRA) do documento *Hoja de ruta para la implementacion de Basilea II*.

A literatura examina potenciais benefícios para as instituições financeiras que adotarem Basileia II, pois o novo acordo propõe um aperfeiçoamento na estrutura de regulação, promovendo uma melhor avaliação dos riscos. Os benefícios apontados para as instituições que utilizam seus próprios modelos internos também são examinados, como exemplo: maior solidez e estabilidade das instituições; maior competitividade; melhor classificação pelas agências de classificação de risco (*ratings*); redução do custo de captação e possibilidade de incremento de ganhos financeiros; redução da exigência de capital; maior transparência para o mercado e aumento da credibilidade com clientes e investidores.

Por outro lado, a literatura critica e aponta desafios para que os supostos benefícios citados anteriormente se concretizem, considerando: o elevado custo de implementação de Basiléia II para as instituições financeiras; forte dependência da área de tecnologia da informação (que deve prover consistente base de dados e sistemas de informação) e processo de gestão e modelagem dos riscos. Ademais, críticas são realizadas às agências de classificação de risco (*ratings*), pois elas não são reguladas.

Outras insuficiências do novo acordo são citadas tendo em vista que o nível de desenvolvimento financeiro pode afetar como Basiléia II influencia o comportamento dos bancos em diferentes países. No caso dos mercados emergentes alguns estudos sugerem que variáveis regulatórias podem estar relacionadas à contração da oferta de crédito pelos bancos.

Além das instituições financeiras, o novo acordo propõe uma nova cultura de supervisão que deve ser observada pelos agentes reguladores e supervisores do sistema financeiro. A implementação da estrutura revisada é considerada de alto custo, pois envolve além de mudanças internas das instituições, o treinamento de funcionários no nível de supervisão.

Considerando a problemática apresentada acima, a presente tese pretende somar esforços no debate atual sobre Basiléia II na América Latina procurando analisar seu impacto nos sistemas bancários do Brasil e Argentina.

A escolha do Brasil e Argentina como foco desta pesquisa responde aos critérios comentados a seguir.

Considerando: a recuperação dos indicadores macroeconômicos da Argentina nos últimos anos anteriores a crise em curso e a reestruturação da dívida externa em inadimplemento; a importância regional do país no MERCOSUL; a relevância do comércio bilateral, movimentando US\$ 18 bilhões/ano no ano de 2006, sendo a Argentina um dos principais parceiros comerciais do Brasil nas importações e exportações.

Os problemas e tensões comerciais entre os dois países são recorrentes, bem como as divergências no âmbito do MERCOSUL, o que não impede que a corrente de comércio bilateral seja bastante expressiva.

A integração financeira entre Brasil e Argentina faz parte dos propósitos de integração regional previstos no Tratado de Assunção que constituiu o MERCOSUL. Neste contexto, em 15 de dezembro de 2006, os governos dos dois países assinaram carta de intenções para viabilizar e implementar a criação de um sistema de pagamentos bilateral em moedas locais entre os dois países. Este pode ser considerado o passo mais importante no sentido de uma maior integração financeira nos últimos anos.

O objetivo da tese é desenvolver um estudo comparativo entre Brasil e Argentina no que se refere à implementação do novo acordo de capitais da Basiléia, denominado Basiléia II, no sistema bancário dos dois países, após a divulgação da nova estrutura em 2004. Seu desenvolvimento terá como referência os seguintes eixos temáticos:

- 1) O debate atual sobre o Acordo da Basiléia a partir de sua reformulação através do novo acordo, denominado Basiléia II;
- 2) A atual crise financeira internacional e o debate regulação *versus* crises financeiras;
- 3) Como as novas regras do novo acordo podem afetar o sistema bancário na América Latina;
- 4) De que forma Brasil e Argentina estão aderindo aos princípios de Basiléia II. Quais foram até aqui as mudanças na legislação local de cada país;
- 5) A identificação do movimento de implementação do novo acordo nas instituições financeiras do Brasil e Argentina após a publicação da nova estrutura em 2004.

O fio condutor desta tese está centrado nas seguintes questões centrais: as exigências de adequação de capital encontradas em Basiléia II e na legislação de cada país conseguirão aumentar a solidez e a estabilidade das instituições? Como a implementação do novo acordo poderá interferir num processo futuro de integração financeira no MERCOSUL?

O ano de implementação de Basiléia II nos países membros do G10, marca o início da atual crise financeira internacional, provocada pelo chamado mercado *subprime*² (de hipotecas de segunda linha nos Estados Unidos). A leitura atual sobre esta crise que se estende mundialmente levou a partir do exame de qualificação em 2008 à inclusão de mais uma questão para esta tese. Isto é, se essa nova regulamentação, proposta pelo novo acordo é capaz de prevenir crises futuras.

O período estudado para investigação do problema foi de 2004 com a publicação do novo acordo até 2008. Neste período as legislações recentes divulgadas pelo Banco Central do Brasil e Banco Central da República Argentina foram analisadas. Da mesma forma, foram analisados os avanços dos trabalhos do subgrupo de trabalho número 4 (STG-4) no âmbito do MERCOSUL, bem como o enquadramento dos índices de Basiléia de uma amostra das principais instituições financeiras por ativos em cada país.

A metodologia para realização deste trabalho baseou-se na análise das fontes documentais. Os documentos oficiais (BACEN, BCRA e BCBS) que tratam do novo acordo de Capitais bem como da integração financeira no âmbito do MERCOSUL foram utilizados para verificar, compreender e explicar esta complexa implementação.

Neste sentido foram analisados os documentos divulgados pelo Comitê da Basiléia tendo como objeto central a análise da publicação *Convergência Internacional de Mensuração de Capital e Padrões de Capital – Estrutura Revisada* e documentos posteriores. O apêndice A da tese reproduz de forma sintetizada o objeto central desta análise.

A legislação sobre implementação de Basiléia foi analisada no Brasil e na Argentina, bem como as Decisões e Resoluções no âmbito das discussões no MERCOSUL dentro de uma ordem cronológica de importância, indicadas nos Anexos da tese.

² Segmento composto por hipotecas de risco elevado realizadas no mercado imobiliário. Desde o segundo semestre de 2007 os mercados financeiros internacionais atravessaram um período de intensa volatilidade, potencializada pelo aumento da inadimplência do segmento *subprime* no mercado imobiliário dos Estados Unidos.

O *software* estatístico SPSS, versão 13.0 (SPSS Inc, Chicago, EUA) foi utilizado para geração de demonstrativos gráficos permitindo a análise comparativa do índice de Basiléia no sistema bancário do Brasil e Argentina.

As análises contidas nesta tese somente incluem métodos divulgados para instituições financeiras, estas últimas entendidas como bancos com carteira comercial.

A tese encontra-se estruturada em quatro capítulos.

A preocupação do capítulo um é compreender e sintetizar os principais elementos que compõem a regulação de forma a evidenciar o marco teórico que norteará as análises empreendidas nas sessões e capítulos subseqüentes.

O segundo capítulo analisa as perspectivas face à implementação do novo acordo no sistema financeiro latino-americano.

Como a proposta de pesquisa é realizar um estudo comparativo entre Brasil e Argentina, foi necessário analisar a legislação bancária recente divulgada pelo Banco Central dos dois países, objeto da discussão do capítulo três.

O capítulo três também apresenta um estudo de caso com o intuito de verificar a aplicação das diretrizes de Basiléia II no Brasil e suas possíveis implicações para as instituições financeiras.

No quarto capítulo busca-se analisar o impacto da adoção do índice de Basiléia após as modificações propostas pelo novo acordo numa amostra das principais instituições financeiras nos dois países.

Basiléia II está no âmbito das discussões envolvendo a indústria bancária de todo o mundo. Os bancos estão preocupados com o resultado da implementação da nova regulação proposta e de que forma ela afetará as condições de financiamento, o mercado interbancário, a precificação das operações e conseqüentemente a maior ou menor aferição de lucros por essas instituições.

Avaliar de que forma a implementação de Basiléia II afetará o sistema bancário dos dois países poderá tornar mais claros os aspectos do futuro de integração financeira no MERCOSUL.

Esta pesquisa pretende contribuir para a discussão sobre implementação de Basiléia II na região, considerando-se a escassez de estudos comparativos sobre o impacto do novo acordo na América Latina.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS DA REGULAÇÃO E O NOVO ACORDO DE CAPITAIS DA BASILÉIA

1.1 Finalidade da regulação financeira: aspectos teóricos

O crescimento da atividade financeira internacional vem ocorrendo desde o início dos anos de 1960. A partir da década de 1970, a escala de transações no mercado internacional cresceu de forma rápida, principalmente em função da redução das barreiras aos fluxos de capitais. O sistema financeiro internacional passou então pela globalização de suas atividades conforme os bancos comerciais foram expandindo suas operações para o exterior. Muitos bancos nacionais hoje têm subsidiárias ou agências externas em várias localidades.

A regulação financeira varia de país a país baseada em forças econômicas e políticas. Bancos internacionalmente ativos e que competem no exterior estão preocupados com vantagens injustas quando a regulação é mais restritiva em determinado país.

Uma agência de um banco no exterior pode ser habilitada a realizar os mesmos negócios que um banco local, entretanto está sujeita à regulação local e também a do país de origem. Com isso, o que se discute é o espaço para vantagens provenientes das diferenças regulatórias na atuação do banco no país-sede e no país da filial localizado no exterior.

A literatura examina a regulação do sistema financeiro internacional em face do intenso processo de globalização financeira verificado com mais intensidade nos últimos vinte anos.

A globalização financeira engendrou uma maior necessidade de harmonização nos marcos regulatórios dos sistemas financeiros de todo o mundo para se alcançar a estabilidade desejada em âmbito mundial, pois de acordo com o observado por Lima (2003, p. 10):

A existência de brechas, em termos de transações não sujeita ao alcance de algum sistema regulatório, tende a elevar os riscos sistêmicos e os problemas de risco moral, criando novas demandas em termos de redes de segurança financeira em níveis nacional ou internacional. Adicionalmente, riscos sistêmicos podem ser criados mediante contágios de desordem financeira originados em centros financeiros com regulação mais frouxa, além da exposição diante de riscos jurídicos externos sobre os quais o sistema regulatório doméstico não pode monitorar.

Nos países emergentes, o processo de globalização financeira foi acompanhado de instabilidade financeira, como descreve Sobreira (2005, p. 14):

A globalização financeira trouxe consigo elevação da instabilidade financeira, notadamente nos países periféricos (emergentes), em face do comportamento hegemonicamente especulativo dos fluxos de capitais. Tal sucessão de eventos contribuiu para reforçar a importância e a necessidade do desenvolvimento da regulação prudencial.

A instabilidade verificada está na base da própria essência da atividade bancária. Conforme assinalado por Freitas (2005, p.26), “O *métier* bancário é por excelência instável e a origem da instabilidade provém da própria natureza da atividade bancária”.

As instituições financeiras assumem o risco, natural de sua própria atividade, que por si só pode ser desestabilizadora. Esse risco está associado com a transformação dos produtos financeiros, alterações de prazos e preços no mercado interbancário, diferentes instrumentos financeiros e mercados atuando em sistemas financeiros nacionais e com diferentes cestas de moedas.

Os Bancos são os únicos agentes que combinam a gestão dos meios de pagamentos e a gestão do capital. Desta forma ocupam posição chave e devem sempre estar submetidos ao controle estatal. Devem ser controlados, pois se atuarem como instituições privadas com fins lucrativos sem controle, a lógica de valorização do capital faz com que os bancos se comportem de tal forma que podem conduzir à eclosão de uma crise financeira com graves consequências para a economia em seu conjunto (FREITAS, 2005).

A intervenção estatal referida por Freitas (2005) se dá através da regulação do mercado financeiro e neste sentido a regulação eficaz de instituições financeiras é um componente essencial de um ambiente econômico forte e saudável.

Neste sentido, uma regulação bancária eficaz representa um bem público e que, conjuntamente com uma política macroeconômica válida é indispensável para a estabilidade financeira em qualquer país³.

O motivo mais comum para a regulação é a existência de mercados imperfeitos e incompletos. Alinhado a isso, é fundamental analisar o entendimento da função e importância das instituições financeiras no desenvolvimento econômico para definir mais claramente o objetivo principal da regulação.

Nos sistemas financeiros em que os bancos atuam como provedores de serviços de pagamentos e na concessão de créditos de curto prazo, ou seja, quando atuam de forma secundária no financiamento do crescimento econômico, a regulação bancária deve ater-se ao controle do risco inerente ao sistema de pagamentos. Por outro lado, nos sistemas financeiros em que os bancos são peças chave do processo de financiamento, a regulação bancária deve ser vista como parte da política alocativa e de financiamento (STUDART; HERMANN, 2001).

Por desempenhar este duplo papel, tanto dinâmico quanto desestabilizador, de maneira essencial ou secundária e considerando sua posição única no sistema financeiro a atividade bancária merece ser regulamentada.

Com isso, a regulação financeira atua de forma a ter como principal objetivo a promoção da estabilidade, minimizando a ocorrência de crises sistêmicas e reduzindo ineficiências no processo de intermediação financeira.

Na discussão apresentada por Studart e Hermann (2001), idealmente um sistema financeiro eficiente deve ser capaz de cumprir três funções essenciais: operar o sistema de pagamentos de forma ágil e segura; promover a intermediação de recursos e garantir um grau razoável de estabilidade. Neste sentido, a eficiência do sistema financeiro traduz-se por uma

³ DYMSKY (2005) explora se as atividades principais dos bancos são consideradas com tendo características de bem público e neste sentido questiona qual o papel dos bancos como veículos para alcançar a eficiência social. Sobre a relação entre crédito e desenvolvimento econômico ver MATTOSO, J.; VASCONCELOS (2006).

combinação ótima entre grau de mobilidade de recursos e grau de segurança com que opera o sistema financeiro em seu conjunto.

O papel da regulação depende das condições objetivas do mercado e das avaliações dos agentes envolvidos, existência de conflito de interesses e eventual situação de escassez de recursos em circulação, capazes de colocar em risco a capacidade de crescimento e/ou as condições de estabilidade da economia. Conter esses riscos é, em essência, a função da regulação do sistema financeiro. Com isso, se as autoridades reguladoras são entendidas como parte integrante do sistema financeiro, deve-se acrescentar as três funções acima uma quarta: a de manter um aparato regulatório adequado, capaz de permitir o cumprimento daquelas três funções citadas anteriormente ao menor risco possível (STUDART; HERMANN, 2001).

Para estes autores a definição de um aparato regulatório adequado é condicionada a quatro fatores intimamente relacionados: o estágio de desenvolvimento econômico do país; o estágio de desenvolvimento financeiro da economia; a estrutura financeira já constituída e o contexto financeiro internacional.

Além dos fatores mencionados acima, o perfil da regulação do sistema financeiro em cada economia é definido pela postura teórica dos reguladores com relação à forma mais adequada de incrementar a eficiência do sistema. Quanto a este aspecto, a literatura aponta dois modelos: o modelo de repressão financeira, de inspiração neoclássica e os modelos de fragilidade financeira, de inspiração keynesiana. A preferência por um ou outro desses enfoques teóricos define as diretrizes da regulação. Se seria a mera prevenção contra riscos ou a implementação de uma política financeira ativa que, além da prevenção a riscos, vise estimular ou conter setores específicos ou o crescimento econômico em geral (STUDART; HERMANN, 2001).

O modelo da repressão financeira baseia-se na premissa de que os mecanismos de mercado, se deixados livres para operar o ajuste entre a oferta e a demanda pelos ativos de

vencimentos diversos, são suficientes para conduzir o sistema financeiro e a economia ao nível ótimo em termos de disponibilidade, custos e alocação de recursos. Neste mesmo sentido, a concorrência entre poupadores, investidores e instituições financeiras é suficiente para adequar o nível de oferta, demanda e preço dos ativos a níveis de equilíbrio no plano micro e macroeconômico. Seguindo este enfoque que orientou as mudanças institucionais observadas na década de 1980, não há espaço para políticas financeiras intervencionistas, devendo a regulação ater-se ao mínimo indispensável para a preservação da segurança do sistema.

O modelo de fragilidade financeira, por sua vez, segue a orientação de que se deixado às livres forças do mercado, o sistema financeiro dificilmente conseguirá alcançar a melhor alocação de recursos e, com isso tenderá a instabilidade com impactos na economia. Nesse enfoque, portanto, a regulação do sistema financeiro tem o papel tanto macroeconômico (o papel de controlar o risco do sistema) e o papel de política de alocação de recursos, esta última de caráter estrutural e de longo prazo (STUDART; HERMANN, 2001). Este último modelo orientará teoricamente as análises deste capítulo.

Segundo Freitas (2005) os fundamentos teóricos da regulação bancária são tratados a partir das formulações de Keynes no Tratado da Moeda e das contribuições de autores pós-keynesianos⁴.

Por estarmos atravessando um período de crise internacional destaco as contribuições de Hyman Minsky (2008). Este economista, além de acadêmico e professor universitário, foi diretor de uma instituição financeira nos Estados Unidos e soube analisar de maneira única o funcionamento dos bancos.

Minsky escreveu sobre instabilidade financeira nos anos 1950. A recente edição de seu livro *Stabilizing an unstable economy* (2008), originalmente publicado na década de 1980

⁴ Diversos autores destacam na abordagem pós-keynesiana, a contribuição de MINSKY (2008). Dentre estes autores é possível destacar COLISTETE (1989), FRONTANA (2000), STUDART E HERMANN (2001), FREITAS, LIMA, SOBREIRA, (2005) e MAGNUS (2008).

examina um numero de crises financeiras detalhadamente, muitas delas envolvendo a origem de instrumentos utilizados hoje como *commercial papers* e na época os *municipal bonds*.

Segundo Colistete (1989, p. 108):

Minsky constrói um quadro teórico que permite destacar o modo pelo qual uma economia baseada em contratos monetários deverá assumir um comportamento estruturalmente instável e sujeito as ondas de pessimismo e a surtos de excesso de confiança, devido à impossibilidade de eliminar a incerteza que acompanha sempre o cálculo empresarial.

A fase crítica na seqüência de eventos de Minsky acontece quando os preços dos bens começam cair, contra um histórico exagerado de alavancagem. Isto acaba com a liquidez dos devedores, forçando-os a vender seus ativos. Por sua vez, os mercados financeiros são interrompidos e o valor das garantias pretendidas por emprestadores são sub-valorizadas. Finalmente, não são apenas os devedores ou os emprestadores que são ameaçados, mas a integridade e o funcionamento de todo o sistema financeiro. Este é o momento em que os bancos centrais são forçados a impulsionar a liquidez do mercado e baixar as taxas de juros - e, quando os governos têm que afrouxar políticas orçamentárias, apresentam mecanismos de resgate e apertam a regulação.

As implicações para as instituições financeiras são muitas. Os reguladores atuarão quase certamente para reforçar a supervisão e a provisão de capital, assim como a gestão dos processos e sistemas de riscos. Mais intervenção governamental é provável motivada pela necessidade de reconstruir a confiança no sistema financeiro e de desbloquear o crédito.

Minsky em sua *Hipótese da Instabilidade Financeira* relata através da retrospectiva histórica que os lucros dos bancos assumiram diferentes formas em diferentes momentos históricos, mas segundo Frontana (2000, p. 87) “o que predominou no pós-guerra foi a

tendência crescente de exposição a risco e redução da segurança na busca dos lucros, associada à dinâmica cíclica da economia”.

Na versão de Minsky do ciclo do crédito, os bancos alavancam a economia estendendo o crédito. O crescimento conduz então à euforia, esta por sua vez acaba por minar os padrões de crédito e aprofundar, assim como precipitar a falência inevitável.

A qualidade do débito, de acordo com Minsky, deteriora-se sobre o ciclo econômico até que seja usada para pagar juros sobre créditos prévios. Quando os preços dos bens caem, este eventualmente provoca inadimplemento, acaba com a liquidez e em casos extremos, precipita uma crise de solvência. No início, a alavancagem serve para preparar o ciclo econômico natural, mas, em última análise, desestabiliza todo o sistema financeiro.

Wray e Papadimitriou (2008), Cassidy (2008) e Magnus (2008) analisam que atualmente os Estados Unidos e países europeus estão experimentando um momento clássico das idéias de Minsky. Desde o segundo semestre de 2007 (provável período de início da atual crise financeira internacional), os eventos parecer seguir o descrito por Minsky.

A causa da crise em curso no mercado financeiro foi a concessão de empréstimos hipotecários de forma insensata para credores norte-americanos sem capacidade de pagamento ou que não a teria caso a taxa de juros aumentasse. Os agentes financeiros por sua vez, utilizaram instrumentos para *securitizar* esses empréstimos duvidosos em títulos classificados como AAA (classificação das agências internacionais de risco para esses ativos) antes da crise e por sua vez estes títulos foram transferidos para bancos de outras localidades/países.

O que começou como um problema do setor hipotecário financeiro dos Estados Unidos não permaneceu restrito a esse setor. Em última análise, o problema das hipotecas *subprime* seria contido, mas, deveria ser contido em todo o sistema financeiro mundial. O contágio espalhou-se rapidamente às atividades das instituições e ativos do chamado “não-

subprime” de outros países, e aos ativos financeiros e estruturas de dívidas que não tinham relação com hipotecas como as dívidas corporativas (*investment-grade and high-yield corporate debt*) e seguros de títulos americanos. Essencialmente, as economias estão lidando com uma crise imobiliária e uma crise bancária clássica (MAGNUS, 2008).

Neste momento as seguintes questões são apresentadas: Quanto durará este momento Minsky? Os mercados emergentes serão afetados com tanta veemência pela crise financeira, continuarão a crescer? E, finalmente, o setor bancário será o mesmo novamente? (MAGNUS, 2008).

A regulação das atividades econômicas, como a regulação financeira, impõe a existência de estruturas extremamente especializadas em face do desenvolvimento de atividades com alto grau de sofisticação.

Conforme analisado por Freitas (2005), o sistema bancário sendo o principal agente desse processo tem como regulador em algumas ocasiões a figura do Banco Central, sendo que este último segue um Conjunto de Regras para sua atuação. Desta forma, para evitar que os bancos assumam riscos excessivos, a Autoridade Regulatória deve participar ativamente da supervisão e controle das atividades bancárias.

Freitas (2005, p. 32) ainda destaca que:

A eficácia dos controles adotados pelos bancos centrais evoluiu ao longo do tempo com o desenvolvimento institucional de cada país. No período recente, as transformações financeiras intensas, em particular, a liberalização dos controles sobre as atividades dos bancos e das instituições financeiras não bancárias, a securitização e a proliferação dos instrumentos derivativos de crédito complicaram sobremaneira a tarefa dos bancos centrais no que se refere à formulação e à execução da política monetária. Ao mesmo tempo, com a globalização financeira e a chamada “ditadura dos mercados”, a estabilidade de preços domésticos tornou-se o objetivo primordial dos bancos centrais, seja nos países industrializados, seja nos países em desenvolvimento. Porém, esse objetivo opõe-se à função essencial dos bancos centrais, que é a de atuar como prestamista em última instância para impedir a eclosão de crise de confiança no sistema bancário.

A securitização mencionada por Freitas (2005) é a transferência completa ou parcial dos riscos de ativos do balanço de um banco para investidores externos, em geral através do estabelecimento de uma Entidade de Propósito Especial (SPE) que recebe os ativos em questão (ou riscos associados a eles) e então emite títulos contra tais ativos. Para Cornford (2006, p. 61) a securitização “é uma ferramenta financeira usada para converter uma carteira homogênea de ativos em títulos mobiliários passíveis de negociação. Ela permite transferir operações de crédito do balanço dos bancos para o mercado de capitais”.

Ainda conforme destacado por Freitas (2005), a capacidade dos bancos centrais em regular e supervisionar as instituições financeiras sofreu alterações ao longo do tempo de acordo com o desenvolvimento institucional de cada país. Em alguns casos o objetivo maior de aumentar a eficiência da promoção da estabilidade dos preços ocupa lugar central nos debates do reguladores/supervisores.

É possível afirmar que a regulação financeira se estabelece em mercados definidos e desenvolvidos, visando combater eventuais falhas de mercado. Isto é, os agentes econômicos já operam sob um padrão legal estabelecido e a regulação atua com o intuito de promover correções de direcionamento de tal forma que as falhas detectadas sejam reduzidas.

Como apresentado, é possível concluir que a finalidade da regulação está baseada na premissa de que os mecanismos de mercado, se livremente atuantes (modelo da repressão financeira), apresentam imperfeições e cabe a Autoridade Regulatória e de Supervisão corrigir essas falhas (modelo da fragilidade financeira), seja sob o aspecto disciplinar seja sob o aspecto indutor da conduta.

1.2 Aspectos da regulação financeira no Brasil e a regulação pretendida pelo novo acordo de capitais da Basiléia

A função de fiscalização e supervisão do sistema bancário está organizada de diferentes formas⁵ nos diferentes países. Este também é um fator que pode ensejar crises bancárias, já que a falta de homogeneização regulatória atua de forma mais intensa em momentos de volatilidade.

Na Inglaterra, por exemplo, há um organismo independente responsável pela regulação do sistema financeiro, o *Financial Service Authority* (FSA), apesar de independente o FSA é de responsabilidade do governo britânico.

Nos Estados Unidos, antes da crise que se iniciou no segundo semestre de 2007, o *Federal Reserve* (FED) não era responsável por regular os bancos de investimento⁶.

No Japão o regulador é o Ministério das Finanças. Na Itália o Banco Central compartilha com o Conselho Interministerial de Crédito e Poupança (ICR) a responsabilidade pela supervisão. No Brasil cabe ao Banco Central a atividade de supervisão.

Na Argentina os bancos e os intermediários financeiros não bancários são supervisionados pela Superintendência de Entidades Financeiras e de Câmbio (SEFyC) que é uma dependência do BCRA.

A regulação financeira no Brasil não seguiu um modelo clássico, tendo em vista a tardia estruturação de seu sistema financeiro. Até as reformas estruturais do sistema financeiro brasileiro, decorrentes da legislação nacional a partir de 1964, o sistema financeiro nacional era incipiente, com a presença de poucos ativos e baixo grau de sofisticação dos mesmos. Essas características repercutiram no crescimento econômico do país, já que eram poucas as

⁵ Caso dos Estados Unidos, em que a regulação obrigatória de Basiléia era somente aplicada para um pequeno grupo de bancos internacionalmente ativos. Os bancos de investimentos (muitos dos quais originadores da crise em curso) sofriam supervisão de entidade reguladora diferente dos bancos com carteira comercial.

⁶ Sobre críticas à regulação norte-americana, notadamente quanto à atuação da SEC (*US Securities and Exchange Commission*) ver EICHENGREEN (2003).

alternativas de captação de poupança, e, por consequência, limitada capacidade para o financiamento dos gastos dos agentes econômicos.

No Brasil, a legislação que implementa a reforma bancária (Lei 4.595/64) e o mercado de capitais (Lei 4.728/65) traz em si não só um marco normativo, mas também representa um marco regulatório. Nesse sentido, é importante ressaltar que a estrutura reguladora é criada na própria legislação que surge. Legislação esta que define as funções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No Brasil, a regulação financeira é de competência do Conselho Monetário Nacional e se dá através de resoluções que são divulgadas pelo Banco Central do Brasil. A divulgação das resoluções é de fundamental importância para dar publicidade e impor condutas normativas a todos os agentes sujeitos do Sistema Financeiro Nacional.

O Banco Central do Brasil está sujeito à disciplina normativa do CMN e competência natural do que lhe for atribuído por força legal.

Dentro do escopo desta tese, é possível explorar de maneira exemplificativa, as competências do Banco Central do Brasil para ilustrar seu poder regulatório. A Lei 4.595/64 que cria o CMN e dispõe sobre a Política e Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, disciplina em seu artigo dez a competência privativa do BACEN. Dentre seus incisos, destaco:

- a) inciso VI - exercer o controle do crédito sob todas as suas formas;
- b) inciso VII - efetuar o controle dos capitais estrangeiros, nos termos da lei;
- c) inciso IX - exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas;
- d) inciso X - conceder autorização às instituições financeiras.

Acrescente-se a competência suplementar contida no artigo onze, em especial o contido nos incisos:

- e) inciso VI – regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outro papéis;
- f) inciso VII – exercer permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre empresas que, direta ou indiretamente, interfiram nesses mercados e em relação às modalidades ou processos operacionais que utilizem.

Verifica-se que o poder de regulação do BACEN está expresso na Lei.

A partir da apresentação sintética das autoridades com poder de regulação sobre o Sistema Financeiro Nacional, é possível analisar os atos que concretizam esse poder regulatório.

No âmbito do Conselho Monetário Nacional, conforme exposto anteriormente, verifica-se que o ato que torna público seu mandato regulatório se dá através das resoluções. Essas resoluções são divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

No âmbito do BACEN, os atos com conteúdo vinculado ao poder regulatório estão representados através das circulares e cartas-circulares.

Diante do contexto apresentado a Lei que procura disciplinar dá lugar às regras, ditado por entes governamentais especializados e detentores de uma dinâmica decisória mais condizente com a velocidade das decisões dos agentes econômicos. A Lei fornece os limites da legalidade e a regulação se dá por intermédio das resoluções, circulares e cartas publicadas e emanadas das autoridades competentes.

No contexto da regulação brasileira e a pretendida por Basiléia II faz-se necessário uma breve retrospectiva histórica, para situarmos o contexto na qual esta última se inseriu.

Na instável década de 1970, encerrou-se uma fase de prosperidade econômica, principalmente nos países desenvolvidos com a desaceleração do crescimento.

Em 1973, com a derrocada do Sistema de *Bretton Woods* baseado em taxas de câmbio fixas, bem como a crise do petróleo, o mercado financeiro passou por grande período de volatilidade. Com a mudança para taxas de câmbio flutuantes, os Estados Unidos e outros países eliminaram os controles sobre fluxos de capitais.

Após 1975, a emergência da estagflação (alta inflação e alto desemprego), resultou em medidas por parte dos Estados Unidos para reverter essa situação. O país utilizou tratamento de choque monetário implementado pelo Banco Central norte-americano (FED) para reduzir a inflação o que resultou no aumento da taxa de juros real, desencadeando a crise da dívida na América Latina em 1982. Este aumento da taxa de juros também provocou a recessão nos Estados Unidos no início da década de 1980 reduzindo a liquidez das empresas, contribuindo para aumentar a taxa de câmbio do dólar, causando o crescimento do déficit comercial dos Estados Unidos e provocando a desregulação dos mercados financeiros.

Este processo é constatado por Carvalho (2005, p.129):

As inovações mais radicais, no entanto, tiveram lugar a partir da década de 1970 [...]. Os intensos choques macroeconômicos sofridos a partir da aceleração da inflação americana nos anos 1960, como os aumentos de preços das matérias primas (especialmente o petróleo) em 1973 e 1979, o colapso do sistema de taxas de câmbio fixas mas ajustáveis de Bretton Woods, entre 1971 e 1973, a adoção de políticas monetárias contracionistas por praticamente todos os países industrializados no final daquela década e os movimentos de desregulação financeira doméstica e, posteriormente, de liberalização de movimentos internacionais de capitais, particularmente no mundo desenvolvido, tiveram como resultado o crescimento dramático da volatilidade dos preços, taxas de câmbio e taxas de juros em praticamente todo o mundo. A incerteza que cerca as transações financeiras cresceu de forma aguda, forçando as instituições e mercados financeiros a modificarem suas práticas de modo a permitir sua adaptação à operação neste quadro.

Os Estados Unidos, frente à redução do crescimento na produtividade e ao problema da estagflação, aplicaram o choque monetário e a desregulação financeira.

Para muitos autores, a natureza desregulada da atividade bancária internacional deixa o sistema financeiro vulnerável à falência de bancos em uma escala considerável. Isso ocorre, pois as regulações bancárias aplicadas localmente se tornam menos efetivas em um ambiente internacional no qual os bancos podem deslocar seus negócios em vários países sujeitos a regulações distintas.

Neste período, o alto nível de depósitos interbancários mantidos por bancos privados suscitou a urgência em se pensar um mecanismo de regulação internacional a fim de evitar o “efeito dominó”. Isto é, os problemas de solvência que afetam um único banco internacionalmente ativo podem contagiar rapidamente outros bancos com os quais ele mantém negócios.

Mesmo com histórico de falência de bancos na década de 1930 na Grande Depressão, as soluções se davam a nível local. Efetuando uma análise retrospectiva muitos autores entre eles, Corazza (2005) constatam que a frequência e a incidência de crises é maior hoje em dia do que anteriormente. Até a década de 1970 não havia mecanismo oficial de cooperação regulatória internacional. Em 1974 alguns bancos faliram em consequência de perdas no mercado cambial, como o *Bankhaus I.D, Herstatt Bank* da Alemanha e o *Franklin National Bank* dos Estados Unidos.

Em 1975, houve um acordo entre as principais economias desenvolvidas, denominado *Concordat*, que dividia a responsabilidade pela supervisão dos bancos internacionais entre os países da sede e das filiais. Além disso, esse Acordo previa o compartilhamento de informações entre autoridades supervisoras do país sede e das filiais (CORAZZA, 2005).

Mesmo com o Acordo publicado, seguiu-se a falência do Banco Ambrosiano, mais importante banco privado da Itália, em 1982. Com isso em junho de 1983 houve uma revisão do Acordo de 1975. E em 1988 o Comitê da Basileia acordou um conjunto de padrões comuns para avaliar a adequação de capitais das instituições financeiras. Com isso foi celebrado o

Acordo de Basiléia que definiu mecanismos para mensuração do risco de crédito e estabeleceu a exigência de capital mínimo para suportar riscos (CORAZZA, 2005).

O Acordo de Basiléia celebrado em 1988 - atualmente recebe a denominação de Basiléia I - estabeleceu como princípio fundamental que os bancos devem garantir seus compromissos com seu próprio capital. Seus principais objetivos eram o de promover a estabilidade financeira internacional e fortalecer a estrutura de capitais das instituições. Basiléia I definia três conceitos: Capital Regulatório, Fatores de Ponderação de Risco dos Ativos e Índice Mínimo de Capital para Cobertura do Risco de Crédito. O conceito de Capital Regulatório é definido como o montante de capital próprio da instituição para cobertura de riscos, considerando os parâmetros definidos pelas autoridades supervisora(s) /reguladora(s). Esse capital é definido em função de sua capacidade de permitir a absorção de perdas e dar proteção aos depositantes e investidores. Fatores de Ponderação de Risco dos Ativos são as exposições a Risco de Crédito dos ativos e são ponderados por diferentes fatores (pesos ou faixas) estabelecidos pelo regulador e consideram principalmente o perfil do tomador do crédito. Por fim, o Índice Mínimo de Capital para Cobertura do Risco de Crédito é o quociente entre o capital regulatório e os ativos ponderados pelo risco. Para o Comitê da Basiléia se o valor apurado for igual ou superior a 8%, o nível de capital do banco está adequado para a cobertura de Risco de Crédito.

Dessa forma, a alocação de capital para risco de crédito considera o Ativo Ponderado pelo Risco e o Índice Mínimo de Capital. Os ativos são classificados de acordo com faixas de ponderação de risco de 0%, 20%, 50% e 100%. As faixas aumentam de acordo com o grau de sensibilidade ao risco. Como exemplo, recebe ponderação de 0% os títulos federais, 20% aplicações em ouro, depósitos em moeda estrangeira e cheques enviados à compensação; 50% os Adiantamentos de Contratos de Câmbio e 100% Empréstimos, Avais e Fianças.

O Patrimônio Líquido Exigido será a multiplicação do fator f (Índice Mínimo de Capitalização ou Índice de Basiléia) e dos Ativos Ponderados pelo Risco. Matematicamente, temos a seguinte equação:

$$\boxed{PLE = f \times APR}$$

Conforme comentado anteriormente o fator f definido pelo Comitê de Basiléia é de 8%, ou seja, que os bancos retenham capital igual à pelo menos 8% de seus ativos, ponderados pelo risco.

Muitos autores comentam as limitações e complexidade desse Acordo, pois é difícil implementar os padrões descritos no documento de maneira uniforme a diferentes países.

De modo geral não é possível aplicar a mesma abordagem utilizada pelos mercados financeiros desenvolvidos a todos os mercados emergentes. Alguns países são institucionalmente menos avançados que outros para adotar todo o conjunto de regras e padrões recomendados pelo Comitê da Basiléia.

No entanto, é inegável o avanço obtido com Basiléia I em termos de marco regulatório e de exigência de capital para suportar o Risco de Crédito. De toda forma, Basiléia I somente definia risco de crédito (ou de contraparte) desprezando Riscos de Mercado. No âmbito de discussões do Comitê de Basiléia surgiu a necessidade de ajustes do documento de 1988, incluindo além da alocação de capital para risco de crédito, a necessidade de alocação de capital para cobertura de Riscos de Mercado.

Assim, em janeiro de 1996 foi introduzida uma emenda à Basiléia I, cujos aspectos relevantes são: a ampliação dos controles sobre riscos incorridos pelos bancos; extensão dos requisitos para definição do capital mínimo, incorporando o Risco de Mercado (ações, juros, câmbio e *commodities*) e a possibilidade de utilização de modelos internos na mensuração de riscos, desde que aprovados pelo regulador local.

Na década de 1990 alguns países emergentes liberalizaram seus sistemas financeiros para permitir o comércio de ativos privados no exterior. Países como Brasil, Tailândia, México e Indonésia eram destinatários importantes dos fluxos de capital vindos do mundo desenvolvido no início e em meados da década de 1990. Neste período, as instituições financeiras dos mercados emergentes revelaram-se mais vulneráveis em termos de regulação. Vários países em desenvolvimento sofreram crises financeiras a partir de 1994. (FREITAS; PRATES, 2002).

No México, a crise se iniciou com a abrupta desvalorização da moeda em 1994 e levou a economia mexicana, durante 1995, à queda mais drástica registrada no nível de atividade econômica (PIB reduziu 6,2%). Esta crise se tornou célebre recebendo a alcunha de “efeito tequila” e é considerada de gravidade elevada. Ela foi enfrentada pelo governo mexicano com a linha reformista proposta pelo *Consenso de Washington*, mas também propiciou um estreitamento das relações políticas e econômicas com os Estados Unidos, já que houve um pacote financeiro organizado pelo País em conjunto com o FMI para recuperação do parceiro e sócio do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) (CAMPOS; VANEGAS, 2005).

Em 1997 teve início a crise financeira asiática, com a desvalorização da moeda tailandesa. A queda acentuada da moeda tailandesa foi seguida pela especulação sobre as moedas da região, como Malásia, Indonésia e Coreia do Sul. A crise asiática provocou uma fuga maciça de investidores dos mercados emergentes.

Anteriormente, em 1995, os governos do G-7 já haviam lançado uma iniciativa para reforçar a supervisão e a regulação das instituições e mercados financeiros. A partir desta reunião de cúpula as iniciativas que seguiram foram: Comitê da Basiléia – “Princípios Centrais para a Supervisão Bancária Efetiva”; FMI público – “Marco para a Estabilidade Financeira” e FMI e Banco Mundial estabeleceram conjuntamente “Programa de Avaliação do Setor Financeiro” (EICHENGREEN, 2003).

Em 1997 foi publicado pelo Comitê da Basileia, os *Princípios Essenciais para a Supervisão Bancária Eficaz*. Este documento foi idealizado em cooperação com representantes dos países membros G10 mais Chile, China, Hong Kong, República Tcheca, México, Rússia e Tailândia e define os 25 Princípios básicos para uma supervisão eficaz.⁷

Seus princípios estão descritos abaixo:

Princípio 1:

Precondições para uma supervisão bancária e eficaz.

Princípio 2 a 5:

Autorizações e estrutura.

Princípios 6 a 15:

Regulamentos e requisitos prudenciais.

Princípios 16 a 20:

Métodos de supervisão bancária contínua.

Princípio 21:

Requisitos de informação.

Princípio 22:

Poderes formais dos supervisores.

Princípios 23 a 25:

Atividades bancárias internacionais.

⁷ Em outubro de 2006, o Comitê de Basileia emitiu uma revisão dos Princípios. O número de Princípios continua em 25, mas o foco dos princípios foi ampliado. Foram dados aos não membros do G10 do chamado *Core Principles Liaison Group* (CPLG) oportunidades de comentar e submeter sugestões. São membros do CPLG, dentre outros, Brasil e Argentina. Para maiores detalhes ver *IMF Note to the Executive Boards of the IMF and The World Bank on the Revised Basel Core Principles for Effective Banking Supervision*, prepared by staffs of the IMF and the World Bank and approved by Jaime Caruana and Michael Klein, 18 abr. de 2007.

Em 1997 o Comitê de Basiléia emitiu os Princípios para melhorar a supervisão dos Bancos Centrais prevendo: cultura de controle; ética; responsabilidade da alta administração com os controles internos; identificação e avaliação de riscos; informação e comunicação e monitoramento da eficiência dos controles internos.

Os princípios publicados não impediram a ocorrência de novas crises financeiras. Depois da crise asiática em 1997, outros dois países foram afetados como Rússia e Brasil. Da mesma forma a liberalização financeira dos mercados emergentes com suas respectivas mudanças nas legislações permitindo à entrada de bancos estrangeiros dentre outras medidas liberalizantes, como foi o caso da Argentina, não impediram a ocorrência de novas crises⁸.

Como constatado por Freitas e Prates (2002, p. 164) “o aumento da presença de bancos estrangeiros nesses países após as crises financeiras da segunda metade dos anos 1990 foi acompanhado pela retração da oferta de crédito doméstico, contrariando as expectativas dos defensores da abertura financeira”.

Inserido no contexto do discutido até este momento a publicação dos *Princípios Essenciais para a Supervisão Bancária Eficaz* não foi suficiente para impedir todas as crises subseqüentes envolvendo a Rússia e América Latina e houve a necessidade de reforma das diretrizes que sustentavam o sistema financeiro internacional.

Em resposta às crises, os presidentes dos bancos centrais de onze países industrializados criaram o Comitê de Regulação Bancária e Práticas de Supervisão (*International Basel Committee on Banking Regulations and Supervisory Practices*) sediado no Banco de Compensações Internacionais (BIS) na cidade de Basiléia, na Suíça. Mais conhecido como Comitê de Basiléia, é constituído atualmente por representantes dos bancos centrais e autoridades supervisoras dos países membros do G10.

⁸ Nestes países o processo de liberalização financeira foi realizado em estágios diferenciados. A Argentina iniciou seu processo na década de 1990 com a abertura de sua conta capital, conforme salientado por CINTRA (1999).

O principal objetivo do Comitê é o de estabelecer regras garantidoras de que as atividades bancárias venham a ser guiadas por princípios comuns a todos os membros do mencionado Comitê e àqueles países que, posteriormente, endossassem as regras. São membros atuais do Comitê: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. O Brasil e a Argentina são considerados países cooperadores ou endossantes.

No âmbito do Comitê de Basileia são discutidas questões relacionadas às atividades bancárias com o intuito de melhorar a qualidade da supervisão bancária e fortalecer a segurança do sistema bancário internacional.

O Comitê não possui característica de Autoridade Supervisora Supranacional, mas tem como objetivo recomendar regras que poderão ser seguidas por países não-membros do G-10.

As discussões travadas no âmbito do Comitê de Basileia nas décadas de 1980 e 1990 indicavam a necessidade de um novo referencial mais preciso e que pudesse avaliar o modo pelo qual os bancos avaliam seus riscos e alocam internamente seu capital. Após várias rodadas de negociações - que inclusive envolvia discussões com representantes da indústria bancária - em junho de 2004, foi celebrado o Acordo da Basileia II. O novo acordo visava atualizar o acordo anterior, apresentando alternativas mais sofisticadas para o cálculo do capital mínimo regulamentar.

Na introdução do documento *Convergência Internacional de Mensuração de Capital e Padrões de Capital – Estrutura Revisada* consta “a necessidade de aprimorar a regulamentação de capital considerando as mudanças nas práticas bancárias e de administração de riscos.” (BCBS, 2006, parágrafo 4, p. 2, tradução nossa).

A necessidade de revisão foi reforçada considerando novos fatores que surgiram ainda na década de 1990 como a emergência de novas e complexas operações e produtos (derivativos de crédito, securitização, etc.) com os bancos participando mais ativamente de

outros negócios; a integração dos mercados internacionais; o desenvolvimento de técnicas sofisticadas de gestão de riscos e a evolução tecnológica.

Este documento, divulgado pelo Comitê da Basileia tem o objetivo de dar maior solidez ao sistema financeiro no mundo, dando ênfase nas metodologias de gerenciamento de risco dos bancos, na supervisão das autoridades bancárias e no fortalecimento da disciplina de mercado. A nova estrutura pretende alinhar a avaliação da adequação de capital mais intimamente aos principais elementos dos riscos bancários e fornecer incentivos aos bancos para aumentar suas capacidades de mensuração e administração dos riscos.

O novo acordo é direcionado aos grandes bancos, internacionalmente ativos, e sua proposta baseia-se em três pilares, mutuamente complementares:

Pilar I: requerimentos de capital;

Pilar II: revisão pela supervisão do processo de avaliação da adequação de capital dos bancos; e

Pilar III: disciplina de mercado.

O primeiro pilar trata do requerimento de capital mínimo e oferece uma matriz de classificação de crédito contra os quais certos níveis de capital precisam ser mantidos. O capital mínimo deve ser suficiente para cobrir os Riscos de Crédito, de Mercado e Operacional.

O segundo pilar refere-se aos métodos de supervisão e avaliação de como os bancos estão adequando suas necessidades de capital aos riscos incorridos. De acordo com o documento *Convergência Internacional de Mensuração de Capital e Padrões de Capital – Estrutura Revisada* “no segundo pilar, as autoridades de supervisão devem esperar que os bancos operem acima dos níveis mínimos de capital regulamentar”. (BCBS, 2006, parágrafo 9, p. 03, tradução nossa).

O terceiro pilar é uma tentativa de incluir a divulgação de informações relevantes ao mercado, informando aos participantes, tais como acionistas e clientes, informações suficientes para viabilizar uma avaliação da gestão dos riscos tomados pelos bancos e seus níveis de adequação de capital. Daí a ênfase à importância da transparência a respeito dos riscos incorridos, nas demonstrações financeiras de cada banco. Neste terceiro pilar, são estipuladas recomendações em relação à forma pela qual devem ser dadas a público as informações sobre os riscos.

O novo acordo de Capitais é uma versão mais complexa do que a anterior, como é objeto central da tese o apêndice A foi elaborado para apresentar com mais detalhes os aspectos teóricos dos Pilares I, II e III.

1.3 A atual crise financeira internacional e o debate regulação *versus* crises financeiras

A literatura aponta que as discussões sobre a revisão do Acordo de Basiléia de 1988 iniciaram-se rapidamente na década de 1990, apesar de sua recente publicação.

A revisão do Acordo foi realizada, sobretudo porque Basiléia não conseguiu prevenir crises. E a questão atual é se o acordo sempre será revisado. Segundo Eichengreen (2003, p. 35):

O Basiléia II, como é conhecida a revisão, é uma versão mais complexa [...] Contudo, embora mais elaborado que seu predecessor, não se defronta com a questão essencial, que é a de saber se os reguladores conseguem acompanhar o ritmos dos regulados. Em outros termos será que o Basiléia II será tão desatualizado quanto o acordo original? O Basiléia II tampouco confronta a questão de saber se é adequada uma abordagem baseada não apenas na formulação de regras, mas na vontade dos países de impor o seu cumprimento. E não reconhece o perigo de consequências imprevistas.

Para Eichengreen (2003, p.33), “o Acordo de Basiléia sobre a adequação de capital é um caso bastante revelador dos limites da abordagem que pretende prevenir crises através da aplicação de padrões”.

Apesar do contexto de crises subseqüentes e a publicação da estrutura revisada do acordo de capitais da Basiléia em 2004, nenhuma nova instituição internacional com a função de prestadora em última instância foi criada e o sistema financeiro internacional continuou o mesmo após esse período.

Como relatado anteriormente os mercados financeiros operam com informações e as informações são assimétricas e incompletas. Por essa razão não é possível fazer contratos que levem em conta todas as contingências possíveis. Ademais, se as crises são contidas, como elas foram no passado, as práticas de risco são validadas. (WRAY; PAPADIMITRIOU, 2008).

Para Eichengreen (2003, p.49) “a prevenção de crises nunca será perfeita. Crises acontecerão. Isso torna necessário considerar não apenas a prevenção de crises, mas também a solução das crises”.

Eichengreen (2003) questiona se os padrões de adequação de capital negociados pelos países de alta renda eram adequados e apropriados para os problemas dos mercados emergentes.

Para este autor as crises são um problema característico dos países em desenvolvimento. Não só com os países emergentes de renda média como a Argentina e Turquia, mas também com o grande número de países de baixa renda e em desenvolvimento e que nem aparecem no “radar” da comunidade financeira internacional (EICHENGREEN, 2003).

Considerando a atual crise em curso não é possível concordar totalmente com o autor, pois a mesma originou-se nos Estados Unidos.

Durante apresentação de seminário sobre “América Latina na Crise Internacional”, Carvalho (2009) declarou que a crise atual apresenta elementos de originalidade. Primeiro sua duração (de 2007 – em curso), portanto quase dois anos. Em segundo lugar a queda expressiva do PIB nos países desenvolvidos e por fim a ausência de crises cambiais profundas na América Latina (informação verbal) ⁹. Com poucas exceções este é um fato inédito na região e que contrasta com a opinião de Eichengreen (2003).

A questão-chave de todo este novo contexto de crise é que os mercados não podem funcionar sem apoio institucional e sem regulação eficiente a todas as entidades envolvidas, não somente um grupo específico de bancos.

Várias foram e são as iniciativas, particularmente sugeridas pelos países desenvolvidos e/ou organismos internacionais como o FMI para promover a transparência, regulação e na tentativa de evitar danos maiores na ocorrência de crises. Dentre estas iniciativas destaca-se o Acordo de Capitais da Basileia, que definiu os requerimentos mínimos de capitais que se tornam o principal componente da regulação bancária em todo mundo. Muitas categorias de ativos foram focados, com mais capital requerido em relação às categorias de ativos com mais riscos. Considerando que a regulação de Basileia era obrigatória para os países do G10 foi esperado que os bancos aumentassem sua regulação ou proporção de fatores ponderados por risco com relação à alocação eficaz de capital. Mas isso não ocorreu da maneira esperada.

Muitos estudos relataram diferentes aspectos na questão de como o Acordo de Capitais da Basileia afetou o comportamento dos bancos e sua efetividade em aumentar a proporção de capitais, tendo em vista que a alocação eficaz poderia ser atingida de três maneiras: por aumento de capital (que pode ocorrer via incorporações, aquisições ou fusões); por redução no total de ativos e substituindo a composição dos ativos a um menor fator de ponderação do risco. Um exemplo seria a redução de empréstimos comerciais (que tem alocação de 100% de

⁹ Informação fornecida por Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho durante Seminário *A América Latina na Crise Internacional* em 23 de abril de 2009. Seminário e Debates – Prolam/USP, São Paulo, 2009.

fator de ponderação de risco) em favor das *securities* (títulos, com zero por cento de fator de ponderação de risco).

Sobre as abordagens do impacto do Acordo de Basiléia no comportamento dos Bancos, a literatura¹⁰ concentra em dois fatores relevantes. O primeiro analisa a aplicação de modelos de gestão de riscos. O segundo, o comportamento dos bancos com relação às decisões sobre as captações e as aplicações de recursos em busca do fortalecimento da estrutura de capital e melhora da capacidade de rápida recuperação frente aos efeitos negativos de possíveis crises financeiras.

Em relação ao primeiro fator relevante, observa-se o aumento dos controles internos dos bancos. Quanto ao segundo, como já comentado, diante de um cenário de crise aliada a uma regulação que restringe o capital, os bancos tem a opção de elevar a proporção capital/ativo através de duas opções: aumento do capital e redução de posições nos ativos ponderados por riscos.

O Comitê da Basiléia (BCBS, 2006) examinou a principal evidência empírica disponível para os recentes adotantes, os países do G10. Esse estudo demonstra como a proporção de capitais aumentou, geralmente por uma combinação de aumento de novos capitais dos bancos e uma redução do fator de ponderação do risco dos ativos. Esse estudo também demonstrou evidência significativa no crescimento da arbitragem regulatória em que os bancos fizeram uso da securitização para aumentar sua proporção de capital. Isso era particularmente verdade nos Estados Unidos, em que o mercado de capitais é mais desenvolvido e líquido¹¹.

Diante da dificuldade de aumento do capital, o cumprimento dos requerimentos mínimos de capital conduz os bancos menos capitalizados a restringirem suas ofertas de crédito.

¹⁰ SCOTT (2005) e BARAJAS, CHAMI e COSIMANO (2005).

¹¹ Sobre o acordo nos Estados Unidos ver DEOS (2005).

As observações até aqui estão relacionadas com o trabalho desenvolvido por Mendonça (2002). O objetivo do trabalho foi o de discutir as mudanças presentes no Acordo da Basiléia de 1998 e as propostas pelo novo acordo, partindo da percepção de que estas levam a um novo formato de regulação bancária. Na ocasião o Acordo de 2004 ainda não havia sido publicado. Segundo Mendonça (2002) é possível afirmar que o novo formato de regras que consubstanciavam a proposta do Novo acordo, pudesse possibilitar uma melhor prevenção de crises financeiras, uma vez que capacita as instituições a reagirem a situações adversas. No entanto não são capazes de abortar toda e qualquer situação de crise, em especial em períodos onde há mutações no estado econômico que levam à gestação de crises a partir da exacerbação da incerteza. E uma vez deflagradas crises financeiras, não estão presentes no acordo elementos para atenuá-las ou eliminá-las. Nestas situações, somente a atuação discricionária do prestador em última instância é capaz de garantir a saúde e solidez do sistema (MENDONÇA, 2002).

A partir desta constatação surgem os dilemas de supervisão, pois se o objetivo da regulação bancária é evitar crises, porque não conseguem garantir a solidez, estabilidade e a solvência dos bancos e evitar as crises periódicas?

A experiência histórica mostra (considerando as crises recentes dos mercados financeiros asiático, latino-americano e a crise em curso iniciada nos Estados Unidos) que a regulação falhou em prevenir crises bancárias. Apesar da tentativa de maior regulação ainda persistem problemas na regulação de bancos e demais instituições financeiras (como a regulação dos bancos de investimentos norte-americanos).

Sob a perspectiva de Minsky (2008), a livre concorrência bancária, fomentando à alavancagem da economia inevitavelmente gera crises. E, por outro lado, a forte regulação e supervisão podem afetar a eficiência e a rentabilidade das instituições financeiras, além de

engendrarem risco moral No risco moral o Banco Central como prestador de última instância estimula bancos a comportamentos mais arriscados.

Esta constatação, não retira o grande mérito de Basileia II já que houve grande mudança na proposta apresentada. Em vez de supervisionar as instituições, os reguladores passam a monitorar os procedimentos adotados pelas próprias instituições em seus cálculos, estimativas e métodos de gestão de riscos e requisitos de capital. Dessa forma, além dos incentivos via mercado para aprimorar práticas internas de medida e gestão de risco, haveria ganhos de eficiência e redução de custos de supervisão (CORAZZA, 2005).

Questiona Corazza (2005, p. 88) “seria ela um novo aperfeiçoamento deste longo processo de supervisão, que vem desde 1975, mais eficiente e menos oneroso, ou o reconhecimento das limitações inerentes a todo o processo de regulação e supervisão, face às inovações do mercado para evadir-se do controle?”.

Apesar da proposta de mudança de Basileia II temos que admitir o impacto da crise atual no mercado hipotecário dos Estados Unidos e suas potenciais consequências no mercado financeiro global e nas economias e este fato deve abrir um debate intenso sobre regulação, investidores, consumidores bancários e instituições financeiras. A complexidade de novos instrumentos financeiros e a dificuldade em aferir os riscos envolvidos contribui para a falta de transparência desses instrumentos e consequentemente o aumento da instabilidade. O Comitê de Basileia neste sentido vem avaliando as vulnerabilidades ocorridas nestes instrumentos principalmente realizados nas economias com sistema financeiro mais desenvolvido.

Em 16 de abril de 2008 o Comitê de Basileia divulgou grande preocupação dos reguladores com a crise atual e como os reguladores estavam trabalhando na origem do risco. Neste sentido divulgou o seguinte (BCBS, 2008, p.1):

The Basel Committee today is announcing a series of steps to help make the banking system more resilient to financial shocks. These include:

-Enhancing various aspects of the Basel II Framework, including the capital treatment of complex structured credit products, liquidity facilities to support asset-backed commercial paper (ABCP) conduits, and credit exposures held in the trading book. At the same time, the Committee notes the importance of prompt implementation of the Basel II framework, as this will help address a number of the shortcomings identified by the financial market crisis.

-Strengthening global sound practice standards for liquidity risk management and supervision, which the Committee will issue for public consultation in the coming months.

-Initiating efforts to strengthen banks' risk management practices and supervision related to stress testing, off-balance sheet management, and valuation practices, among others.

-Enhancing market discipline through better disclosure and valuation practices. [...]The market turmoil has already provided important lessons that will help guide the Committee in further strengthening certain aspects of the Framework. The Committee is introducing a number of measures to help ensure sufficient capital, to capture off-balance sheet exposures more effectively and to improve regulatory capital incentives.

In particular, the Committee will revise the Framework to establish higher capital requirements for certain complex structured credit products, such as so-called "resecuritisations" or CDOs of ABS, which have produced the majority of losses during the recent market turbulence. It will strengthen the capital treatment of liquidity facilities extended to support off-balance sheet vehicles such as ABCP conduits. More detailed proposals will be published later this year.

Os instrumentos de securitização mencionados são amplamente utilizados nos Estados Unidos, que em 2006 apresentavam volume considerável de operações de securitização conforme visualizado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Securitização/PIB (%) – Comparação Internacional. Dados de 2006.
 Fonte: *World Economic Forum. The Financial Development Report 2008.*

O teor da preocupação demonstrada pelo Comitê da Basileia depois de deflagrada a crise em curso denota que apesar de todo o esforço dedicado ao estudo e à publicação do Acordo de Basileia e revisões posteriores, o Acordo em si não é capaz de prevenir crises, pois os reguladores não conseguiram neste último caso demonstrado acompanhar o ritmo dos regulados e os instrumentos de transferências de risco vigentes atualmente no mercado.

Já havia no Acordo de 2004 a preocupação com o monitoramento cuidadoso das operações securitizadas, pois elas podem envolver redução artificial de exigência de capital.

O Comitê de Basileia já previa as inovações previstas do mercado, e o novo acordo salienta que as exigências de capital mínimo para securitização podem não ser capazes de abordar todas as possíveis questões. Sendo assim, é esperado que a Autoridade de Supervisão considere as novas características de transações de securitização à medida que elas surgirem Conforme Parágrafo 789 do Novo acordo (2006, p.221):

B. Market innovations

789. As the minimum capital requirements for securitisation may not be able to address all potential issues, supervisory authorities are expected to consider new features of securitisation transactions as they arise. Such assessments would include reviewing the impact new features may have on credit risk transfer and, where appropriate, supervisors will be expected to take appropriate action under Pillar 2. A Pillar 1 response may be formulated to take account of market innovations. Such a response may take the form of a set of operational requirements and/or a specific capital treatment.

A crise em curso intensificou-se de forma mais severa a partir de setembro de 2008. As crescentes dificuldades em avaliar a exposição dos bancos a créditos duvidosos aprofundaram o problema da liquidez. Bancos com liquidez recusaram-se a emprestar recursos a instituições com escassa liquidez. Houve uma disparada para verificar se os bancos tinham exposição aos créditos do chamado *subprime* ou se tinham relação com bancos impactados com essa exposição nos demais países.

Neste período nos Estados Unidos o Sistema Financeiro contabilizou perdas após a redução nos preços dos imóveis e crescente inadimplência das hipotecas. O Quadro 1 mostra o impacto vivenciado pelas instituições financeiras nos Estados Unidos a partir do último trimestre de 2008.

Instituição Financeira afetada	Situação em 2008	Intervenção do Estado na transação
<i>Bear Stearns</i>	Foi vendido em março de 2008 ao <i>JP Morgan Chase</i> .	Sim
<i>Fannie Mae e Freddie Mac</i>	No início de setembro de 2008, o governo americano resgatou as duas maiores financiadoras de hipotecas do país, em um acordo de aproximadamente USD 200 bilhões.	Sim
<i>Lehman Brothers</i>	Pediu concordata no dia 15 de setembro, depois que, sem ajuda federal, não conseguiu fechar a sua venda para nenhuma instituição. Parte dos seus ativos foi vendida ao britânico <i>Barclays</i> .	Não
<i>Merril Lynch</i>	Acertou a sua venda no dia 15 de setembro para o <i>Bank of América</i> .	Não
<i>Goldman Sachs e Morgan Stanley</i>	Foram autorizados no dia 21 de setembro pelo FED a se tornarem bancos comerciais – deixando de serem somente instituições de investimento.	Sim
<i>Washington Mutual</i>	Foi fechado pela FDIC (órgão garantidor de contas bancárias) e a maior parte de suas operações vendida ao <i>JPMorgan Chase</i> .	Sim
<i>National City</i>	Adquirido pelo <i>PNC</i> .	Sim
<i>Countrywide</i>	Comprado pelo <i>Bank of America</i>	Não
<i>Wachovia</i>	Negociou sua venda para o <i>Wells Fargo</i> .	Não

Quadro 1 - Impacto da crise *subprime* nas instituições financeiras dos Estados Unidos.

Fonte: Elaborado a partir do Relatório de Estabilidade Financeira do BACEN, 2009 e do BCRA, 2009.

Além das instituições mencionadas no Quadro 1 houve destinação de recursos para a maior seguradora dos Estados Unidos a *American International Group* (AIG), com intervenção estatal. Isto comprova que houve destinação de recursos públicos em grande parte das transações envolvendo a recuperação das instituições financeiras norte-americanas no período.

Durante este período as empresas perderam acesso ao mercado de capitais e à liquidez. Investidores em reação ao aumento das perdas relacionadas ao financiamento de imóveis desfizeram-se das posições em créditos hipotecários, afetando o funcionamento do mercado.

Em resposta à crise de liquidez, o Banco Central (FED) e o Tesouro dos Estados Unidos anunciaram um conjunto de medidas, dentre elas um pacote inicial de USD 700 bilhões com o intuito de tornar as instituições financeiras solventes. De outra parte, além do FED houve ação coordenada entre bancos centrais das principais economias para redução de juros, destacando-se Banco Central Europeu, Banco da Inglaterra e Banco do Japão.

O sistema financeiro atual é mais sofisticado. Decorre do desenvolvimento desse sistema um nível de complexidade técnica que o regulador, em sua atuação de provedor da regulação, muitas vezes não consegue regular. Seja em função da complexidade concreta das atividades dos agentes econômicos, seja em função da crescente velocidade ditada pela dinâmica das novas e cada vez mais sofisticadas operações financeiras.

Diversos instrumentos de securitização utilizados pelo mercado na negociação de ativos comerciais foram utilizados no mercado internacional, entretanto, com a crise *subprime*, esta negociação foi paralisada dado os impactos que ocorreram dos créditos de alto risco nas instituições financeiras envolvidas.

A recente crise em curso corrobora o já analisado por Mendonça (2002) e Eichengreen (2003), ou seja, que não é possível a prevenção de crises através tão somente da implementação de regras. O crescente aporte de recursos públicos na tentativa de reduzir o

risco sistêmico, bem como o pacote de estímulo econômico do governo norte-americano assumindo participações em instituições financeiras e empresas à luz da publicação do Novo acordo de Capitais da Basileia demonstram isto.

A implementação de Basileia e toda sua discussão prévia com a indústria bancária e supervisores não impediu a crise que se iniciou em 2007 e tem efeitos até este momento em 2009. Não podemos afirmar que a nova regulamentação terminará em crise, mas a atuação conjunta até este momento dos principais bancos centrais foi fundamental para amenizar a crise instalada e a percepção de risco sistêmico.

**CAPÍTULO II - PERSPECTIVAS FACE À IMPLEMENTAÇÃO DO
NOVO ACORDO DE CAPITAIS DA BASILÉIA NO SISTEMA
FINANCEIRO LATINO-AMERICANO**

2.1 Contexto financeiro da América Latina

O assunto envolvendo Basiléia vem sendo tratado na América Latina desde a implementação de seu primeiro acordo no final da década de 1980. Com a proposta de revisão em curso, um grupo de economistas latino-americanos com experiência na área bancária, de finanças e regulação de serviços financeiros, criou o Comitê Latino-Americano de Assuntos Financeiros (CLAAF). Na Declaração número dois, o CLAAF (2001, p. 2) considerava que:

A Proposta é um passo importante para a melhoria do sistema de regulação bancária, porque representa um aperfeiçoamento na estrutura de incentivos de regulação, promove uma melhor avaliação dos riscos, fomenta a disciplina de mercado, disponibiliza os mecanismos para melhor supervisão *in situ* e enfatiza a importância de um adequado processo de governança corporativa. Estas características são particularmente relevantes na América Latina, uma vez que a recente experiência demonstrou que as exigências de capital, tal como aplicadas atualmente, não tem produzido os resultados efetivos por si só como instrumentos para conter o risco excessivo dos bancos. [...] o CLAAF está preocupado com os impactos que a adoção da nova proposta pode ter na América Latina.

No período 2003-2007, a economia mundial experimentou um processo de crescimento significativo e as economias latino-americanas seguiram próximas a este crescimento. As economias da região, antes consideradas instáveis, apresentaram melhora em relação ao que se observou em períodos anteriores. Em termos macroeconômicos a situação foi considerada positiva. A inflação ficou sob patamares controláveis na maioria dos países (exceção Venezuela e Argentina), houve superávit comercial e a dívida pública foi melhor estruturada.

De acordo com a CEPAL (2008), neste período anterior à crise financeira atual, a América Latina cresceu acima de sua média histórica, em função de uma série de fatores internos e externos. Elevada liquidez de mercado, baixa aversão ao risco, crescimento das principais economias mundiais e da China e aumento do preço das *commodities* exportadas

são alguns dos principais fatores que favoreceram os países da região até 2007. Esta perspectiva contribuiu para um incremento no volume financeiro transacionado via mercado financeiro e de capitais na região e, conseqüentemente, maior estruturação financeira nessa área por parte dos bancos¹². No entanto, fragilidades ainda persistem e o bom momento experimentado pela região não pode ser considerado duradouro. Por conta da crise internacional atual já há uma perspectiva de revisão para baixo do crescimento do PIB da América Latina nos próximos anos.

No contexto financeiro latino-americano, uma parcela do sistema financeiro é caracterizada por possuir relativa parcela de depósitos e empréstimos denominados em dólares. Em alguns países como Bolívia, Paraguai, Nicarágua, Peru e Uruguai, mais da metade dos empréstimos e depósitos eram denominados em dólares em 2004. Em outros países iniciou-se um processo de substituição do dólar e outro grupo de países impediu a dolarização, através de regulação (caso do Brasil, Chile e Colômbia). A crise argentina e no Uruguai fizeram com que as autoridades monetárias ficassem atentas com a dolarização, pois esta característica deixa os bancos mais vulneráveis ao risco cambial, limitando o escopo de atuação de uma política monetária independente (BCBS, 2007).

Por meio da Lei de Conversibilidade de 1991, a moeda argentina permaneceu por mais de dez anos atrelada ao dólar na paridade de um para um. Segundo BATISTA Jr. (2002) esta Lei pode ser vista como uma espécie de “declaração de dependência monetária”. Coube ao Estado argentino propor um novo marco legal de caráter emergencial em 2002 que se sobrepôs a todos os contratos e leis existentes em matéria monetária e financeira. Sem a desdolarização compulsória, a grande depreciação cambial requerida teria desorganizado completamente a economia e o sistema financeiro argentino (BATISTA Jr., 2002).

¹² Comitê de Basiléia BIS Papers 33 – *Envolving banking systems in Latin América and the Caribbean: challenges and implications for monetary policy and financial stability* 2007.

Na América Latina, o grau de sofisticação dos sistemas financeiros e a supervisão bancária não são homogêneos. O Panamá, por exemplo, não possui a figura do prestador de última instância, geralmente função do Banco Central.

Os sistemas financeiros latino-americanos são concentrados em sua maioria, com baixo nível de bancarização da população e pequena relação Crédito/PIB. O nível de bancarização reflete o acesso da população aos produtos e serviços oferecidos pelos bancos. Podem ser produtos passivos como contas de poupança ou ativos como concessão de crédito para o varejo e o atacado. No caso do Brasil essa relação vem crescendo nos últimos anos, mas ainda está num patamar inferior ao observado nos países desenvolvidos conforme demonstrado no Gráfico 2.

Os baixos níveis de bancarização podem ser explicados por aspectos geográficos (como a presença de agências ou correspondentes bancários) e aspectos sócio-econômicos como nível de renda, custos financeiros, nível educacional, informalidade, dentre outros.

No que se refere aos aspectos geográficos, na América Latina há presença de bancos concentrados em cidades principais ou intermediárias (exemplo da Argentina). No que se refere aos aspectos sócio-econômicos citados, o baixo nível de desenvolvimento da América Latina reflete seu baixo nível de bancarização (HELLER, 2005). Desta forma, cabe aos Bancos Públicos levar os serviços financeiros a um percentual maior da população oferecendo produtos e serviços a custos subsidiados.

Gráfico 2 - Relação crédito/PIB (%) - Comparação Internacional.

Fonte: *Domestic credit to private sector (% of GDP). World Development Indicators 2008, World Bank*, exceto Brasil* Dados do BACEN, 2008.

A partir da literatura estudada¹³ destaco abaixo um panorama atual da indústria financeira na América Latina:

- O setor financeiro tem experimentado um processo de concentração e desnacionalização;
- Há modelo alternativo de expansão sendo desenvolvido através de estratégias de constituição de alianças, envolvendo participações acionárias entre bancos estrangeiros e bancos nacionais;
- O aumento da participação acionária estrangeira vem crescendo nos sistemas bancários latino-americanos;
- As instituições financeiras se mostraram mais fortes e estruturadas e apresentaram melhora na qualidade de seus ativos e elevação da rentabilidade no triênio 2005-2007;
- Em agosto de 2006, com a compra pelo banco brasileiro Itaú das operações do *BankBoston* no Chile e no Uruguai, o sistema financeiro latino-americano se viu diante de

¹³ BCBS (2007), ARAÚJO e MASCI (2007) e BID (2009).

uma nova face da globalização do setor: a consolidação regional. Há no setor quem aposte que “regionalizar-se”, como faz o Itaú, é a única maneira dos grandes bancos latino-americanos de varejo sobreviverem à concorrência das instituições globais que já estão instaladas em diversos mercados da América Latina.

- Houve expressivo volume de remessas internacionais de trabalhadores imigrantes provenientes dos diversos países da região até 2007. Este volume iniciou sua trajetória decrescente a partir de 2008 em função da crise em curso.

- Ocorre a atuação de empresas não financeiras, principalmente redes varejistas ofertando serviços financeiros e criando bancos próprios;

- Os bancos da região, com exceção das subsidiárias de bancos internacionais consolidados no exterior, no geral não têm significativas atividades internacionais de crédito;

- Foram desenvolvidas novas formas de liquidação financeira intra-regional, como a proposta de constituição do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central da Argentina, para transações de comércio exterior envolvendo as moedas dos países e substituindo a utilização de dólares;

- Movimento de aquisição e fusão de bancos brasileiros tanto públicos como privados. Exemplos: Em 2007 e 2008 recentes aquisições de bancos no Brasil como o Banco do Brasil S.A. (adquiriu Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e Banco Nossa Caixa, e participação no Banco Votorantim) e Itaú (processo de fusão com o Unibanco).

- Poucos países latino-americanos foram além de uma simples carta de intenção de implementação de Basiléia II no futuro. Até esta data poucos países definiram um calendário claro de implementação de Basiléia (como o Brasil, Chile e México) (PORTILLA, 2007).

Além do panorama acima, outra questão de relevância no contexto financeiro latino-americano é a existência de mecanismos mitigadores de risco envolvendo as transações de comércio exterior na região.

Bancos brasileiros e argentinos são habilitados a participar de acordos de garantias com organismos internacionais e realizar transações através do convênio entre Bancos Centrais da região como o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR). Estes mecanismos contribuem para mitigação de risco na região, conferem maior segurança na realização de operações e pretendem no caso do CCR colaborar com o processo de integração financeira.

O Banco Central do Brasil mantém Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos com os todos os bancos centrais participantes (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela).

O CCR é um sistema de pagamentos criado em 1982 com a finalidade de estimular o relacionamento entre as instituições financeiras atuantes no Sistema Financeiro, facilitando os pagamentos e o intercâmbio comercial.

Para Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) o CCR tem como finalidade iniciar uma cooperação formal entre os bancos centrais da região para alcançar, num processo contínuo, à integração financeira e monetária, através da formação de organismos financeiros específicos (SANTANA; KASAHARA, 2006).

Os pagamentos passíveis de curso sob o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos limitam-se às transações diretas entre os países conveniados, e correspondem a:

- a) operações comerciais;
- b) outras operações, desde que diretamente vinculadas a operações comerciais, previstas nos instrumentos passíveis de curso sob o CCR e referentes, entre outras, a fretes e seguros, despesas relativas ao embarque e outras admitidas como de responsabilidade do importador, despesas e comissões bancárias, e juros por financiamento ao comércio.

Outro instrumento mitigador de risco são os acordos de garantia celebrados com organismos internacionais que objetivam fomentar o desenvolvimento regional, viabilizando operações, relacionadas ao comércio exterior, que envolvam banqueiros de países com pouca

tradição no comércio exterior, previamente habilitados pelos organismos internacionais e possibilitando-os obter histórico de operações com bancos internacionais habilitados.

Os Organismos Internacionais com programas voltados para a América Latina são o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o *International Finance Corporation* (IFC), do Banco Mundial.

No caso do BID, o propósito do Programa de facilitação de financiamento ao comércio regional (*Trade Finance Facilitation Program-TFFP*) é auxiliar bancos de países membros do BID a operacionalizar suas transações de comércio exterior, possibilitando-os obter histórico de operações com bancos internacionais. De acordo com o BID (2008, p.1):

As garantias podem ser usadas para oferecer confiança aos bancos internacionais (em especial aqueles que participam da confirmação de cartas de crédito e outras documentações exigidas para o financiamento do comércio exterior) com instrumentos destinados a cobrir tanto o risco político [risco país] como o risco de pagamento comercial [risco de crédito] de transações realizadas pelos bancos emissores nos países latino-americanos em que o Banco opera. As garantias cobrem o risco comercial e político de não-pagamento por parte do banco emissor. Como tais, as garantias não assumem o risco direto do importador ou do exportador. O Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) teve uma experiência bem-sucedida com o uso deste modelo para estimular o comércio internacional com a Europa Central e do Leste, assim como com os países da antiga União Soviética.

Bancos emissores são bancos pertencentes aos países membros do BID localizados na América Latina e Caribe, com experiência em comércio internacional e risco de crédito considerado aceitável. Banqueiros confirmadores são os bancos internacionais e regionais ativos e com reconhecido histórico em financiamento de comércio internacional.

No caso do TFFP, o BID emite garantias de crédito em forma de cartas de crédito ou outro instrumento a favor de Bancos Confirmadores para amparar risco que assumam sobre instrumentos elegíveis para o financiamento do comércio exterior emitidos por bancos da América Latina e Caribe.

As principais características do TFFP são:

Bancos Emissores: Bancos latino-americanos com pouca tradição em comércio exterior habilitados pelo BID;

Bancos Confirmadores: Banco internacional ou regional, habilitado pelo BID e com uma trajetória reconhecida no financiamento do comércio internacional.

Prazo: Até três anos de acordo com o tipo da operação, os fatores de risco país e o perfil de crédito do Banco Emissor;

Nível de Cobertura: até 100% por transação;

Instrumentos Elegíveis: Cartas de Crédito, Financiamento de exportações e importações proporcionadas por Bancos Confirmadores e Garantias Internacionais.

Custos: As comissões de garantia do TFFP estão baseadas nos preços de mercado e se estabelecem a partir da margem ou comissão cobrada pelo Banco Confirmador.

O instrumento proporciona a mitigação de risco em operações de comércio exterior, alavancando os benefícios a países que mantêm relações comerciais entre si.

O risco de crédito das operações será assumido, total ou parcialmente, pelo organismo internacional.

O *International Finance Corporation* (IFC) do Banco Mundial também oferece um programa de garantias de risco comercial e risco-país, semelhante ao do BID. No caso do IFC, o programa *Global Trade Finance Program* (GTFP) destina-se à cobertura de risco de banqueiros em mais de 60 países, como forma de estender e complementar a capacidade desses bancos em obter crédito para o comércio exterior. O objetivo é aumentar a participação dos países emergentes no mercado globalizado e promover a melhoria do fluxo de bens e serviços.

O objetivo do *Global Trade Finance Program* do IFC é auxiliar na criação de histórico de operações comerciais envolvendo países emergentes membros do IFC, que

normalmente não conseguiriam créditos sozinhos, como Argentina, Bolívia, República Dominicana, Jamaica, Guatemala, dentre muitos outros.

Além dos instrumentos assinalados acima os organismos internacionais tentam envidar esforços na destinação de recursos para projetos nos países latino-americanos. Vários são os projetos em andamento nesses países com financiamento realizado através de organismos internacionais.

O novo acordo de Capitais de Basiléia propõe requerimento de capital também para o financiamento de projetos e este é um ponto importante de preocupação considerando a histórica escassez de recursos para financiamento desses projetos na América Latina. Neste sentido destaca Battle (2007, p. 243):

Una preocupación específica de los países en desarrollo es la relativa al financiamiento de proyectos de inversión. Las propuestas de Basilea II asumen que el financiamiento de proyectos (project finance) tiene riesgo más elevado que los préstamos a empresas, lo que implica un aumento de los requerimientos de capital para aquellos préstamos. Esto es problemático para los países en desarrollo, que requieren grandes inversiones privadas en la producción y en infraestructura, en las que el mecanismo de financiamiento de proyectos (project finance) juega un papel clave, no solamente para el financiamiento directo sino también para la promoción de los mercados de capital. Lo anterior repercute en los bancos de desarrollo de la región y en otras instituciones que actúan en el ámbito regional. Por ejemplo, la propia Corporación Financiera (IFC) del Banco Mundial ha hecho saber al Comité de Basilea su preocupación por el peso adicional en el capital para atender la financiación de proyectos.

Esta também é uma das críticas de como a implementação de Basiléia afetaria os países latino-americanos e seus projetos. Seria necessário adequar as regras do Novo acordo à realidade das necessidades da região. Do contrário, não haverá nenhuma possibilidade de crédito para financiar projetos necessários à geração de desenvolvimento real para a América Latina.

Paralelamente às discussões sobre o apoio dos organismos internacionais e bancos de desenvolvimento na região há a materialização da fundação do Banco do Sul. A proposta

surgiu em 2006 quando o presidente venezuelano Hugo Chávez propôs a criação de um Banco regional que tenha as funções de uma instituição financeira de integração regional. A parti daí, desde abril de 2007 uma equipe de profissionais da Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai iniciaram negociações para estabelecer os estatutos e condições desta nova instituição financeira regional. Inicialmente o presidente venezuelano comentou que com os recursos do Banco do Sul seria possível apoiar os países que tenham problemas no balanço de pagamentos e que neste sentido o Banco do Sul substituiria o FMI e demais organismos internacionais no financiamento e repasse de recursos para os países outorgantes da região (FURTADO, 2008).

Em 03 de maio de 2007, na cidade de Quito foi firmada a Declaração de Quito por Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela. Nesta declaração é estabelecido que o Banco do Sul seja um dos três suportes à nova arquitetura financeira regional na América do Sul junto com o Fundo do Sul e uma Unidade Monetária Sul-americana. Em dezembro de 2007 na cidade de Buenos Aires os seguintes países firmaram a ata de fundação do Banco do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela (TEMA [...], 2008).

Essa pode ser uma alternativa nova que deve ser discutida na América Latina considerando-se a atual escassez de financiamento de créditos via mercado de capitais e possível impacto de Basiléia II no financiamento dos projetos dos organismos internacionais e bancos de desenvolvimento para região.

2.2 O novo acordo no contexto dos sistemas financeiros latino-americanos

Conforme Sumário disponibilizado pelo BCBS em 2004, de um total de 16 países questionado na América Latina, mais de 70% responderam que pretendem adotar Basiléia II. Segundo este Sumário (BCBS, 2004, p. 1):

The Questionnaire was sent to 16 countries that have actively participated in FSI seminars directly related to Basel II.1 Responses were received from 15 countries (collectively referred to as respondents) and are summarised in this note. More than 70% of the respondents (11 countries) intend to implement Basel II. Banks in these countries control around 95% of banking assets in Latin American respondents to the Questionnaire. The rest of the respondents (4 countries) are still undecided regarding the application of Basel II. They state that their banking institutions are not internationally active or that further analysis on the impact of Basel II in their countries is necessary. [...], banks controlling 85% of total banking assets in Latin American respondent countries are expected to move to Basel II between the beginning of 2007 and the end of 2009. It is also worthwhile to note [...] the role of foreign banks in the implementation of the Basel II framework in the region. Of the 85% of total banking assets moving to Basel II during 2007-09, more than a third belong to banks which are foreign-controlled or foreign-incorporated. It thus seems logical to conclude that foreign banks will be playing a key role in the implementation of Basel II in Latin America.

Conforme assinalado acima o panorama latino-americano no que diz respeito à implementação de Basiléia II mostra que ao menos onze jurisdições manifestaram-se pela intenção de implementar o novo acordo em alguma data antes do ano de 2010. Estas onze jurisdições representam 85% dos ativos bancários das 16 principais economias da região.

Um ponto destacado pelo Sumário apresentado pelo BCBS é a participação dos bancos estrangeiros na implementação de Basiléia II na América Latina. Como há parcela significativa de bancos estrangeiros atuando localmente na região, as diretrizes que serão seguidas são de suas respectivas sedes. Para o BCBS, este fato favorece a implementação quando consideramos a existência de bancos internacionalmente ativos.

2.3 Principais impactos, críticas e desafios à implementação de Basiléia II na América Latina

Há atualmente uma grande literatura analisando o impacto do Acordo de Capitais da Basiléia sobre o comportamento dos bancos. Nesta tese centro a atenção nos aspectos de maior relevância na América Latina.

Afora o passado mais recente de crescimento observado no período 2003-2007, uma variedade de países experimentou uma redução do crédito durante as décadas anteriores. Alguns estudos remetem a essas questões e exploram se o aspecto de redução do crédito poderia estar ligado à adoção do Acordo de Capitais da Basiléia.

Os problemas para execução do Acordo na América Latina são relacionados a uma série de debilidades dos países da região como: mercados financeiros pouco desenvolvidos; muitos países da região carecem de normas adequadas de contabilidade para avaliar as exigências de capital ponderadas pelo risco; desenvolvimento limitado do mercado de capitais doméstico e fragilidade do sistema jurídico.

A implementação de Basiléia II requer um esforço muito significativo dos sistemas financeiros, este desafio é ainda mais importante para os sistemas financeiros latino-americanos, nos quais o entorno institucional apresenta limitações consideráveis. A seguir são comentados as principais limitações para a implementação de Basiléia II na região e seus possíveis efeitos sobre o sistema financeiro.

Nos estudos publicados pelos pesquisadores do BID, FMI e outros¹⁴ são analisados os fatores chaves importantes para o entendimento da alocação do *portfolio* de ativos nas decisões dos bancos acerca da restrição aos capitais baseados em risco.

Dentre às críticas associadas à implementação do novo acordo na América Latina, as mais freqüentes estão relacionadas com sua complexidade, possibilidade de redução da oferta de crédito, natureza pró-cíclica e incremento nos níveis de capital requerido.

Sua complexidade se deve ao fato de que Basiléia II apresenta novas propostas de regulação e situações que antes não estavam previstas ou reguladas, como a securitização¹⁵ de ativos, o risco operacional e os mitigadores de risco que, em muitos casos demandam explicações mais pormenorizadas.

¹⁴ Barajas, Chami e Cosimano (2005), Portilla (2007), Fusaro, Giorgio e Rivas (2007) e Cornford (2006).

¹⁵ Processo de revisão de supervisão para securitização consta no novo acordo a partir do Parágrafo 784.

Ajustes importantes ocorreram durante o exercício de estudo de implementação de Basiléia, a partir dos dados dos Estudos de Impacto Quantitativos (QIS) realizados pelo Comitê de Basiléia. Esses ajustes mostram a problemática envolvida na longa duração do exercício de Basiléia e a complexidade de seu produto final (CORNFORD, 2006). Neste sentido de acordo com Cornford (2006, p.42):

Muitos desses ajustes foram feitos no sentido de garantir uma maior flexibilidade. A distensão do cronograma está ligada ao reconhecimento dos problemas colocados pela implementação de um acordo tão complexo e abrangente. No Estudo de Impacto Quantitativo nº. 3, o prazo previsto para a implementação era o fim de 2006. O Comitê reconhece agora que, em muitos países, os procedimentos para a adoção envolverão avaliações adicionais do impacto do Novo Acordo, assim como oportunidades de comentários de partes interessadas e modificações nas legislações nacionais¹⁶.

O caráter pró-cíclico está relacionado com a oferta de crédito. Nos momentos de baixa no ciclo, nos quais aumenta o risco, os bancos reduzem sua oferta de crédito bancário para quem mais demanda. Esta situação é mais relevante em economias em desenvolvimento, com maior volatilidade de seus fatores de risco, sendo este o caso na América Latina.

Com relação à oferta de crédito, Chami e Cosimano (2001) mostram como a regulação de capital afeta o comportamento dos bancos. Os autores tratam o capital bancário como variável endógena. Isso revela como as mudanças na regulação, assim como mudanças nas variáveis exógenas, como estrutura de mercado e atividade econômica, afetam a escolha do banco para determinar o nível de capital. O nível de capital, por sua vez, afetará a habilidade futura dos bancos para ampliar o crédito. Os bancos se antecipam a possibilidade de requerimentos de capitais no futuro e provisionam mais capital no período corrente.

¹⁶ No capítulo três será possível constatar a questão da modificação da legislação do Brasil e Argentina na tentativa de implementação de Basiléia II.

Isso implica que menos empréstimos serão disponibilizados no período subsequente, reduzindo a oferta do crédito.

Chiuri, Ferri e Majinoni (2002) chegaram à conclusão similar utilizando o modelo teórico de *Peek e Rosegreen* para avaliar o impacto do crédito em 16 mercados emergentes. Eles argumentaram que a proporção de adequação de capital deve ter contribuído para uma retração do crédito em países que experimentaram uma crise financeira e esse efeito é maior para aqueles bancos que não são bem capitalizados. Seus resultados também suportam o caráter pró-cíclico dos requerimentos de capitais baseados em risco.

Ao analisar se o Acordo de Basiléia causou uma redução do crédito na América Latina, Barajas, Chami e Cosimano (2005) demonstram os declínios do crédito bancário por toda a região, iniciando nos anos de 1990. Em alguns casos ocorreu uma redução de até dois dígitos no crédito bancário em relação ao PIB, chegando a 16 e a 20 pontos percentuais na Bolívia e no México respectivamente. Os estudos realizados por estes pesquisadores do Fundo Monetário Internacional sugerem a redução da oferta de crédito nos países em desenvolvimento após a adoção de variável regulatória nesses países. No entanto, na média, segundo estes autores a capitalização dos bancos e o aumento dos empréstimos na América Latina aumentaram após o Acordo de Basiléia. O que se constatou nesse conjunto de estudos são evidências de que o crescimento dos empréstimos tornou-se mais sensível a fatores de riscos, sugerindo que o Acordo poderia causar a chamada pró-ciclicidade do crédito.

Os resultados dos pesquisadores do FMI mostram que o Acordo de Capitais de Basiléia estava associado a um aumento da média em capital e empréstimos na América Latina assim como no resto do mundo. Em relação à hipótese de retração do crédito, encontraram pouca evidência de que a proporção de empréstimo declinava depois da adoção de Basiléia I, mas foram encontradas evidências de uma grande sensibilidade de crescimento dos empréstimos alocados em certos fatores de risco. Os bancos procuraram

alterar o tipo de empréstimo concedido, priorizando aqueles com menor exigência de alocação de capital em detrimento de empréstimos com maior alocação de capital requerida. Um dos aspectos esperados é o “*risk retrenchment*”, isto é, o risco de cerceamento no comportamento dos bancos sujeitos a um nível de supervisão mais detalhada, com conseqüente redução da oferta do crédito.

Rato (2007), por outro lado apresenta um ponto de vista fundamentado na discussão de que a possível pro-ciclicidade de Basiléia II deve partir do fato de que a atividade econômica é por natureza cíclica e as instituições financeiras possuem parte da responsabilidade na causa destes ciclos. Quando há piora nas condições econômicas, os bancos tendem a emprestar menos, independente do regime de regulação. Ademais, há outros componentes que intensificam a influência do empréstimo bancário nos ciclos econômicos, como exemplo o insuficiente nível de capitalização dos bancos e deficientes políticas de administração de riscos.

Ainda para este autor, as próprias normas de Basiléia II incorporam um conjunto de elementos com o objetivo de reduzir seus possíveis efeitos pró-cíclicos, como por exemplo, introdução de testes de *stresse* e a estimação no caso de perdas em caso de inadimplência (*Loss Given Default-LGD*) para momentos de baixa do ciclo (RATO, 2007).

Outra crítica recorrente é a escassa relevância da implementação para países menos desenvolvidos, pois inicialmente o novo acordo foi desenhado para supervisionar grandes bancos internacionais, sendo que a maioria desses grupos possui sede em países com economias de mercado desenvolvidas.

Com o intuito de minimizar essa crítica, Rato (2007) conclui que durante o processo de elaboração das normas, o Comitê de Supervisão da Basiléia tem levado em conta os trabalhos do *Core Principles Liaison Group* (CPLG) ¹⁷, um grupo estabelecido inicialmente

¹⁷ Argentina e Brasil fazem parte do *Core Principles Liaison Group* (CPLG).

para seguir a evolução dos Princípios Básicos de Basiléia, mas que dado seu reduzido tamanho e ampla representatividade de economias com distinto grau de desenvolvimento se converteu com o tempo em um dos principais canais para os quais o Comitê assegura que seus níveis técnicos estejam sendo relevantes para o resto dos supervisores.

Sobre o impacto potencial de Basiléia II nos bancos latino-americanos Portilla (2007) por sua vez centra sua atenção nos aspectos que tem maior relevância, destacando os efeitos sobre a composição do *portfólio* dos bancos e sobre os níveis mínimos de capital.

Com relação aos efeitos sobre a composição do *portfolio* dos bancos, conforme o cálculo de Basiléia II, os créditos destinados ao varejo, às hipotecas para residências e créditos corporativos a devedores com qualificações altas são os segmentos de *portfólio* que receberão os maiores benefícios. Por outro lado, as atividades como empréstimos a devedores corporativos de baixa qualificação, exposições soberanas e interbancárias, atraíram agora maiores níveis de capital, incidindo em sua rentabilidade. Por essa razão é de se esperar que Basiléia II possa afetar a composição do *portfólio* das instituições financeiras da região, incentivando certas atividades e produtos e promovendo o abandono de outros.

Com relação aos efeitos sobre os níveis de capitais, os resultados são apresentados com base nos estudos de impactos realizados pelo Comitê de Basiléia. Para América Latina é ressaltado o incremento nos níveis de capital.

Fusaro, Giorgio e Rivas (2007) chegaram à mesma conclusão de Portilla (2007) ao analisar os estudos de impacto do Comitê de Basiléia, que segundo eles mostram que (2007, p. 41):

Los resultados del Segundo Estudio de Impacto Cuantitativo (QIS 2) sugieren que los bancos de países emergentes presentarían, bajo el método estándar, un incremento en los requerimientos de capital de tan sólo 5%. El incremento global (riesgo de crédito y riesgo operativo) generaría un aumento de capital de 17%.

Para Portilla (2007), também haveria aumento. Segundo ele em média Basiléia II implicaria um aumento (sob o método *standard*, aplicado por bancos de menor tamanho e reduzida atividade internacional) de 38% do capital regulatório, sendo o risco operacional o principal responsável por este incremento.

De acordo com as classificações de risco todas as instituições financeiras da região com exceção do Chile e em menor escala o México teriam incrementados seus requisitos de capital por conta de sua exposição ao risco soberano. Isto porque até meados de 2008 somente os dois países na América Latina eram considerados *investment grade* pelas agências de classificação de risco. O Brasil contou com elevação de sua classificação de risco soberano a grau de investimento a partir de abril 2008¹⁸.

É ressaltado que a adoção de requerimento de capital para os riscos operacionais geraria incrementos nos níveis agregados ou individuais de capital. Uma razão importante é que nos bancos da região este risco geralmente não foi quantificado e internamente não se destinou a ele capital.

A conclusão preliminar de Fusaro, Giorgio e Rivas (2007) é a de que a adoção do método *standard* ou simplificado não modificaria demasiadamente os requisitos de capital na região, exceto no que se refere ao tratamento do risco soberano.

Sobre o método *Internal Ratings Based* (IRB) básico, Basiléia II geraria aumentos no capital requerido para as exposições comerciais, soberanas e interbancárias e menores requerimentos para exposições do Varejo.

Uma eventual evolução ao IRB parece factível em certas condições. Mas na prática parece pouco provável devido ao impacto sobre os níveis de capital requerido. Isto implicaria que a América Latina operaria sob um método simplificado (método *standard*) inferior ao existente nos mercados desenvolvidos (IRB básico e avançado).

¹⁸ Em 2008, a agência de classificação de risco internacional *Standard & Poor's* elevou a classificação de risco em moeda estrangeira de longo prazo do Brasil de “BB+” para “BBB-” – primeiro nível na escala de grau de investimento (REUTERS, 2008).

Para as exposições de melhor qualidade/menor risco, o método IRB Básico gera uma poupança de capital requerido em comparação com o método *standard*. Ao mover-se para créditos de menor qualidade, a situação anterior se inverte.

Supondo que o novo acordo seja implantado de forma mais homogênea em todas as jurisdições e eliminando outros fatores que dificultam a comparação, a adoção de regras de capitalização baseadas em qualificações externas ou internas poderia gerar maiores níveis de capital nos bancos da América Latina que em outras regiões do mundo.

O princípio fundamental por trás disso é a maior frequência, profundidade e duração dos ciclos econômicos na América Latina em comparação com os Estados Unidos e Europa. Uma carteira de exposição de um banco localizado na América Latina tem no geral uma menor qualificação do que um similar localizado nos Estados Unidos.

Este exercício simples indicaria que a região não estaria em condições de adotar os métodos de estimação de capitais mais sensíveis ao risco de crédito, sem que ao mesmo tempo seja requerido coeficientes de capitalização superiores aos 8% sugeridos pelo Comitê.

Os estudos de impactos realizados pelo BCBS se concentraram primordialmente nos 13 países membros, mas o último estudo pesquisado de impacto global (QIS cinco, de 2006) incluiu a participação de vários países não membros do G-10 e os resultados foram apresentados de maneira acumulada, agrupando países díspares como Brasil, Coréia e África do Sul. Da maneira como foi apresentado o impacto de avaliação para América Latina seria reduzido (PORTILLA, 2007).

Portilla (2007) enfatiza que estes estudos contam com grandes limitações derivadas do caráter parcial das informações, do caráter prematuro do processo de implementação dos bancos participantes e o reduzido número de participantes. A principal limitação dos estudos de impacto é que nenhum mediu os efeitos reais do impacto, ou seja, quando este já tenha sido implementado pelos bancos.

Além de estudos do Comitê da Basiléia e de representantes do FMI e BID a Federação Latino-americana de Bancos (FELABAN) realizou um estudo de cinco aspectos fundamentais sobre Basiléia II, a saber: aplicação do novo acordo: custos e benefícios no contexto latino-americano; implementação gradual *versus* diferencial; oportunidade de mudança em avaliação e gestão de riscos; visão e opinião sobre o supervisor e banco local *versus* banco estrangeiro.

Com relação aos custos associados com a aplicação de Basiléia II a FELABAN indica: incremento de capital pelo método *standard*; incremento de capital por risco operacional; incremento de capital por dívida soberana; incremento de risco sistêmico; incremento de custo de crédito corporativo; incremento de custo de crédito para pequenas e médias empresas e incremento de custo regulatório (GONZALEZ, 2007).

Um outro ponto destacado pela literatura é sobre a necessidade de gerar uma base de dados histórica para medição do risco, o que não existe em parte dos bancos da região.

O incremento de capital pelo método *standard*, já sugerido por outros autores como Portilla, Fusaro, Giorgio e Rivas (2007) ocorre, pois para FELABAN as instituições financeiras que não contam com a capacidade tecnológica e informação histórica para sistematizar e organizar seus sistemas de medição de risco com base nos parâmetros de probabilidade de inadimplência, perda dada à inadimplência e exposição ao risco de crédito, vão utilizar o método *standard* e como consequência terão que colocar maior capital para realizar as mesmas operações. Ademais, o novo acordo adicionou o parâmetro de risco operacional. Os bancos terão que estabelecer políticas e mecanismos adicionais de controle, para o qual terão maior gasto com Tecnologia da Informação (TI). Uma excessiva demora para mensurar este novo risco gerará não só uma desvantagem competitiva, mas também aumentará a ponderação de risco aplicável por este fator (GONZALEZ, 2007).

Com relação ao incremento de capital por dívida soberana, no novo acordo se assume o risco com base na qualificação que tenha a dívida do país. Assim, somente aquelas

qualificações entre AAA e A terão direito a gozar do benefício de uma ponderação de capital entre 20% e 50%. As demais qualificações terão uma ponderação entre 100% e 150%, o que significa uma maior capitalização para aqueles bancos que, como a grande maioria da região, adquire dívida soberana dentro de seus *portfólios*.

Com relação ao incremento de risco sistêmico, de acordo com a metodologia de ponderação de Basiléia I, se aplicava a mesma porcentagem aos créditos independente do prazo, ou seja, o tempo de duração dos mesmos era indiferente. Com o novo acordo se realiza uma distinção no tempo de duração do crédito, e como consequência, a ponderação está de acordo com o prazo de crédito outorgado, de maneira que a menor prazo, menor será a porcentagem de capital para realizar a operação. Esta mudança, sem dúvida, gera incerteza para os países latino-americanos, na medida em que os créditos outorgados pelos bancos internacionais poderão tender a um prazo inferior para efeitos de não utilizar tanto capital. Com isso, gera-se risco sistêmico se os bancos prorrogarem suas obrigações.

Incremento de custo de crédito corporativo também ocorre de acordo com a classificação fixada para as empresas. Uma empresa situada em uma classificação entre AAA e A-terá um percentual de ponderação de risco entre 20% e 50%, de tal forma que aquelas empresas com classificação inferior terão uma ponderação entre 100% e 150%. Da mesma forma há aumento de custos empresariais já que a classificação é dada por uma agência de classificação de risco.

A principal crítica com relação à utilização das agências de classificação de risco é a ponderação de risco para devedores não qualificados. Sob o método *standard* os devedores não qualificados recebem uma ponderação de risco de 100%. Exposições não qualificadas recebem uma melhor ponderação de risco do que os empréstimos de baixa qualidade (abaixo de BB-). É um incentivo para algumas empresas não serem qualificadas. No Estudo de Impacto (QIS 3) de 2002 participaram 8 bancos brasileiros, que representavam 55% dos

ativos totais do SFN. Somente 18% das exposições corporativas das carteiras desses bancos estavam qualificadas, o que demonstra o baixo nível de penetração das agências classificadoras de risco no mercado brasileiro. No G-10 esse número era de 38% (bancos internacionalmente ativos) e 54% para os orientados ao mercado doméstico (CASTRO, 2007).

A partir da literatura estudada¹⁹, foi possível verificar o impacto e resultados na implementação de Basiléia II na América Latina. De toda forma os estudos têm sido limitados e pode-se afirmar que com muitas poucas exceções, o impacto real de Basiléia II nos países latino-americanos é ainda incerto.

A migração total a Basiléia II na região implicará mudanças profundas, dentre elas desafios consideráveis tanto para os supervisores como para os próprios bancos com base nos modelos a serem utilizados.

Estes desafios são ainda mais importantes para os sistemas financeiros da América Latina, em um contexto de sistemas e instituições financeiras muito heterogêneas e onde o entorno institucional apresenta limitações consideráveis.

As críticas ao novo acordo e os estudos divulgados podem indicar a razão pela qual poucos países na região foram além de uma carta de intenções na implementação de Basiléia II.

Da mesma forma que a migração para Basiléia II implica importantes desafios, a não migração pode gerar problemas ainda mais importantes que os derivados da adoção do novo acordo. Em primeiro lugar, a não adoção de Basiléia II sugere: que não existe uma capacidade de supervisão de acordo com o novo modelo; que as entidades não contam com os devidos registros estatísticos e base de dados necessários para o cálculo de parâmetros da gestão de riscos e que Basiléia II não se aplica porque as entidades não podem suportar uma capitalização de acordo com os riscos assumidos.

¹⁹ RATO (2007), PORTILLA (2007), FUSARO, GIORGIO E RIVAS (2007), GONZALEZ (2007), CASTRO (2007) E BATTLE (2007).

Neste caso, as instituições dos países que não migrarem enfrentarão uma desvantagem competitiva que pode afetar seus negócios. É possível, portanto, que as próprias entidades sejam encarregadas de promover a migração.

Além disso, as instituições dos países que pretendem utilizar Basiléia II enfrentam um entorno competitivo, o que pode afetar seus negócios, gerando mudanças na composição de seus *portfólios* e em sua estrutura patrimonial e seus custos. Mas, as instituições que não implementarem Basiléia II podem ter afetadas suas operações incluindo a perspectiva de um encarecimento de seu custo de recursos (*funding*) (ARAUJO; MASCI, 2007).

Os supervisores também devem considerar estes problemas potenciais, já que uma migração muito lenta pode afetar muitas instituições de um determinado país. No nível global poderiam ser reduzidos os recursos às pessoas físicas e de outras fontes que se destinam aos bancos e adicionalmente poderiam produzir concentrações que limitem a concorrência entre entidades, incrementando o custo de crédito de forma geral (ARAÚJO; MASCI, 2007).

Por outro lado, a América Latina deve estar atenta aos possíveis impactos da implementação de Basiléia II para os bancos de desenvolvimento e organismos internacionais que concedem recursos para seus projetos e criar mecanismos de mitigação de dependência financeira através de uma maior integração financeira regional.

São grandes os desafios para os reguladores, supervisores e instituições financeiras na implementação de Basiléia II na América Latina. Estes desafios são entendidos como o estabelecimento de regulação adequada, com maior antecedência possível; a capacitação em termos de pessoas e tecnologia; desenvolvimento de processos de supervisão e a validação/certificação dos modelos internos das instituições.

Sobre esses desafios que pretendo discorrer no próximo capítulo especificamente para Argentina e Brasil.

**CAPÍTULO III – O DEBATE SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE
BASILÉIA II NO BRASIL E ARGENTINA E SEU REFLEXO NO
MERCOSUL**

3.1 O debate sobre implementação de Basiléia II no Brasil e apresentação de Estudo de Caso

O sistema bancário brasileiro é considerado o maior e mais complexo da América Latina. Alguns autores sugerem que o nível de sofisticação dos produtos e serviços, como a rede de *e-banking*, é maior do que os dos bancos localizados em economias avançadas.

Antes da adoção do Plano Real em 1994, o sistema bancário brasileiro teve sua dinâmica condicionada ao crônico processo inflacionário que predominou no período. Durante o período inflacionário, as instituições financeiras obtinham ganhos através de depósitos à vista e captação de recursos de terceiros. Com isso, auferiam o chamado imposto inflacionário, sem a preocupação com eventuais ineficiências administrativas ou perdas decorrentes de empréstimos concedidos e não honrados. Com o fim da inflação, o imposto inflacionário deixou de existir, alterando o cenário confortável das instituições financeiras no Brasil.

Dentre os principais problemas enfrentados por essas instituições durante a década de 1990, destacaram-se a falta de controles internos adequados e níveis inconsistentes de provisão para perdas decorrentes de empréstimos não honrados.

As significativas transformações ocorridas nos últimos anos no sistema bancário brasileiro engendraram modificações nos conceitos e práticas de supervisão, tornando-os mais abrangentes e avaliáveis em bases consolidadas.

O ano de 1994 foi o ano da implementação de Basiléia no Brasil. Em agosto daquele ano o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução 2.099 indicando a necessidade das instituições financeiras observarem o acordo. Segundo essa resolução as instituições financeiras deveriam constituir PLE (Patrimônio Líquido Exigido) em valor igual a 8% de seus ativos ponderados (Apr) por fatores de risco (0%, 20%, 50% e 100%). A Resolução 2.399 de 25/06/1997 alterou para 10% e a circular 2.784 de 27/11/1997 alterou para 11%.

A Resolução 2.554 de 1998 gerou um processo de controles internos comandado pelo BACEN para todo o Sistema Financeiro Nacional: instituições comerciais e de investimentos, corretoras, distribuidoras, consórcios, dentre outros.

No período posterior a implementação das regras de Basiléia no Brasil, as instituições financeiras enfrentaram duas situações, a redução dos ganhos inflacionários e a eclosão das crises financeiras conforme comentado no primeiro capítulo.

Nesse período também ocorreram a insolvência e liquidação das instituições financeiras com desequilíbrios. Houve intensa participação do governo brasileiro na tentativa de reestruturar o sistema financeiro através de programas de recuperação e iniciativas para minimizar o risco de insolvência de algumas instituições. Neste sentido foram criados: o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional); PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária) e o FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Os ajustes atingiram dois dos maiores bancos privados do país: o Banco Econômico (08/1995) e o Banco Nacional (11/1995).

Posteriormente à publicação das normas de Basiléia I no Brasil, o marco regulatório nacional apresentava contribuições com relação à aplicação do padrão internacional. A Resolução número 2.682 de 1999, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, contribuiu para o estabelecimento de uma cultura de gestão de risco nas instituições financeiras no País.

Segundo Garcia (2007, p. 189, tradução nossa), a Resolução 2.682 “representou em maior ou menor grau um passo importante na disseminação da filosofia de gestão de riscos entre instituições financeiras, facilitando o processo de implementação de Basiléia II no Brasil”.

Ainda sobre o marco regulatório anterior ao grande pacote de normas publicados em 2007 pelo BACEN, Garcia (2007, p. 189) ressalta que:

Brasil adoptó el Acuerdo de 1988 a través de la Resolución 2.099, publicada por el Banco Central de Brasil (BCB) el 17 de agosto de 1994. Se establecieron ponderaciones de riesgo para los activos del 0%, 20%, 50% y 100%, y un requerimiento de capital mínimo del 8% de los activos ponderados, en línea con lo establecido por el Acuerdo A lo largo de los años siguientes, el marco reglamentario brasileño se perfeccionó, reflejando alteraciones del contexto local e incorporando factores de riesgo adicionales. Se destacan los incrementos en el porcentual mínimo de capital ocurridos en el contexto de la inestabilidad financiera internacional en 1997, inicialmente aumentados a un 10% (Resolución 2.399/97) y enseguida a un 11% (Circular 2.784/97) nivel en el que permanece hasta el presente. Se resaltan también otras alteraciones, como el requerimiento de capital para riesgo de crédito en operaciones de Swap (Resolución 2.139/94, Resolución 2.399/97), el establecimiento de un límite de exposición máxima por cliente (Resolución 2.474/98), el tratamiento diferenciado (ponderación del 300%) para créditos tributarios (Resolución 2.606/99), el requerimiento de capital para exposición a riesgos de tasas prefijadas en Reales (Resolución 2.692/2000) y niveles máximos de descalce en moneda extranjera y aplicaciones en oro (Resolución 2.606/99).

O BACEN estuda a implementação de Basiléia II no Brasil desde novembro de 2001, com a constituição de Grupo de Trabalho (Difis/Dinor) criado internamente.

A implementação do novo acordo de Capitais da Basiléia no Brasil será feita de forma gradual. A primeira manifestação formal do BACEN no sentido de sua adoção se deu por meio da publicação do Comunicado 12.746, de 9 de dezembro de 2004 (ANEXO A). Esse comunicado estabeleceu cronograma simplificado com as principais fases a serem seguidas para adequada implementação da nova estrutura de capital, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Cronograma de implementação de Basiléia II no Brasil – Comunicado 12.746
Fonte: Extraído de Gestão de Riscos no Banco do Brasil – Basiléia II (2006).

Em 2005, foi criado um Comitê Executivo Gestor para implementação da Basiléia no Brasil entre BACEN e indústria financeira nacional. Estes dois atores interagem permanentemente para a busca de implementação eficiente em todo o Sistema Financeiro Nacional. Em junho de 2005 foi aprovado o projeto estratégico Basiléia II no BACEN (informação verbal) ²⁰ e em setembro de 2007 publicado o novo cronograma de implementação no Brasil conforme ANEXO B.

Através dos Comunicados 12.746 e 16.137 o BACEN estabeleceu procedimentos e definiu cronograma para a implementação de Basiléia II no Brasil, com adaptações às

²⁰ Informação fornecida por Carlos Donizetti Macedo Maia (Chefe Adjunto do Departamento de Supervisão de Bancos do Banco Central do Brasil) durante a Palestra “Adaptação a Basiléia II no Brasil: A visão do Banco Central do Brasil” realizada durante convenção regional sobre os Impactos de Basiléia II na gestão de Instituições Financeiras em 26 de abril de 2008 na cidade de São Paulo.

condições, peculiaridades e ao estágio de desenvolvimento do mercado brasileiro. O último comunicado ressalta que as recomendações contidas nos Pilares II e III do novo acordo serão aplicadas a todas as instituições do SFN. O BACEN também informa que a maioria das instituições financeiras deverá aplicar a abordagem padrão “simplificada”, que consiste em aprimoramento da abordagem atual (Basiléia I) mediante a incorporação de elementos que proporcionem grau mais elevado de sensibilidade a riscos, com a conseqüente revisão dos fatores de ponderação de risco de crédito. As regras e critérios serão os mesmos para instituições de capital nacional e estrangeiro.

Algumas instituições financeiras (bancos internacionalmente ativos), que cumprirem os critérios de elegibilidade, poderão usar o método IRB (baseado em classificações internas). Assim, a utilização das abordagens avançadas não é obrigatória, apenas depende de decisões das próprias instituições financeiras que precisariam reunir as condições adequadas para utilização dos parâmetros propostos no novo acordo.

As principais questões envolvendo a implementação de Basiléia II no Brasil envolvem o incentivo ao desenvolvimento de procedimentos de gestão de riscos. Além disso, a regulamentação divulgada pela autoridade supervisora brasileira considera as características da legislação e do mercado nacional. Também há possibilidade de aumento da competitividade entre bancos nacionais e estrangeiros considerando que às regras são aplicadas sem distinção.

O BACEN através do último comunicado em 2007 informa que não utilizará *ratings* de classificação de risco de crédito divulgados pelas agências externas para fins de apuração do requerimento de capital.

Na literatura estudada, muitas críticas são realizadas sobre a atuação dessas agências. Castro (2007) propõe explicar por que o BACEN decidiu por não utilizar as avaliações das agências de classificação de risco em seu processo de implementação de Basiléia II. Segundo

este autor, as agências de classificação de risco basicamente emitem opinião sobre a solvência e capacidade de pagamento dos emissores, baseadas em informações públicas. As agências de classificação de risco não auditam e não verificam a informação recebida (CASTRO 2007).

As agências de classificação de risco são uma fonte valiosa de informação para os investidores do mercado de capitais e demais ramos do mercado financeiro. Os bancos brasileiros utilizam as avaliações como fonte secundária de suas análises de risco. No entanto, muitos autores questionam se estas agências são confiáveis e a necessidade de sua regulação.

Para Castro (2007) de acordo com Basiléia II, os supervisores como agentes responsáveis pela elegibilidade das agências de classificação de risco, deverão assumir o rol de reguladores das mesmas e isto seria mais um custo para os supervisores.

Durante o auge da crise financeira internacional, a partir da falência do Banco *Lehman Brothers* nos Estados Unidos em 2008, as agências de classificação de risco estiveram no centro da negociação dos títulos *subprime*. Elas foram cooptadas a dar classificação para esses papéis e por isso esse mercado funcionou.

As principais críticas relacionadas à utilização das agências de classificação de risco são: seu baixo nível de penetração nos países emergentes; as avaliações são feitas de acordo com os ciclos econômicos e o grau de influência das agências com seus clientes. Sobre este último ponto, segundo Castro (2007) um exemplo recente mostra que as agências que operam no Brasil têm os mesmos problemas das agências do resto do mundo, com exceção de uma delas que “depois de baixar a qualificação do Banco Santos em dezembro de 2003 cancelou o contrato com a entidade”. As outras mantiveram os níveis em patamares razoáveis até a intervenção do BACEN.

A literatura examina a relação existente entre bancos e reguladores, que possui variações de país a país. Muitas questões são colocadas. A primeira delas é se os bancos são

examinados com rigor pela Autoridade Supervisora. Outra questão é se o aumento da imposição de capitais leva um aumento dos custos dos bancos, que os levam a desenvolver iniciativas para evadir ou circunscrever as regulações.

Inicialmente não é possível avaliar se há tensão entre bancos e supervisor no Brasil ou se os bancos procuram contornar as limitações da regulação. Foi possível avaliar que o BACEN atua através de instrumentos de supervisão direta e indireta, utilizando para isso vários instrumentos coercitivos para supervisionar as instituições financeiras no Brasil. Dentre esses instrumentos é possível citar: Persuasão do Supervisor; Carta de Inspeção; Termo de Comparecimento; Processo Administrativo Punitivo; Intervenção/Liquidação e Negociação de controle acionário.

A história econômica brasileira demandou forte evolução no nível de informação a ser prestada e monitorada pelos bancos brasileiros ao BACEN. O Brasil necessariamente precisava controlar as exposições (cambial, de mercado e de crédito). A Central de Risco de Crédito (CRC) bem como o estabelecimento de um sistema de apuração de registro dos riscos das instituições financeiras (SARIF) são exemplos dos instrumentos utilizados pelo BACEN para supervisionar o mercado bancário.

A Central de Risco de Crédito foi estabelecida em 1997 pelo BACEN com o objetivo de aprimorar as atividades de supervisão bancária. Todas as instituições financeiras com carteiras de crédito são requeridas a prover informações à CRC (SCHECHTMAN, 2003).

O Sistema de Avaliação de Riscos das Instituições Financeiras (SARIF) abrange: a condição econômico-financeira; os riscos inerentes associados às atividades e a qualidade dos controles internos. Com isso, a partir do entendimento dos negócios da instituição financeira e a avaliação do ambiente operacional, é realizada uma avaliação de riscos e controles. Essa última resultará numa avaliação quantitativa e uma nota qualitativa. A combinação das duas últimas gera um *rating* da instituição financeira para supervisão do BACEN.

Além disso, de acordo com Watanabe (2008) o BACEN desenvolveu relacionamento com outros supervisores. Atualmente há troca de informações entre os supervisores e convênios foram feitos entre os supervisores dos Bancos Centrais de vários países. Da mesma forma há troca de informações, memorando de entendimentos assinados com outros órgãos no Brasil como a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a CVM (informação verbal) ²¹.

Especificamente, em relação ao novo acordo, o BACEN discutiu com a indústria bancária nacional suas resoluções quanto ao seu impacto através de Audiências Públicas realizadas na chamada Fase I de implementação da Basiléia II no Brasil. No apêndice B são descritas as principais propostas de Audiências Públicas realizadas a partir de 2006.

Após todo o processo de discussão entre indústria bancária nacional e BACEN, as principais resoluções que fazem parte do processo de aperfeiçoamento da regulação, por meio da implementação no Brasil das recomendações da Basiléia foram divulgadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 29 de agosto de 2007 (Resoluções 3.488 e 3.490). Da mesma forma, as nove circulares dispendo sobre os critérios estabelecidos pelas Resoluções 3.488 e 3.490 de 26 de agosto de 2007 foram publicadas pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2007.

As principais normas publicadas pelo BACEN até o ano de 2008, estão sintetizadas no Quadro 3²².

²¹ Informação fornecida por Osvaldo Watanabe, Chefe do Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Bancários do BACEN durante a Palestra “ BC e Universidade. A supervisão bancária no Brasil “ realizada na sede do Banco Central do Brasil em São Paulo no dia 09 de maio de 2008.

²² Sobre as principais circulares divulgadas pelo BACEN, ver apêndice C.

Risco	Basiléia I		Basiléia II	
	Pilar I		Pilares II e III	
Risco de Crédito	Res. CMN nº 2.099/94	Res. CMN nº 3.490/07		
	Ponderação dos ativos de acordo com o tipo de operação e sua classificação do Cosif.	Circular nº 3.360/07 Revisão dos ponderadores de risco com foco na contraparte, consideração das exposições fora do balanço (garantias e créditos a liberar) e reconhecimento de mitigadores de risco.	Não divulgada.	
Risco de Mercado	Res. CMN nº 2.606/99	Resoluções CMN nºs 3.488/07 e 3.490/07	Res. CMN nº 3.464/07	
	Cálculo da parcela do PLE ¹ para cobertura do risco de taxa de câmbio/ouro.	Circulares nºs 3.361/07, 3.362/07, 3.363/07, 3.364/07, 3.365/07, 3.366/07, 3.367/07 e 3.368/07.	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado.	
	Res. CMN nº 2.692/00	Cartas-Circulares nºs 3.309/08 e 3.310/08		✓ <i>Documento 4040</i> – identificar, avaliar, monitorar e controlar;
	Cálculo da parcela do PLE ¹ para cobertura do risco de taxa de juros prefixada.	Revisão das parcelas de requerimento de capital e introdução das parcelas ainda não contempladas pela regulamentação vigente.		✓ <i>Documento 4050</i> – identificar e acompanhar.
Risco Operacional		Res. CMN nº 3.490/07	Res. CMN nº 3.380/06	
		Circular nº 3.383/08	Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional.	✓ <i>Documento 4040</i> – identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar;
		C.Circular nº 3.315/08		✓ <i>Documento 4050</i> – identificar e acompanhar.
		C.Circular nº 3.316/08 Estabelecimento de indicadores de exposição ao risco operacional e estabelece as linhas de negócio que devem ser consideradas na apuração da parcela de risco operacional.		
	Não contemplado.			

¹ PLE – Patrimônio Líquido Exigido

Quadro 3- Normatização Basiléia II no Brasil.

Fonte: Banco Central do Brasil, atualizado até outubro de 2008.

No momento atual, a indústria financeira está empenhada na implementação da abordagem simplificada, com base nos normativos editados pelo BACEN e em 1º de julho de 2008, entrou em vigor a Resolução nº. 3.490 de 29/08/2007 que incorpora as recomendações do novo acordo de Basiléia no Brasil.

Mesmo o país atravessando as conseqüências do atual período de crise, é esperado um aumento da demanda por produtos e serviços bancários, bem como um aumento da oferta de crédito no mercado brasileiro. Tal constatação é feita considerando-se as várias medidas

adotadas pelo governo brasileiro e BACEN a partir do último trimestre de 2008 priorizando as questões relacionadas à liquidez e ao nível de atividade econômica.

Houve redução de taxas e incentivos para setores específicos como a indústria automobilística e construção civil e manutenção de investimentos públicos através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Outras medidas do BACEN durante o último trimestre de 2008 com o intuito de injeção de liquidez no mercado de crédito foram: Liberalização de Compulsório (R\$ 99,8 bilhões); Transferências de carteiras de instituições pequenas e médias (R\$ 37 bilhões), Antecipação do FGC (R\$ 5 bilhões) e aumento de recursos para o BNDES e crédito rural (BACEN, 2009).

Segundo dados do BACEN (2009) a oferta de crédito no Brasil aumentou 23% nos 12 últimos meses. O estoque total de crédito, compreendidos recursos livres e direcionados, atingiu R\$1.248 bilhões, elevando-se 0,4% no mês e 22,6% em doze meses. Em abril de 2009 o avanço foi de 0,4% na comparação com o mês anterior, equivalendo-se a 42,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Em março de 2009, o estoque de empréstimo foi de R\$ 1,242 trilhão ou 42,5% do PIB. A parcela de empréstimos com recursos livres ficou em R\$ 876 bilhões em abril, com elevação de 0,5% no mês e de 20,8% em 12 meses. Já a parcela de crédito com recursos direcionados, como financiamentos do BNDES, créditos habitacional e rural, situou-se em R\$ 372,5 bilhões, com avanço de 0,4% no comparativo mensal e de 27,2% em 12 meses (BACEN, 2009).

Com todos estes fatores, pode ser esperado um ciclo positivo de aumento da oferta de crédito no mercado brasileiro, pois houve intervenção do governo brasileiro e do BACEN no sentido de manutenção do nível de atividade econômica, com indicação de atuação mais decisiva dos bancos públicos nessa maior oferta notadamente CEF, BB e BNDES.

No capítulo 2 foi apresentado o ponto de vista de Rato (2007) baseado na discussão de que a possível pro-ciclicidade de Basiléia II deve partir do fato de que a atividade econômica

é por natureza cíclica e as instituições financeiras possuem parte da responsabilidade na causa destes ciclos. Segundo este autor, quando há piora nas condições econômicas, os bancos tendem a atuar menos, independente do regime de regulação.

O contra-exemplo do destacado por Rato (2007) seria o do Brasil recente, pois houve mudança na legislação nacional para promover maior liquidez ao mercado em face das possíveis consequências da crise internacional financeira. Considerando o ambiente competitivo dos bancos no Brasil, os bancos privados e públicos foram induzidos a atuar a partir da mudança na legislação. Os bancos de maior porte no país foram os compradores das carteiras de crédito cedidas pelos bancos de menor porte neste período.

Durante o auge da crise financeira internacional em 2008 houve intervenção do governo brasileiro nas regras envolvendo Basiléia.

As medidas divulgadas no último trimestre de 2008 tinham como objetivo aumentar o potencial de oferta de crédito no Brasil. Na ocasião o Conselho Monetário Nacional anunciou uma mudança em relação a créditos tributários para permitir que os maiores bancos do país pudessem aumentar a sua capacidade de empréstimos.

As mudanças alteraram o patrimônio de referência dos bancos e possibilitaram que eles atuassem com mais "alavancagem", assumindo mais riscos.

O CMN decidiu que o "crédito tributário oriundo de diferenças temporárias" não será mais deduzido do patrimônio de referência dos bancos. O crédito é um direito que o banco tem de restituição pelo tributo pago antecipadamente. A regra não vale para créditos decorrentes de prejuízos fiscais, considerados de "pior qualidade".

Além disso, o BACEN publicou uma circular reduzindo o Fator de Ponderação de Risco (FPR) desses créditos tributários de 300% para 100%. A redução do fator de ponderação de risco promove um aumento do patrimônio de referência²³.

²³ A circular 3.425 de 17/12/2008 altera o Fator de Ponderação de Risco aplicável aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. A resolução 3.655 de 17/12/2008 altera a resolução 3.059 de 2002, que

Dentre os principais desafios para o BACEN nos próximos anos, Maia (2008) destaca os seguintes: adequar a supervisão à nova realidade de Basiléia II; capacitar e treinar adequadamente os supervisores com a criação de especialistas focados em processos de validação e manter os manuais e procedimentos de acordo com as melhores práticas internacionais. No que se refere ao Pilar II no Acordo, a supervisão deve ser entendida como supervisão do BACEN e supervisão da própria instituição, pois a instituição financeira deve calcular seu próprio capital. As instituições financeiras brasileiras deverão divulgar uma centena de páginas informando como calcula seu capital (caso utilize modelo interno). A instituição financeira deverá fazer análise de *stresse*, de reputação, de liquidez, e todas as demais solicitadas pelo regulador (informação verbal) ²⁴.

Durante XXVI Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho nº. 4 – Assuntos Financeiros do MERCOSUL, o Brasil apresentou uma descrição detalhada a respeito do projeto que trata da implementação do Pilar III em seu sistema. “A conclusão do projeto está prevista para o final de 2008, com implementação a partir de 2009. As informações requeridas serão de natureza qualitativa e quantitativa e serão divulgadas no sítio de cada instituição na internet.” (Ata nº2/2008 MERCOSUL/SGT nº. 4/SCDC, p.4).

No que se refere ao Pilar III, a maior questão a ser esclarecida pelo regulador é com relação a como trabalhar com a divulgação de informações estratégicas das instituições financeiras.

dispõe sobre o registro contábil de créditos tributários das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

²⁴ Informação fornecida por Carlos Donizetti Macedo Maia na Palestra “Adaptação a Basiléia II no Brasil: A visão do Banco Central do Brasil” realizada durante convenção regional sobre os Impactos de Basiléia II na gestão de Instituições Financeiras em 26 de abril de 2008 na cidade de São Paulo.

Estudo de Caso: Interpretação das regras de Basiléia II para o Brasil.

Este Estudo de Caso pretende demonstrar como a aplicação das diretrizes de Basiléia II no Brasil pode interferir nas análises realizadas pelas instituições financeiras na decisão de alocação do capital considerando os produtos financeiros oferecidos.

Para isso, utilizaremos o Artigo 13 (Itens não registrados no balanço patrimonial) parágrafo 83 do novo acordo.

A inclusão de norma de regulação foi proposta pelo Comitê de Basiléia no novo acordo e exige a obrigatoriedade de constituição de capital sobre exposições a risco.

A norma publicada define, no seu Artigo 13, parágrafo 83 (BCBS, 2006, p.26) e respectiva nota de rodapé:

83. Commitments with an original maturity up to one year and commitments with an original maturity over one year will receive a CCF of 20% and 50%, respectively. However, any commitments that are unconditionally cancelable at any time by the bank without prior notice, or that effectively provide for automatic cancellation due to deterioration in a borrower's creditworthiness, will receive a 0% CCF. ()*

83(i). Direct credit substitutes, e.g. general guarantees of indebtedness (including standby letters of credit serving as financial guarantees for loans and securities) and acceptances (including endorsements with the character of acceptances) will receive a CCF of 100%.

83(ii). Sale and repurchase agreements and asset sales with recourse,³⁴ where the credit risk remains with the bank will receive a CCF of 100%.

() In certain countries, retail commitments are considered unconditionally cancelable if the terms permit the bank to cancel them to the full extent allowable under consumer protection and related legislation.*

Isto é os compromissos com um vencimento original de até um ano e compromissos com um vencimento original superior a um ano receberão um CCF (*Credit Conversion Factor* - Fator de Conversão de Crédito) de 20% e 50%, respectivamente. Contudo, quaisquer compromissos que forem passíveis de cancelamento pelo banco, de forma incondicional, em qualquer momento, sem aviso prévio, ou que previrem efetivamente o cancelamento

automático em virtude da deterioração na capacidade financeira de obter crédito de um tomador, receberão um CCF de 0%.

Na nota de rodapé ao item consta, ainda, observação relativa à incidência de normas internas em alguns países, isto é, em determinados países, compromissos de varejo são considerados passíveis de cancelamento, de forma incondicional, se os termos permitirem que os bancos os cancele da forma mais ampla permitida nos termos da legislação de proteção ao consumidor e da legislação relacionada (BCBS, 2006).

O contido no parágrafo 83 destaca que o estabelecimento da necessidade de alocação de capital para amparar todas as operações de crédito rotativo, mesmo quando não houver efetiva utilização do crédito aberto, sendo que as instituições financeiras só estariam dispensadas de fazer referida provisão se no instrumento formalizador do crédito existir cláusula que permita aos bancos cancelar, a qualquer tempo, de forma unilateral, incondicional e sem prévio aviso, o limite de crédito disponível para o produto ao cliente quando detectadas situações que possam colocar o crédito em risco (deterioração na qualidade do crédito ou da capacidade de pagamento do cliente).

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil legislaram sobre o assunto a partir de 2006 através do Edital de Audiência Pública nº. 26 de 2006 que definia no § 1 do seu artigo 1º, o item exposição que seria:

“O compromisso de crédito estabelecido contratualmente, passível de saque a qualquer tempo pelo cliente”.

Na Circular 3.360 de 12/09/2007, o BACEN publicou os novos parâmetros para apuração do Patrimônio de Referência Exigido, referente às exposições ponderadas por fator de risco (PEPR), de que trata a Resolução nº. 3.490, de 2007.

A Circular 3.360 prevê, no § 1 do seu artigo 1º, que se considera exposição:

“O compromisso de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição”.

Considerando as discussões com a indústria bancária nacional neste item que engloba Pilar I – Risco de Crédito, o BACEN publicou o conceito de exposição, alterando sua disposição inicial.

É possível verificar aqui a complexidade na avaliação de Basiléia. Em apenas um parágrafo temos uma discussão que envolve conceito, legislação e aplicação. Exemplificando: os compromissos de crédito (considerados como créditos a liberar) incondicionais e não canceláveis unilateralmente pelas instituições financeiras passariam a ser considerados para efeito de apuração do montante de patrimônio de referência exigido pelo Banco Central.

Alguns produtos financeiros foram criados como instrumento de ampliação do crédito de varejo. É o caso do Crédito Direto ao Consumidor (CDC, por exemplo). Trata-se de crédito pré-aprovado para utilização quando e como o cliente bancário quiser. Juridicamente existe uma impossibilidade de um Banco cancelar o limite de crédito pré-aprovado (para operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC)), ainda que a contratação contenha cláusula expressa que o autorize, unilateralmente, a cancelar o respectivo limite, em razão das normas do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº. 8.078 de 11/09/1990.

O Artigo 51 do Código considera abusivas – e, em consequência, “nulas de pleno direito” – as cláusulas contratuais que “autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor” (inciso XI) e, também, as que:

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

IX – deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor;

XIII – autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração.

Com isso, à luz do já publicado na nota de rodapé do artigo 13 do parágrafo 83 do novo acordo e à luz do ordenamento jurídico brasileiro, não deve ser permitido às instituições financeiras cancelar o limite de crédito pré-aprovado, ainda que a contratação contenha cláusula expressa que o autorize unilateralmente o cancelamento do respectivo limite.

A possibilidade de cancelamento unilateral e incondicional do contrato depende da análise das disposições contratuais. Em alguns casos, porém, não é possível admiti-la, em razão das disposições mencionadas do Código de Defesa do Consumidor, com isso é necessária a constituição de capital de referência sobre esses valores.

No tocante a outros produtos bancários do varejo como abertura de crédito em conta corrente, cheque especial ou cartão de crédito, considerando a natureza do produto, ou seja, a disponibilização imediata do crédito na conta corrente do cliente ou limite de crédito disponível, não há como evitar a constituição de capitais, nos termos que foram estipulados pelo Banco Central do Brasil para atender às normas de Basiléia II.

3.2 O debate sobre implementação de Basiléia II na Argentina

A Argentina passou por um longo histórico de instabilidade macroeconômica em que regimes monetários foram substituídos sem sucesso. O sistema financeiro atual não pode desconsiderar uma economia com precedentes como o confisco de depósitos (1989, 2001), hiperinflação (1989,1990), maxi-desvalorização (1989, 1990,1991 e 2002) e moratória da dívida (2001).

Em linhas muito sumárias, tudo começou com o lançamento do 13º plano econômico no governo Carlos Menem, em 1991, que reformou o sistema cambial e que segundo Pereira (2004, p.6):

[...] tinha como propósito explícito combater a hiperinflação no país, que havia alcançado 3.079,4% em 1989. A base do plano - denominado “plano de conversibilidade” -, estava na vinculação do valor da moeda local – peso argentino - ao dólar norte-americano, ou seja, a economia Argentina adotou o sistema de câmbio fixo, com paridade de um peso valendo um dólar.

A introdução do sistema monetário argentino do *currency board*, em 1991, foi uma medida de política econômica que visou, em última instância, tranquilizar os investidores internacionais. O sistema de paridade, de um lado, conseguiu evitar a inflação futura, mas de outro lado, reduziu drasticamente o espaço para a condução da política monetária. Assim, a armadilha que conduziu a Argentina para o colapso teve início com a adoção da política de conversibilidade, que vinculava o peso ao dólar a uma paridade fixa e permitia o controle da base monetária. O sucesso dessa política econômica, que na sua primeira fase permitiu uma expansão vigorosa da economia do país, teve como mola impulsora um forte influxo de investimentos externos, no início da década de 90. Esses investimentos foram, em parte, responsáveis pela política que derrotou a hiperinflação, que havia colocado o país à beira da ingovernabilidade, no final dos anos 80. As condições favoráveis no cenário internacionais, por sua vez, permitiram ao governo central argentino continuar gastando mais do que arrecadava, financiando seu déficit no mercado financeiro. Isto levou o país a contrair uma enorme dívida pública.

No fim de 1999, o governo tentou diversas medidas para reduzir o déficit fiscal e restabelecer a confiança e recebeu linhas de crédito contingenciais do FMI. Depositantes começaram a sacar dinheiro dos bancos no final de 2001 e o governo respondeu com limites rígidos para saques.

Quando os protestos nas ruas se intensificaram e houve a renúncia do presidente Fernando de la Rúa em dezembro de 2001, o Presidente Interino Adolfo Rodríguez Saá Paez Montero declarou a maior moratória da história na dívida externa da Argentina e demitiu-se dias depois.

Após a renúncia do Presidente Interino, Eduardo Duhalde tornou-se Presidente em Janeiro de 2002 e anunciou o fim da década da paridade de 1-para-1 do peso com o dólar dos Estados Unidos. Quando o peso foi depreciado e a inflação aumentou, o governo congelou tarifas sobre serviços por prazo indefinido, cortou direitos dos credores e impôs elevada

tributação sobre as exportações. A economia reagiu à crise, a inflação começou a cair e Duhalde antecipou a eleição presidencial.

Nestor Kirchner foi eleito Presidente em maio de 2003 e continuou com as restrições impostas por Duhalde. Com o retorno da inflação de dois dígitos em 2005, a administração de Kirchner pressionou por acordos para reduzir preços. O governo também reestruturou a dívida da moratória em 2005, convencendo a maioria dos credores a aceitar uma grande redução em seus créditos e quitou suas obrigações com o FMI no início de 2006, como demonstrado no Gráfico 3. Tais atitudes reduziram a sobrecarga da dívida externa da Argentina. O PIB continuou a crescer em média 9% durante o período 2003-06, elevando os rendimentos do governo e mantendo o superávit das contas fiscais, que eram vulneráveis no passado (BCRA, 2006).

Gráfico 3— Reservas Internacionais e PIB – Argentina.

Fonte: Extraído de BCRA – *Boletín de Estabilidad Financiera*, 2008.

O governo do ex-presidente argentino Nestor Kirchner enfatizou sua oposição às políticas econômicas ortodoxas e de livre mercado adotadas no país nos anos 1990 – às quais atribuiu a responsabilidade pelo colapso da economia em 2001-2002. (FAUSTO; DEVOTO, 2005). Cristina Fernandez de Kirchner assumiu a presidência em 10 de dezembro de 2007, sucedendo seu marido e enfatizando o papel cada vez mais ativo do Estado na economia, seja em termos de ampliação dos mecanismos de regulação, seja priorizando políticas sociais e de estímulo à demanda agregada.

Em 2007 a política macroeconômica argentina estava baseada na manutenção da competitividade da taxa cambial e prudência fiscal. Por um lado a taxa de câmbio competitiva foi crucial para estimular a expansão dos bens e serviços transacionáveis e rever o processo de desindustrialização experimentado nas décadas passadas²⁵. Esta política auxiliou na criação de empregos e numa recomposição de salários e aumento das taxas de poupança privada e pública.

Com relação à política fiscal (juntamente com a reestruturação da dívida pública) e aumento substancial dos impostos, houve redução do passivo público, reduzindo a dívida pública na economia (de 135% do PIB em 2003 para 64% do PIB em 2006) e facilitando a reinserção da Argentina no mercado de capitais. Em 2007, a Argentina experimentou outro ano de crescimento (mais de 7,3%), consolidando um crescimento sustentado e endógeno por cinco anos consecutivos (2003- 2007) (EIU, 2006).

Progressivamente os canais de transmissão monetária estão sendo reconstruídos, mas a relação crédito/PIB ao setor privado estava no patamar de 12,5% em dezembro de 2007 conforme demonstrado no Gráfico 4.

²⁵ Sobre o processo de desindustrialização experimentado pela Argentina ver GUIMARÃES (2000).

Gráfico 4 – Relação crédito ao setor privado. (% do PIB) - Argentina

Fonte: Extraído de BCRA – *Boletín de Estabilidad Financiera*, 2008.

Em particular, o consumo doméstico aumentou 8,7% em 2007 como resultado do aumento no total de salário e retorno do crédito. Esta forte demanda atraiu investimentos, que aumentaram a um patamar dinâmico (13,1% em 2007) trazendo ao seu maior nível na história Argentina (23% do PIB) (BCRA, 2007).

Houve recuperação dos indicadores sociais. A taxa de desemprego ficou ao redor de 8,7% , o índice de pobreza ficou em 26,9% nos centros urbanos, em contraste com os 54% do primeiro semestre de 2003²⁶ (INDEC, 2008).

O governo de Nestor Kirchner beneficiou-se do rápido crescimento econômico da Argentina durante o período. Além disso, o sucesso obtido pelo governo na operação de redução da dívida externa do país, ampliou o prestígio do presidente perante a população argentina.

²⁶ Para indicadores de pobreza, miséria e taxas de desemprego durante governo Menem ver FAUSTO e DEVOTO (2005).

Por outro lado, Cristina não contou com um período de tranquilidade no início de seu mandato, enfrentou problemas como interrupções no fornecimento de energia elétrica e escândalo envolvendo financiamento de campanha (EIU, 2006).

Com a desaceleração da economia em 2008, após forte recuperação e o rápido crescimento registrado no período 2003-2007 houve a adoção de medidas impopulares necessárias para evitar uma queda brusca da atividade econômica no médio prazo.

O sistema bancário argentino até 2001 era considerado relativamente bem capitalizado, administrado e supervisionado, além de fortemente internacionalizado (mais de 70% dos bancos privados eram estrangeiros). Entretanto, com a desvalorização do peso e o inadimplemento dos bônus da dívida no início de 2002, os bancos tiveram seus fundamentos financeiros abalados, tornaram-se mais vulneráveis aos desequilíbrios provocados pelas políticas governamentais e às incertezas no ambiente legal e operacional e entraram em processo de reestruturação, registrando pesadas perdas no período 2002-2004 (BARAJAS, A. *et al*, 2007).

Atualmente o sistema bancário argentino permanece relativamente pouco concentrado, apesar das várias fusões e aquisições ocorridas ao longo dos últimos anos. As agências bancárias, entretanto, estão fortemente concentradas do ponto de vista regional, em torno de Buenos Aires e de algumas grandes cidades. A crise bancária de 2001-2002 contribuiu para o processo de consolidação do setor, reduzindo o número de instituições para 68 em dezembro de 2007 conforme visualizado no Quadro 4.

<i>Entidades del sistema financiero al 31 de diciembre de</i>					
Entidades	2003	2004	2005	2006	2007
Total del sistema	96	91	89	90	86
Bancos	75	73	71	72	68
Bancos públicos	15	14	13	12	12
Bancos públicos de la Nación	5	4	3	2	2
Bancos públicos de provincias y municipios	10	10	10	10	10
Bancos privados	60	59	58	60	56
Bancos privados SA	31	32	34	35	33
Bancos extranjeros	27	25	23	24	22
Bancos cooperativos	2	2	1	1	1
Entidades no bancarias	21	18	18	18	18
Compañías financieras	19	16	16	16	16
Cajas de crédito	2	2	2	2	2

Quadro 4 - Instituições do sistema financeiro da Argentina, dezembro de 2003-2007.

Fonte: Extraído de INDEC. Disponível em: < <http://www.indec.gov.ar>>. Acesso em: 24 jun. 2008.

De acordo com dados do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC) e BCRA, os bancos públicos detinham em torno de 40% de participação de ativos (com destaque para o *Banco de la Nación Argentina*, com 23% de participação em setembro de 2007), ao passo que os bancos estrangeiros e os bancos privados nacionais possuem aproximadamente 30% cada. Os bancos públicos se beneficiaram do movimento para a qualidade verificado após a crise de 2001-2002, mantendo o domínio do setor, apesar da expansão dos bancos privados nacionais em termos de escala e de participação no mercado – além do crescimento orgânico, os bancos privados locais cresceram principalmente mediante aquisições de instituições financeiras estrangeiras.

Desde 2005, o desempenho das instituições financeiras argentinas tem melhorado em virtude do aumento dos depósitos e da geração de receitas, aumento da capitalização e redução de custos. Após crescer 13,4% em 2005, a recuperação do conjunto do sistema financeiro argentino foi intensificada no biênio seguinte, quando o segmento cresceu acima do PIB (22% em 2006 e 18,6% no primeiro semestre de 2007, frente a igual período do ano anterior), devido à recuperação do setor bancário (EIU, 2007).

O crescimento econômico observado no período, aliado ao ambiente institucional estável e a política monetária expansionista contribuíram para a melhora dos balanços dos bancos. As instituições financeiras, especialmente as públicas, foram beneficiadas pela flexibilidade do sistema regulatório, que permitiu aos bancos excluir por cinco anos o registro das perdas com o processo de pesificação da economia, bem como pelo valor dos títulos recebidos do governo como compensação pela dívida em inadimplemento²⁷.

Sobre a supervisão bancária na Argentina, o Plano de Conversibilidade de 1991 reformou o sistema cambial e a Carta Orgânica do Banco Central em 1992. Desde este período as reformas do setor financeiro ocuparam grande destaque e houve avanços em relação à atividade bancária e a aplicação de normas prudenciais (o que foi motivado em parte pelos limites impostos ao papel do Banco Central como prestamista de última instância). Segundo relatório do Fundo Monetário Internacional (1999) entre as medidas adotadas figurou a transformação de um sistema de encaixe legal clássico em um regime de liquidez severo; a aplicação de requisitos de manutenção de um mínimo de capital, a reforma do sistema de pagamentos e o estabelecimento de uma linha de crédito contingente com um grupo de credores privados externos. Ademais, foram adotadas outras medidas para melhorar a informação com as quais contam os bancos e seus depositantes para decisões; o estabelecimento de um escritório de informação pública em matéria de crédito, a publicação mensal por parte do BCRA de dados sobre diferentes bancos (incluindo transações do balanço) e a introdução de auditorias externas trimestrais e obrigatórias.

Ainda segundo o FMI (1999), a transparência fiscal e a supervisão da atividade bancária se comparam às práticas seguidas por Argentina principalmente com as *Normas Especiales para la Divulgación de Datos* (NEDD) do FMI, o *Código de Buenas Prácticas*

²⁷ BARAJAS et al (2007). Em fevereiro de 2002 o governo introduziu uma pesificação assimétrica no balanço dos bancos. Em seguida introduziu medidas para compensar os bancos dessa pesificação assimétrica.

sobre transparência fiscal e os aspectos relacionados com a transparência dos *Princípios Básicos para uma Supervisão Bancária Eficaz* do Comitê da Basileia.

Na Argentina, os bancos são supervisionados por uma entidade descentralizada (a SEFyC) que depende diretamente do BCRA. Através da SEFyC o BCRA verifica o cumprimento das funções regulatórias e a aplicação coercitiva da lei.

Toda documentação sobre o marco regulatório das instituições financeiras argentinas estão atualizados na página do Banco Central da Argentina disponível no sítio da instituição.

Considerando o eixo temático de identificação do movimento de implementação do novo acordo nas instituições financeiras da Argentina após a publicação da estrutura revisada em 2004, cabe avaliar como a legislação da Argentina se adaptou aos princípios de Basileia II.

O principal documento sobre implementação de Basileia II divulgado oficialmente pelo BCRA é *Hoja de ruta para la implementacion de Basilea II*, conforme ANEXO C. Trata-se de documento divulgado em dezembro de 2006 em que o BCRA divulga o roteiro para a implementação de Basileia II na Argentina.

Segundo este roteiro, em relação aos requisitos mínimos de capital correspondentes ao Pilar I, o Banco Central da República Argentina (BCRA) resolveu pela adoção da abordagem Simplificada (*Standard*) para risco de crédito, cuja implementação efetiva estará vigente a partir de janeiro de 2010, e dado o enfoque determinado, não implicará maiores modificações nem variações no cálculo nem na exigência local de capital para as instituições financeiras. No que diz respeito a exigência de capital por risco operacional o BCRA considera conveniente seguir analisando entre as alternativas disponíveis para sua medição de modo a identificar a que melhor se aplica ao sistema financeiro local, não obstante o qual propiciará a adoção de boas práticas em matéria de administração de risco. Adicionalmente o BCRA manterá o esquema de cálculo de exigência de capital por risco de mercado, e que se encontra em linha com as disposições dadas pelo Comitê de Basileia no ano de 1996 e respeito o qual Basileia II não

introduziu modificações, assim como também a exigência de capital por risco de taxa de juros, a que é incorporada por Basiléia II dentro dos riscos a ser quantificados no Pilar II.

Também são previstas adoções de medidas necessárias para a plena implementação dos Pilares II e III do novo acordo, previamente a plena vigência dos requisitos de capitais contidos no Pilar I, tal como estabelecem as boas práticas sugeridas pelo Comitê de Basiléia para implementação do novo acordo.

O processo de adoção de Basiléia II prevê que ações sejam realizadas de maneira gradual até sua implementação completa a partir do ano de 2010. O roteiro abaixo detalha as linhas gerais dos passos que serão realizados depois da adoção do novo acordo de Capitais. O BCRA irá informando as tarefas específicas a desenvolver, à medida que se avance no processo de implementação.

O roteiro, disponibilizado pelo BCRA em 2006 está organizado conforme abaixo:

Ano de 2007

- Organização por parte do BCRA de uma reunião conjunta de Supervisores, segundo o estabelecido nos guias e práticas emitidas pelo Comitê de Basiléia, a fim de expor e discutir com os Supervisores que contam com entidades em comum, os aspectos relevantes e passos seguintes do processo de implementação na Argentina.

- Organização na sede do BCRA de reuniões bilaterais com supervisores e entidades internacionalmente ativas que operam no mercado local.

- Fase de disseminação e divulgação de melhores práticas frente à gerência/manejo de riscos.

- Organização de um Seminário Específico: O papel dos Bancos e seus diretórios frente à implementação de Basiléia II.

- Fase I de revisão da regulação prudencial e dos processos de supervisão em função das boas práticas de administração de riscos contidas nos “Princípios Básicos para

uma Supervisão Bancária Efetiva” assim como nas melhores práticas emitidas pelo Comitê de Basiléia.

- Manifestação das necessidades de disseminação de informações associados ao Pilar III.
- Determinação de das regras prudenciais nacionais que serão aplicadas pelo BCRA para cálculo do capital regulatório.
- Manifestação do sistema financeiro sobre garantias e colaterais: documentação, vencimento/concessão/destinação, avaliação, definição de preço e processo de execução legal.
- Securitização: revisão da normativa de avaliação precificação e previsões para aplicar o novo acordo nas exposições originadas nessas operações.

Ano de 2008

- Reuniões com os representantes das associações de entidades financeiras para seguimento do plano de convergência de Basiléia II.
- Fase II de revisão da regulação prudencial e dos processos de supervisão em função das boas práticas de administração de riscos contidas nos “Princípios Básicos para uma Supervisão Bancária Efetiva” assim como em outras guias de melhores práticas emitidas pelo Comitê de Basiléia.
- Determinação do tratamento dos riscos a serem incluídos no Pilar II.
- Publicação de guias e melhores práticas referentes aos princípios gerais estabelecidos nos Pilares II e III.
- Adequação das normas sobre garantias segundo as técnicas de mitigação de risco de crédito no sentido de compatibilizá-las com as considerações do Enfoque Simplificado.

Ano de 2009

- Reuniões com os representantes das associações de entidades financeiras no sentido de seguimento do plano de convergência de Basiléia II.
- Fase III de revisão da regulação prudencial e dos processos de supervisão em função

das boas práticas de administração de riscos contidas nos “Princípios Básicos para uma Supervisão Bancária Efetiva” assim como em outros guias de melhores práticas emitidas pelo Comitê de Basiléia.

- Cálculo paralelo de requisito de capital por risco de crédito aplicando os ponderadores de risco contidos na regulação vigente do BCRA e os que prevalecerão logo da adoção do Enfoque Simplificado.

- Implementação efetiva dos princípios contidos no Pilar II e dos requerimentos de capital para atender os riscos contidos neste Pilar.

- Implementação efetiva dos requerimentos de informações contidas no Pilar III.

Ano de 2010

- Implementação efetiva do Enfoque Simplificado para a medição de capital por risco de crédito a partir do mês de janeiro.

Apesar do roteiro divulgado pelo BCRA a plena implementação prevista não ocorreu. Pailhé (2008) indicou que por hora não há um corpo significativo de normas que se emitiram relacionadas à Basiléia II na Argentina. O País avança em normas relacionadas com a gestão dos riscos e nesse sentido o principal documento normativo é a *Comunicación A 4793* de 14 de abril de 2008 sobre *Lineamientos para la gestion del RO* que requer que as instituições contem com um marco de gestão do risco operacional (informação pessoal) ²⁸.

Segundo a Comunicação A 4793 (BCRA, 2008, p.29):

- *Comunicación “A” 4793 – 14/04/08*
Lineamientos para la gestión del riesgo operacional (RO) en entidades financieras. La norma requiere que se aborde la gestión del RO como una disciplina integral y separada de la gestión de otros riesgos. El RO se define como el riesgo de pérdidas resultantes de la falta de adecuación o fallas en los procesos internos, de la actuación del personal o de los sistemas o bien aquellas que son producto de eventos externos. Incluye: 1) el riesgo legal y excluye el riesgo estratégico y reputacional; 2) la gestión del RO,

²⁸ Cristina Pailhé é Gerente de *Investigación y Planificación Normativa, Subgerencia General de Normas* do BCRA. PAILHÉ, C. A. *Implementacion de Basilea II – Argentina*. Mensagem recebida por approbato@usp.br em 26 jun. 2008.

identificación, evaluación, seguimiento y control y mitigación; 3) el sistema de gestión del RO, conjunto de políticas, procedimientos y estructuras con que se cuenta para la gestión de este riesgo y por último los siete tipos de eventos de pérdidas operacionales, de acuerdo al criterio usado internacionalmente (fraude interno, externo, relaciones laborales y seguridad en el puesto de trabajo, daños a activos físicos, etc.).

Todo marco normativo se estende para o documento *Comunicación A 4797* de 29 de abril de 2008.

No documento divulgado *Hoja de ruta para la implementación de Basilea II* o BCRA previa em 2006 para o ano de 2008 a “Publicação de guias e melhores práticas referentes aos princípios gerais estabelecidos nos Pilares II e III” e a “Implementação efetiva dos requerimentos de informações contidas no Pilar III”. No entanto constatou-se atraso no cumprimento do referido cronograma já que no que se refere ao Pilar III, segundo a ATA nº2/2008 MERCOSUL/SGT nº. 4/SCDC a Argentina destacou que não existe um modelo específico para cumprimento das exigências do Pilar III.

Da mesma forma com relação ao estado atual das normas argentinas sobre Basiléia II, Pailhé (2009) indicou que o BCRA está trabalhando atualmente nas normas para cálculo de capital no Pilar I e o desenho do Pilar II, mas estas normas não foram publicadas até este momento (informação pessoal) ²⁹.

Apesar de não existir um corpo significativo de normas que se emitiram relacionadas à Basiléia II na Argentina, da análise de alguns relatórios anuais dos bancos locais foi possível verificar que os bancos de capital estrangeiro pretendem aproximar-se dos modelos avançados superando a exigências impostas pelo BCRA. Assunto que será tratado com mais detalhe no capítulo quatro.

No que se refere à implementação de Basiléia II na Argentina, além da constatação dos atrasos no cronograma de implementação, há alguns fatores que impedem um avanço maior e

²⁹ PAILHÉ, C. A. *Implementacion de Basilea II – Argentina*. Mensagem recebida por approbato@usp.br em 12 jun. 2009.

mais rápido comparativamente a outros países latino-americanos. A falta de convergência pode ser explicada, pois a Argentina apresentava dificuldades importantes como a exposição do sistema à dívida soberana que impediam o avanço na instrumentalização de Basiléia II. Neste sentido Araújo e Masci (2007, p. 417) ressaltam que:

La situación de la región es muy heterogénea. Existen procesos de transición ya definidos en Brasil, Chile y México, en tanto que Colombia presenta avances significativos en la utilización de metodologías internas. En otros caos, como por ejemplo el de Argentina, todavía existen dificultades importantes, como la exposición del sistema a la deuda soberana, que impiden avanzar en la instrumentación de Basilea II.

No que consiste à implementação de Basiléia II na Argentina, também se verificou uma falta de convergência com relação ao estágio de implementação tomando-se como referência o Brasil.

A Argentina passou por mudanças significativas em seu regime financeiro e monetário desde a crise de 2001-2002. O abandono ao regime de conversibilidade incluiu uma quebra institucional, uma forte desvalorização, a destruição parcial do sistema financeiro e o inadimplemento da dívida pública. Para alcançar a estabilidade financeira e monetária, todo o histórico econômico vivenciado pelo país nas últimas duas décadas deve ser considerado.

A Argentina ainda passa por uma fase de transição típica de momentos pós-crise. Ainda há fases de normalização sendo realizadas nos canais de transmissão monetários. O dado sobre crédito ao setor privado de apenas 12,5% do PIB em 2007, bem abaixo da média latino-americana é um exemplo disso.

O presidente do BCRA Martin Redrado (2008, p.4) durante discurso afirmou:

The experience of other emerging economies shows that consistency and gradualism in both policy design and implementation are the adequate approach during this phase. Therefore, patiently rebuilding the power of monetary policy is a key step towards stability.

It is then clear that the Argentine economy is simply at a different stage compared to the current situation in other Latin American countries. Hasty diagnosis and simplistic comparisons among the various countries' situations may lead to inappropriate policy recommendations.

Para uma sociedade que enfrentou décadas de instabilidade, a aversão ao risco ainda é um comportamento presente. Neste sentido um enfoque de administração de riscos como o proposto pelo novo acordo de capitais da Basiléia, que procura prevenir crises e acidentes antes de curar as feridas não se converte em objetivo de primeira ordem.

Tempo e muitas mudanças são necessárias para que as variáveis macroeconômicas possam convergir de forma sustentável em valores sólidos e de longo prazo. A partir daí será possível o sistema financeiro local avançar de maneira mais rápida na implementação de Basiléia II.

3.3 A evolução da integração financeira no MERCOSUL – o tema da harmonização de normas à luz de Basiléia II

O compromisso dos Estados Parte de harmonizar suas legislações está previsto nos objetivos e princípios do tratado constitutivo. De acordo com artigo 1º do Tratado de Assunção (MRE, 2008, p.1, grifo nosso), o MERCOSUL implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; o **compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações**, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Apesar da necessidade de harmonização estar na origem do tratado constitutivo do MERCOSUL, a integração financeira não consta como prioridade na agenda divulgada pelo Bloco nos últimos anos. Existem iniciativas importantes que estão sendo realizadas no sentido de uma maior possibilidade de integração financeira, mas isto não torna o tema em si prioritário nas discussões.

Em 2008 os principais temas da agenda do MERCOSUL estavam baseados nos seguintes tópicos: Aspectos gerais do MERCOSUL; Dados básicos e principais indicadores econômicos comerciais; Tarifa externa comum (TEC); a eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum (TEC); Fundo para a convergência estrutural do MERCOSUL (FOCEM); o Regime de origem do MERCOSUL e Acordos do MERCOSUL no âmbito da ALADI. Apesar de não constar na agenda como prioridade a padronização regulatória vem sendo discutida no âmbito do MERCOSUL como forma a iniciar um processo permanente de integração financeira.

As tarefas destinadas a promover o avanço do processo de integração financeira no MERCOSUL estão a cargo do Subgrupo de Trabalho nº. 4 - Assuntos Financeiros (SGT-4), integrado pelos Bancos Centrais dos Estados Partes.

Trata-se de um órgão subordinado ao Grupo Mercado Comum (GMC). O GMC é órgão executivo do MERCOSUL, que tem, entre outras funções, a de zelar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos assinados no seu âmbito. Estão subordinados ao GMC quatorze subgrupos de trabalho.

O objetivo final do STG nº. 4 é a criação de um mercado comum regional, contemplando os setores bancário, de seguros e de mercado de capitais.

O trabalho do SGT-4 está baseado em duas vertentes: harmonizar as normas que regem o funcionamento dos sistemas financeiros dos quatro países para obter um nível adequado de solidez e transparência e assessorar o Grupo de Serviços na negociação de liberalização progressiva dos serviços financeiros.

O SGT-4 é composto por uma Coordenação Nacional - responsável pela distribuição das demandas oriundas dos órgãos superiores do MERCOSUL: CMC (Conselho do Mercado Comum) e do GMC (Grupo Mercado Comum), e pelas seguintes Comissões e Subcomissões: Comissão de Mercado de Capitais (CMC); Comissão de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (CPLDFT); Comissão do Sistema Financeiro (CSF); Subcomissão de Demonstrações Contábeis (SDC); Comissão Técnica de Seguros (CS); Subcomissão de Margem de Solvência e Subcomissão de Resseguros.

As decisões das comissões são obrigatoriamente por consenso pelos quatro países. De modo geral, as comissões discutem tecnicamente os assuntos pertinentes a suas competências, com vistas à elaboração de projetos de Resoluções ou Decisões. Primeiramente, os projetos são elevados aos coordenadores nacionais onde são analisados e revisados. Após aprovação dos coordenadores do SGT-4, o projeto é encaminhado com cópias nas duas línguas oficiais do MERCOSUL (espanhol e português) ao Grupo Mercado Comum juntamente com uma recomendação dos coordenadores nacionais do SGT-4 para que se aprove o projeto. O mesmo procedimento é aplicado aos acordos que, quando convergentes com os normativos internos, são incorporados automaticamente à legislação de cada país-membro sem a necessidade de trâmite pelos poderes legislativos (BACEN, 2005).

No que se refere à Basileia as decisões e resoluções no âmbito do MERCOSUL são realizadas no âmbito da Comissão do Sistema Financeiro (CSF), Subcomissão de Demonstrações Contábeis (SDC) e Comissão de Mercado de Capitais (CMC).

Quanto ao tema da harmonização de normas a meta é que todo o MERCOSUL cumpra como piso, os 25 *Princípios Básicos para uma Supervisão Bancária Eficaz*, sugeridas pelo Comitê da Basileia.

As autoridades argentinas aceitaram os Princípios Básicos de Basileia e propuseram sua inclusão em memorandos de entendimentos entre as autoridades supervisoras dos países

do MERCOSUL, conforme atas das reuniões do Subgrupo de Trabalho nº. 4 – Assuntos Financeiros do MERCOSUL.

A percepção de conveniência para adoção das normas de Basiléia no âmbito do MERCOSUL se deu através da Decisão do MERCOSUL/CMC nº. 10/93 conforme ANEXO D. No âmbito da Comissão do Sistema Financeiro (CSF), os Bancos Centrais do MERCOSUL implementaram, em atenção às recomendações formuladas por meio desta Decisão um conjunto amplo de normativas no sentido da adequação de seus sistemas financeiros às normas prudenciais preconizadas pelo Comitê da Basiléia sobre Regulamentação Bancária e Práticas de Supervisão.

Sobre o Comitê de Basiléia decidiu-se conforme Resolução MERCOSUR/GMC nº. 51/93 conforme ANEXO E. A adoção dos Princípios da Supervisão Bancária Global Consolidada se deu através da Decisão MERCOSUL/CMC nº. 12/94 conforme ANEXO F.

A Resolução GMC nº. 1/96 (ANEXO G), dispõe sobre a adoção das normas básicas estabelecidas pela comunidade financeira internacional para a classificação de devedores, provisionamento mínimo e harmonização de critérios para fracionamento de risco de crédito.

A Decisão MERCOSUL/CMC nº9/98 de 23/07/1998 (ANEXO H) é relativa ao Protocolo de Montevideu sobre o comércio de serviços do MERCOSUL e seu Anexo sobre Serviços Financeiros. Os quatro países membros do MERCOSUL firmaram o Acordo de Serviços do MERCOSUL e seu Anexo sobre Serviços Financeiros. O item 4 do Apêndice I do Anexo de Serviços Financeiros reafirma o compromisso de harmonização constante inicialmente no tratado constitutivo, isto é:

Os Estados Partes comprometem-se a continuar avançando no processo de harmonização, conforme as pautas aprovadas e a serem aprovadas pelo Grupo Mercado Comum, nas regulamentações prudenciais, nos regimes de supervisão consolidada e no intercâmbio de informação em matéria de serviços financeiros.

Para fins de definição do contido no Anexo (Apêndice I, item 5.a, p.5) “[...] os serviços financeiros compreendem todos os serviços de seguros e relacionados com seguros e todos os serviços bancários e demais serviços financeiros”.

Com isso o Protocolo apresenta oportunidades de atuação para instituições financeiras dos países signatários.

O processo de liberalização progressiva dos mercados financeiros no MERCOSUL, desenvolve-se com a harmonização de critérios para a classificação e definições de setores e subsetores a consignar nas Listas de Compromissos Específicos do Protocolo de Montevideu, bem como a atualização das entradas "não consolidado" e a consolidação do *status*, com a conseqüente atualização das listas. Na medida em que a inscrição “não consolidado” significa juridicamente que um Estado não está ofertando determinado setor/subsetor, a natureza inicial do exercício consiste em saber o teor da regulamentação restritiva daquela atividade, ou se o setor não está regulamentado. Por outro lado, a consolidação do *status*, retratando a realidade normativa existente em cada um dos Estados Partes, significa oficializar junto aos parceiros a legislação sobre serviços efetivamente praticada no país. Uma vez harmonizados esses entendimentos, atualizam-se as listas, promovendo-se, avanços na liberalização dos serviços (BACEN, 2005).

O GMC, por meio da Resolução GMC nº. 20/01 (ANEXO I), orientou os Estados Partes a adotar para seus sistemas financeiros as regras de transparência informativa recomendadas pelo Comitê da Basileia sobre Regulamentação Bancária e Práticas de Supervisão.

Neste sentido, oficialmente há busca por convergência para os padrões internacionais considerando as decisões e resoluções divulgadas pelos Estados Partes do MERCOSUL.

A última ata divulgada em 2008, seguindo o calendário do MERCOSUL informava que reunião do GMC – Subgrupo de trabalho nº. 4 (STG 4) Assuntos Financeiros havia sido

confirmada para novembro de 2008. Segundo esta última ata publicada foram tratados os temas previstos na Agenda: *Basiléia II* - comentários e situação de cada país em relação ao tema; Cumprimento dos 25 *Princípios Básicos para uma Supervisão Financeira Eficaz*; Harmonização das Normas e Mapa de Assimetrias em relação a Serviços Financeiros.

No item harmonização de normas houve apresentação de Quadro Comparativo de normas dos quatro Estados Partes do MERCOSUL. Neste Quadro consta comparação das normas entre os países dispostas nos itens: Capital, Barreiras à entrada, Carteira, Liquidez, Proteção aos depositantes e Provisões. De forma a facilitar a compreensão o STG nº4 faz a apresentação das normas de forma simplificada e não detalhada. Para efeito comparativo desta tese o quadro foi adaptado somente para o item capital conforme ANEXO J.

A análise do quadro comparativo constante no ANEXO J ressalta as disparidades no estágio de implementação de *Basiléia II* no Brasil e na Argentina. O coeficiente mínimo exigido na Argentina para risco de crédito conforme item 2.1 do ANEXO J é 8% para o setor público e privado enquanto no Brasil é de 11% (dados de 2007). No item 2.2 a seguinte questão é colocada “estão os ativos ponderados por risco de acordo com as diretrizes de *Basiléia II*?”. A resposta do Brasil foi “sim” e a da Argentina “sim, em termos gerais”.

O programa de trabalho para 2009 é apresentado no ANEXO K e prevê o trabalho permanente quanto ao cumprimento dos requisitos propostos por *Basiléia II*.

Um item incluído neste último programa de trabalho é o referente ao acompanhamento das recomendações internacionais relativas à crise financeira, já que a falta de homogeneização regulatória atua de forma mais intensa em momentos de crise. Isto indica que os Estados Partes continuam seguindo as recomendações do Comitê de *Basiléia*.

O Comitê de *Basiléia* em seu parágrafo 780 define que uma supervisão eficaz de grandes instituições bancárias necessariamente acarreta um diálogo próximo e contínuo entre os participantes do setor e as autoridades de supervisão. Além disso, a estrutura revisada exige

uma cooperação aprimorada entre as autoridades de supervisão, de forma prática, especialmente para a supervisão transnacional de grupos bancários internacionais.

Conforme Parágrafo 780 (BCBS, 2006, p. 219):

Enhanced cross-border communication and cooperation
780. *Effective supervision of large banking organizations necessarily entails a close and continuous dialogue between industry participants and supervisors. In addition, the Framework will require enhanced cooperation between supervisors, on a practical basis, especially for the cross-border supervision of complex international banking groups.*

O BACEN, de acordo com o emanado pelo Comitê de Basileia informa em seu Manual de Supervisão que mantém convênio com órgãos de supervisão bancária de diversos países, tais como Alemanha, Argentina, Bahamas, Espanha, Estados Unidos da América, México, Panamá e Paraguai.

O convênio mantido entre BACEN e o BCRA colabora, portanto para o alcance de um processo eficiente de intercâmbio de informação e práticas de supervisão. Uma proposta muito importante foi concluída entre os dois órgãos em 2008. Trata-se da criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

Em setembro de 2008, o BACEN publicou a Resolução nº. 3.608 que dispõe sobre o SML no âmbito dos convênios firmados entre os bancos centrais e o sistema entrou em operação em outubro do mesmo ano.

Em termos operacionais, diferentemente do que ocorre no mercado de câmbio atual, no SML o agente de comércio internacional repassa moeda local à instituição financeira interveniente ou recebe moeda local da instituição financeira interveniente. A instituição financeira, por sua vez repassa moeda local ao Banco Central via sistemas de pagamentos ou recebe moeda local do Banco Central e a compensação entre reais e pesos se dá diariamente no âmbito dos Bancos Centrais.

Na prática, um importador brasileiro, entregará Reais por meio do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e o sistema de pagamentos fará a liquidação do contra-valor em Pesos ao exportador argentino via o Meio Eletrônico de Pagamentos (MEP).

Esse novo sistema, de participação voluntária das partes, deverá aumentar a liquidez e a eficiência do mercado de câmbio Real-Peso, diminuindo custos de transação e entraves em comercializar em moedas locais, encorajando o acesso de pequenas e médias empresas ao comércio internacional e aumentando a integração regional e financeira.

Em 2009 foi acrescentado na agenda do MERCOSUL o item Sistema de Pagamentos em Moeda Local. De acordo com a agenda divulgada (MRE, 2009, p.1) :

A iniciativa atende ao interesse de criar mecanismos de integração econômica que estimulem o comércio e diminuam os custos envolvidos nas liquidações comerciais entre os países da região. Ao dispensar a obrigação de recorrer ao mercado de câmbio e às operações em divisas, o sistema reduz os entraves ao comércio entre os países e simplifica as operações de comércio, suprimindo a etapa de conversão das moedas locais para o dólar e eliminando os intermediários nas transações locais entre os países aderentes. O procedimento simplificado facilita, ainda, a participação de pequenas e médias empresas nas atividades de comércio exterior ao reduzir os custos de transação.

Espera-se que o SML contribua para o incremento de eficiência do mercado de câmbio regional e da competitividade dos exportadores do bloco, além de viabilizar uma maior convergência das políticas macroeconômicas dos Estados Partes, objetivo estabelecido no Tratado de Assunção. Soma-se a esses resultados o significado político da implementação do Sistema como para o aprofundamento das relações econômico-comerciais na região.

Embora tenha sido inicialmente colocado em operação para Brasil e Argentina, o SML resulta de iniciativa no âmbito do MERCOSUL.

O argumento em favor de uma maior integração financeira pode ganhar força a partir dos avanços ou ganhos do SML.

Como vimos ao longo deste capítulo, Brasil e Argentina não estão no mesmo estágio de adoção dos padrões sugeridos pelo novo acordo de capitais da Basiléia. Os dois países estão implantando as sugestões do novo acordo conforme cronograma próprio e estão em estágios diferentes de implementação.

Através da análise dos documentos há, oficialmente, o discurso de harmonização das normas que regem o funcionamento dos sistemas financeiros dos países do MERCOSUL. No entanto, no que se refere à implementação de Basiléia cada Estado Parte (no caso dos países estudados) implementa os princípios de acordo com seu próprio cronograma.

No que se refere ao MERCOSUL, o tema é tratado na Comissão do Sistema Financeiro, no qual a Argentina também participa. Naquele âmbito são discutidos os avanços na matéria e a situação de cada país é monitorada, mas não são adotados compromissos explícitos de datas conjuntas de implementação.

Foi possível observar os crescentes esforços para homogeneizar normas e práticas de regulação no âmbito do MERCOSUL, para incrementar os fluxos de informação supervisora (convênios entre os Bancos Centrais) e as ações para uma maior integração, como é o caso do SML.

Ainda sob a influência da crise financeira recente, apresenta-se ao contexto latino-americano a alternativa de refletir sobre a possibilidade de harmonização regulatória como forma de avançar na integração financeira.

Os países latino-americanos, não empreenderam grandes esforços com o objetivo de estimular a integração financeira na região nas últimas décadas. Houve pequenos avanços como os mitigadores baseados no convênio CCR no âmbito da ALADI na década de 1980 e a proposta de criação do Banco do Sul mais recentemente.

No âmbito do MERCOSUL a proposta do SML em 2008 foi talvez a mais relevante até o momento.

Admitindo que a harmonização de normas conduza a equivalência de regulação nos países envolvidos, o efeito direto sobre o sistema financeiro regional seria um ambiente mais propício à realização de negócios. Além disso, o fortalecimento do setor financeiro regional

através de uma regulação prudencial que diminua sua exposição ao risco seria positivo para uma possível unificação monetária.

A padronização regulatória com adoção de Basileia pode facilitar as fusões regionais dos bancos na América Latina. Essa padronização não será fácil, como não tem sido a própria iniciativa de integração econômica e comercial. Há problemas, pois como vimos as regulações entre os dois maiores países do MERCOSUL estão em estágios distintos o que reduz o potencial de uma integração financeira mais profunda.

CAPÍTULO IV - IMPACTO DO NOVO ACORDO DE CAPITALS DA BASILÉIA NO SISTEMA BANCÁRIO DO BRASIL E ARGENTINA

4.1 Impacto da adoção do índice de Basileia no sistema bancário do Brasil

O índice de Basileia é calculado a partir da proporção entre o capital das instituições e o valor dos seus ativos ponderados por risco (conforme apresentado no capítulo 1 e no Apêndice A). Considerando que a legislação brasileira somente entrou em vigor a partir de 1º de julho de 2008 (com a entrada em vigor da Resolução nº. 3.490 de 29 de agosto de 2007) e os bancos brasileiros divulgam seus demonstrativos financeiros trimestralmente a análise de dados após implementação de Basileia II no Brasil ainda é recente.

Através da análise dos dados disponibilizados pelo BACEN até junho de 2008 indicados no Gráfico 5 constata-se a diversidade resultante da combinação entre os diferentes tipos de controle acionário, que são refletidos em posicionamentos heterogêneos frente ao índice de Basileia.

Gráfico 5 - Índice de Basileia (em %) .Segmentação por controle. Brasil.

Fonte: Extraído de BACEN, Relatório de Estabilidade Financeira, 2008.

Conforme indicado no Gráfico 5, os bancos públicos possuem índices maiores com relação aos bancos de capital estrangeiro e privado nacional.

Isso pode ser explicado, pois é de se esperar que os bancos públicos tenham um comportamento distinto com relação aos bancos privados em diversas áreas e podem apresentar estratégias diferenciadas com relação ao risco. Ademais, é possível supor que os bancos privados pretendam ser mais competitivos no mercado, buscando a maximização de seu lucro e desta forma estariam empenhados em manter o requerimento de capital mais próximo ao limite imposto pela norma no Brasil, de 11%.

De outra parte, os grandes bancos públicos são mais capitalizados e consequentemente possuem maior capacidade de alavancagem conforme visualizado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Alavancagem. Segmentação por porte e controle. Brasil.

Fonte: Extraído de BACEN, Relatório de Estabilidade Financeira, 2008.

De acordo com o BACEN (2008, p.49):

A relação entre o capital de terceiros e o capital próprio, ou alavancagem, manteve-se em aproximadamente 9,5 vezes, mas não era homogênea nos segmentos. Houve diferença de alavancagem por porte e os bancos grandes mantiveram relação mais do que 2,5 vezes maior do que a dos bancos de micro porte, o que reflete mais capacidade de relacionamento e de captação dos grandes bancos.

Nos casos dos bancos pequenos, a alavancagem menor pode ser explicada pelo mercado em que atuam. Muitos bancos brasileiros de pequeno porte atuam em nichos específicos de mercado (com foco comercial específico, exemplo crédito consignado ou empréstimos para pequenas e médias empresas). Nestes casos, os bancos pequenos não carregam carteiras de crédito no seu ativo e podem fazer cessão de crédito dessas carteiras para os bancos de grande porte.

Como vimos no capítulo 3 no último trimestre de 2008 houve aumento substancial de cessão de carteiras de bancos pequenos e médios para bancos grandes como forma de fornecer liquidez para o grupamento de bancos de menor porte no Brasil.

Para os grandes bancos a cessão de carteira gera receitas e aumenta a fatia detida em suas carteiras de crédito e para os bancos menores torna-se uma fonte de recursos.

No Brasil, a relação crédito/PIB em abril de 2009 chegou a 42,6% (BACEN, 2009) apresentando tendência crescente ao longo dos anos, um avanço se comparado à média histórica do Brasil e da América Latina. No entanto, conforme visualizado no Gráfico 2 (capítulo 1) ainda é considerado baixo e com prazos médios curtos para operações dos segmentos de pessoas físicas e jurídicas (conforme visualizado no Quadro 5).

	Modalidade de crédito	dez/06	jun/07	dez/07	jun/08
<i>Pessoa Física</i>					
	Credito consignado em folha	41	44	50	51
	Crédito não consignado	23	24	29	31
	Financiamento de veículos	38	39	42	41
	Arrendamento financeiro	42	51	54	51
	Imobiliário	188	183	215	214
	Rural e agroindustrial	36	25	31	22
<i>Pessoa Jurídica</i>					
	Conta Garantia	6	5	3	3
	Capital de giro	11	12	14	13
	Financiamento de projetos	52	54	54	47
	Rural e Agroindustrial	10	11	15	10
	Comércio Exterior	4	4	5	4

Quadro 5 - Prazo médio das operações de crédito (meses). Brasil.

Fonte: BACEN, Relatório de Estabilidade Financeira, 2008.

Nesse contexto, as instituições financeiras brasileiras apresentam de maneira geral um excesso de capital frente ao mínimo requerido. A relativa baixa alavancagem com base na relação crédito/PIB no setor financeiro, o aumento do provisionamento e inadimplência estável conforme visualizado no Gráfico 7 contribuíram para minimizar possíveis impactos da crise em curso no SFN.

Gráfico 7 - Bancos Brasileiros: Créditos em atraso e provisões.

Fonte: Extraído de BACEN, Relatório de Estabilidade Financeira, 2008.

O SFN apresenta um índice de capitalização médio superior ao mínimo regulatório (conforme Quadro 8) e os índices de Basileia entre bancos de mesmo porte apresentaram padrões semelhantes na amostra verificada conforme Quadro 6.

Com o intuito de detalhar um pouco mais os índices apresentados pelo BACEN foi efetuada uma análise em que foram selecionados os 19 maiores bancos brasileiros, de acordo com seus Ativos Totais em dezembro de 2007. O Quadro 6 apresenta os valores obtidos para os índices em questão, para cada uma das instituições da amostra no período abril de 2007 e abril de 2008.

Para efeito desta amostra, foi realizada uma segmentação entre instituição financeira de porte grande (ativos totais maiores que R\$ 100 bilhões), porte médio (ativos totais entre R\$ 20 e R\$ 99,99 bilhões) e porte pequeno (ativos totais menores que R\$ 20 bilhões).

As instituições de porte grande como Banco do Brasil, Bradesco e Itaú apresentaram índices bastante semelhantes. As instituições de tamanho pequeno apresentaram índices entre 16% a 26%. As instituições de porte médio exibiram índices entre 12,44% e 23,39%.

Entre os maiores bancos por ativos no Brasil que aumentaram seu índice de Basileia no período, dois são de capital estrangeiro (*Citibank e UBS*) e dois são de capital público (Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul).

Maiores conglomerados por ativos em dezembro de 2007 no Brasil	Índice de Basileia Abril de 2008 (%)	Índice de Basileia Abril de 2007 (%)	Ativos em dezembro de 2007 (R\$ bilhões)
Banco do Brasil	15,58	17,25	316,38
Banco Itaú	18,74	18,3	267,08
Bradesco	15,65	18,76	254,86
Caixa Econômica Federal	28,88	25,29	239,04
ABN Amro Real	13,46	13,76	156,62
Unibanco	14,72	15,99	132,85
Santander	14,24	15,37	96,93
HSBC	13,4	14,23	69,42
Banco Safra	12,58	12,44	65,81
Banco Votorantim	15,18	16,08	60,59
Citibank	14,52	12,87	54,71
Nossa Caixa	15,75	23,39	47,43
UBS Pactual	21,4	16,73	20,25
Banrisul	26,04	20,16	19,75
BBM	16,28	16,09	15,77
BNP Paribas	18,95	19,34	15,70
Deutsche Bank	17,35	20,01	14,03
BNB	16,28	18,98	13,94
Banco Alfa	16,86	16,99	13,62

Quadro 6- Índice de Basileia. Bancos Brasileiros. Abril de 2008 e Abril de 2007. Classificação por Ativos.

Fonte: Anuário Brasileiro de Bancos, 2007 e 2008.

Considerando a não entrada em vigor da normativa que altera Basileia no Brasil a partir de julho de 2008, 66,7% dos bancos brasileiros de grande porte na amostra utilizada reduziram seus índices de Basileia, de abril de 2007 para abril de 2008, conforme Quadro 7.

	Índice de Basileia Abril de 2008	Índice de Basileia Abril de 2007	Varição 2007 a 2008	Ativos em 2007 (em bilhões de reais)
Acima de R\$ 100 bi				
Banco do Brasil	15,58	17,25	1,67	316,37
Banco Itau	18,74	18,3	-0,44	267,10
Bradesco	15,65	18,76	3,11	254,87
Caixa Econômica Federal	28,88	25,29	-3,59	239,05
ABN Amro Real	13,46	13,76	0,3	156,63
Unibanco	14,72	15,99	1,27	132,86
R\$ 20 bi a R\$ 99,99				
Santander	14,24	15,37	1,13	96,94
HSBC	13,4	14,23	0,83	69,42
Banco Safra	12,58	12,44	-0,14	65,82
Banco Votorantim	15,18	16,08	0,9	60,60
Citibank	14,52	12,87	-1,65	54,71
Nossa Caixa	15,75	23,39	7,64	47,44
UBS Pactual	21,4	16,73	-4,67	20,25
até R\$19,99 bi				
Banrisul	26,04	20,16	-5,88	19,75
BBM	16,28	16,09	-0,19	15,77
BNP Paribas	18,95	19,34	0,39	15,70
Deutsche Bank	17,35	20,01	2,66	14,03
BNB	16,28	18,98	2,7	13,94
Banco Alfa	16,86	16,99	0,13	13,62

Quadro 7 – Índice de Basileia. Bancos Brasileiros. Abril de 2008 e Abril de 2007. Segmentação por Grupo de Ativos.
Fonte: Anuário Brasileiro de Bancos, 2007 e 2008.

Considerando todo o conjunto de instituições do SFN, os resultados do trabalho realizado pelo BACEN a partir de 1º de julho de 2008, com a entrada em vigor a Resolução nº. 3.490 de 29/08/2007 que incorpora as recomendações do novo acordo de Basileia no Brasil indicam que não haverá grandes oscilações no índice do sistema por conta da alteração da legislação. Segundo este estudo o índice de Basileia apresentou elevação em junho de 2008, último mês calculado pela metodologia antiga do BACEN, para agosto de 2008, passando de 15,5% para 16,4%. (BACEN, 2008).

Os impactos verificados de incremento de capital na América Latina evidenciados no capítulo 2 estão presentes ao analisarmos os dados recentes apresentados pelo Banco Central do Brasil para o SFN.

No que se refere ao risco operacional, na ocasião a expectativa foi de que o risco operacional teria aproximadamente 10% de aumento nos requerimentos mínimos de capital (GARCIA, 2007).

Este valor sugerido está próximo ao calculado pelo BACEN, segundo seu relatório de estabilidade financeira divulgado em 2008 após a publicação da normativa sobre risco operacional publicada conforme circular 3.383 de 2008.

O valor apresentado para risco operacional traz em seu cálculo um fator multiplicador, o qual valia até 31 de dezembro de 2008 a 0,20 e deverá atingir 1,00 em 2010 conforme circular publicada. O BACEN efetuou cálculo para requerimento de capital para risco operacional com dados do SFN de junho a agosto de 2008 considerando o valor multiplicador de 1,00. Na ocasião o parâmetro para risco operacional passaria de R\$ 2,6 bilhões (antes da normatização recente) para R\$ 13,2 bilhões, ou seja, aumento de 6,4% do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) (BACEN, 2008).

Apesar possibilidade de incremento de capital para o risco adicionado no âmbito de Basiléia II e da situação de crise em curso, as análises aplicadas pelo BACEN no sistema bancário brasileiro indicavam que apenas situações extremas, bem superiores às variações historicamente observadas no nível de provisionamento, na taxa de juros e na taxa de câmbio seriam capazes de tornar as instituições insolventes ou de desenquadrá-las em relação ao índice de Basiléia no mínimo exigido (BACEN, 2008).

4.2 Impacto da adoção do índice de Basiléia no sistema bancário da Argentina

No Gráfico 8 verificamos os índices de Basiléia no sistema financeiro argentino até dezembro de 2008. Ao contrário do constatado no Brasil, os bancos públicos na Argentina possuem menores índices de Basiléia com relação aos bancos privados. Essa diferença pode ser explicada pela menor capitalização dos bancos públicos (a partir de seu histórico de elevada exposição ao setor público argentino) com destaque para o *Banco de la Nación Argentina*, que em 2007, detinha 23% de participação nos ativos do setor público no país.

Em 2004, o Governo argentino aprovou plano para fortalecer a capitalização do *Banco de la Nación* num prazo de 12 anos, pela injeção de recursos de capital. O plano incluía cláusula que garantia o suporte governamental à instituição em caso de dificuldade, com previsão de reembolso gradativo do controlador dos valores aportados, por meio de transferência de parcela dos resultados, quando positivos (BNA, 2004).

Gráfico 8 - Índice de Basileia – Argentina (em %).

Fonte: Extraído de BCRA – *Boletín de Estabilidad Financiera*, 2008.

O Gráfico 8 também evidencia que em um contexto adverso em decorrência do cenário externo de crise financeira os índices de Basileia do sistema financeiro se mantiveram em níveis superiores ao mínimo exigido pela legislação da Argentina.

Os bancos na Argentina registraram até 2007 o terceiro ano de resultados considerados positivos. O retorno sobre o Patrimônio Líquido recuou para 9,7% em 2007 (a partir de 14,3% em dezembro de 2006 conforme Quadro 11), mas o índice de inadimplência da carteira de crédito do sistema continuou em queda, situando-se em 2,9% em 2007 (chegou a 10,7% em 2004, recuando sucessivamente desde então conforme Quadro 10). O índice de Basileia

sofreu expansão a partir de 2004, passando de 14% para 16,8% em 2008 conforme Quadro 8 e as provisões para créditos duvidosos cobriam 130% dos créditos em atraso em 2007 conforme Quadro 9.

	2004	2005	2006	2007	2008
Índice de Basileia					
Brasil	18,5	17,4	17,8	17,3	18
Argentina	14	15,3	16,8	16,9	16,8

Quadro 8 - Índice de Basileia Brasil e Argentina (em %).
Fonte: BACEN e BCRA

	2004	2005	2006	2007	2008
Provisões sobre crédito em atraso (%)					
Brasil	371,9	287,4	280,0	286,2	270,9
Argentina	102,9	125,1	130,3	130,3	n.d

Quadro 9 - Provisões sobre crédito em atraso % - Brasil e Argentina.
Fonte: BACEN e *Global Financial Stability Report FMI*

	2004	2005	2006	2007	2008
Créditos em atraso sobre carteira total (%)					
Brasil	3,0	3,5	3,7	3,2	3,1
Argentina	10,7	5,2	3,4	2,9	n.d.

Quadro 10 - Créditos em atraso sobre carteira total % - Brasil e Argentina.
Fonte: BACEN e *Global Financial Stability Report FMI*

	2004	2005	2006	2007	2008
Retorno sobre Patrimônio Líquido (% a.a.)					
Brasil	17,6	21,2	20,6	22,4	23,5
Argentina	-4,2	7,0	14,3	9,7	n.d

Quadro 11 - Retorno sobre Patrimônio Líquido % a.a. - Brasil e Argentina.
Fonte: BACEN e *Global Financial Stability Report FMI*

Da análise dos Relatórios Anuais dos bancos do sistema financeiro argentino até início de 2008, constatou-se a não disponibilização dos índices de Basiléia tal como ocorre com os bancos no Brasil e as diferenças significativas com relação à percepção dos bancos que atuam no país sobre o tema.

Ao consideramos bancos locais de capital estrangeiro, a evidência empírica indicava que as diretrizes sobre o novo acordo de Basiléia que deveriam ser seguidas seriam a de suas respectivas sedes. Conforme comentado no capítulo 2, para o Comitê de Basiléia, este fato deve favorecer a implementação de Basiléia II na América Latina quando consideramos a existência de bancos internacionalmente ativos.

A Argentina possui aproximadamente 30% de bancos com capital estrangeiro atuando localmente. A percepção dos bancos pode ser constatada através da análise dos Relatórios Anuais de alguns bancos argentinos.

Segundo Relatório Anual de 2007, o BBVA Banco Francês (4º no *ranking* por ativos da Argentina e controlado pelo *Banco Bilbao Viscaya Argentaria* -BBVA da Espanha), está trabalhando em seus processos internos para aproximar-se do Modelo Avançado de Basiléia II superando a exigência imposta pelo BCRA que enfoca o Método Simplificado. Conforme o contido no Relatório Anual (BBVA, 2007, p. 29):

En esa línea estratégica de mediano plazo, se continuó trabajando en el desarrollo de procesos internos que permitan a nuestro Banco aproximarse a los estándares del Modelo Avanzado del Nuevo Acuerdo de Basilea (BIS II), superando así la exigencia que impone el Banco Central de la Republica Argentina, cuyas directrices apuntan a la implantación del Acuerdo de Basilea II en base al Método Simplificado hacia el año de 2010.

O Banco Santander Río (5º no *ranking* por ativos da Argentina e controlado pelo Santander-Espanha) não menciona especificamente Basiléia quando relata sua política de administração de riscos, mas informa seguir o exigido pelo Grupo Santander (sede) conforme indicado em seu Relatório Anual (2007, p. 35) para risco de crédito:

El proceso crediticio del Banco se basa fundamentalmente en los criterios de independencia y autoridad de la función. Dicho proceso es responsabilidad de la Gerencia de Riesgos, la cual realiza las gestiones a través de las fases de Admisión, Seguimiento y Recuperación. Asimismo, la Gerencia de Riesgos participa activamente del Comité de Productos para el análisis, desarrollo e implementación de nuevos negocios en coincidencia con los niveles de calidad de cartera y morosidad exigidos por el Grupo Santander.

Todas las aprobaciones crediticias siguen un procedimiento de facultades colegiadas y Comités.

O *Banco de Galicia y Buenos Aires SA* um dos principais bancos privados argentinos (3º no *ranking* por ativos da Argentina) não menciona quais modelos serão utilizados para cálculo do capital no marco de Basiléia. O Banco ressalta apenas suas ações para risco operacional e o cálculo do capital mínimo regulatório a partir do determinado pelo BCRA (*MEMÓRIA Y BALANCE*, 2008, p.83).

Estas diferenças ressaltam a aplicabilidade de Basiléia e a percepção de sua implementação por bancos com controle acionário distinto na Argentina.

4.3 Análise comparativa do índice de Basiléia no sistema bancário do Brasil e Argentina

Houve a constatação de maior disponibilidade e acessibilidade de dados das instituições financeiras no Brasil em relação às instituições financeiras da Argentina.

Até início de 2008 nem todos os bancos argentinos informavam e disponibilizavam os indicadores de Basiléia para os exercícios analisados em seus Relatórios Anuais, ao contrário do padrão observado para os bancos brasileiros.

Por essa razão com o intuito de prosseguirmos com a análise comparativa, utilizamos o índice de Basiléia informado pela agência de classificação de risco *Moody's Investors Service* (*Moody's*) no período dezembro de 2006, dezembro de 2007 e dezembro de 2008 para uma amostra dos maiores bancos argentinos e brasileiros por ativos no sistema financeiro de cada país.

Como vimos o índice de Basiléia é calculado a partir da proporção entre o capital das instituições (ou seu patrimônio líquido) e o valor dos seus ativos ponderados por risco. Este indicador na série apresentada pela *Moody's* para cada banco é equivalente a relação *Equity/RiskAssets*.

O Quadro 12 indica a relação entre patrimônio líquido e ativos de risco para uma amostra de 16 bancos brasileiros e 21 bancos argentinos no período dezembro de 2006, dezembro de 2007 e dezembro de 2008, conforme cálculo apresentado pela *Moody's*.

Foram consultados os dados de todos os bancos à exceção de Banco do Nordeste do Brasil, Banco Santander e Banco Alfa no Brasil e Banco *B I Creditanstalt SA* e Banco *Finansur SA* da Argentina. Para estes bancos não havia cálculo disponibilizado pela agência *Moody's*.

	IB Dez 2006	IB Dez 2007	IB Dez 2008	Varição 2007 a 2008
Brasil				
Banco do Brasil	17,74	15,6	15,15	-0,45
Banco Itau/Unibanco AS	17,2	17,9	16,1	-1,8
Bradesco	18,76	15,65	16,93	1,28
Caixa Econômica Federal	25,29	28,88	20,6	-8,28
Santander	**	**	**	**
HSBC	14,5	13,6	12,04	-1,56
Banco Safra	12,4	12,6	14,7	2,1
Banco Votorantim	16,08	15,18	13,51	-1,67
Citibank	13,96	14,52	14	-0,52
UBS Pactual	16,48	18,93	24,07	5,14
Banrisul	20,16	26,04	20,1	-5,94
BBM	16,09	16,3	14,53	-1,77
BNP Paribas Brasil	23,78	18,95	18,2	-0,75
Deutsche Bank	20	17,35	16,42	-0,93
Banco do Nordeste do Brasil	**	**	**	**
Banco Alfa	**	**	**	**
Argentina				
Banco de la Nación Argentina	14,6	13,5	13,1	-0,4
Banco de la Provincia de Bueno	7,8	8,1	7,83	-0,27
Banco de Galicia y Buenos Aire	7,09	11,1	11,61	0,51
BBVA Banco Francés AS	15,14	13,48	11,7	-1,78
Banco Santander Río AS	10,7	10,87	10,1	-0,77
Banco Macro SA	38,7	22,18	19,94	-2,24
Banco de la Ciudad de Buenos A	16,2	15,78	14,08	-1,7
HSBC Bank Argentina SA	14,38	14,38	15,13	0,75
Banco Credicoop Cooperativo Lt	12,61	11,54	11,02	-0,52
Banco Patagonia SA	24,29	23,58	21,45	-2,13
Nuevo Banco de Santa Fe SA	17,66	15,**	15,95	-0,04
Banco de la Provincia de Córdo	8,63	7,98	7,16	-0,82
Banco Supervielle SA	7,97	11,59	12,11	0,52
Banco de la Pampa SEM	13,13	14,39	15,78	1,39
Nuevo Banco Industrial de Azul	10,02	12,17	18,55	6,38
Banco CMF SA	22,64	26,67	33,95	7,28
Banco de Valores SA	21,12	19,02	15,83	-3,19
Deutsche Bank SA	12,42	16,44	37,14	20,7
Banco Mariva SA	12,91	14,81	16,85	2,04
Banco B I Creditanstalt SA	**	**	**	**
Banco Finansur SA	**	**	**	**

Quadro 12 – Índice de Basiléia. Bancos do Brasil e Argentina. 2006, 2007 e 2008.
Fonte: *Moody's, Banking Statistics* 28 abr.2009.

	Índice Basiléia Dez 2006	Índice Basiléia Dez 2007	Índice Basiléia Dez 2008	Varição 2007 a 2008
Brasil				
mínimo	12,40	12,60	12,00	-8,28
máximo	25,30	28,80	24,10	5,14
média	17,80	17,80	16,60	-1,16
mediana	17,20	16,30	16,10	-0,93
Argentina				
mínimo	7,10	8,00	7,20	-3,20
máximo	38,70	26,70	37,10	20,70
média	15,10	14,90	16,30	1,35
mediana	13,10	14,30	15,10	-0,27

Quadro 13 – Índice de Basiléia. Média. Bancos do Brasil e Argentina. 2006, 2007 e 2008.
Fonte: *Moody's, Banking Statistics* 28 abr.2009.

Sentido da Variação IB 2007 a 2008			
		n	%
Brasil			
	variação negativa	10	76,9
	variação positiva	3	23,1
	Total	13	100
Argentina			
	variação negativa	11	57,9
	variação positiva	8	42,1
	Total	19	100,0

Quadro 14 – Sentido da Variação IB. Bancos do Brasil e Argentina.2007/2008
 Fonte: *Moody's, Banking Statistics* 28 abr.2009.

As médias das amostras calculadas no Quadro 13 a partir dos dados da agência *Moody's* indicadas no Quadro 12 são próximas às médias calculadas para todo o sistema financeiro pelo BCRA e BACEN tanto para Argentina como para o Brasil conforme Quadro 8.

Apesar disto, segundo cálculos apresentados pela agência *Moody's* algumas instituições argentinas estão desenquadradas em relação ao nível de capital (Basiléia) conforme indicado no Quadro 12.

Conforme cálculos da *Moody's*, a proporção dos ativos de risco coberta pelo patrimônio líquido era de 7,8% em 12/2006, 8,1% em 12/2007 e 7,83% em 12/2008 para o *Banco de la Provincia de Buenos Aires* (2º no ranking de ativos da Argentina). O *Banco de la Provincia de Córdoba* também apresentou níveis de desenquadramento conforme dados apresentados no Quadro 12.

O sentido da variação do índice de Basiléia de 2007 para 2008 indicados no Quadro 14 tanto para bancos brasileiros e argentinos sugere que mais bancos contaram com redução em seus índices comparativamente ao ano anterior. A redução em 2008 verificada na amostra analisada, sugere crescimento da exposição aos riscos de crédito e de mercado e do

crescimento relativamente inferior do capital regulamentar utilizado frente a esses riscos por conta do agravamento da crise internacional. Ainda assim seu valor médio permanecia acima do patamar mínimo requerido.

Considerando que nos últimos anos após a implementação do novo acordo, o índice de adequação do capital ponderado pelo risco está em expansão na Argentina segundo o BCRA e acima do nível regulatório mínimo no Brasil e ao considerarmos o índice de Basiléia como quociente de solvabilidade ou solvência, em que as instituições mantenham capital próprio disponível para eventos de perdas esperadas e não esperadas, é possível concluir que, a partir dos dados apresentados, a implementação do novo acordo nos dois países pode contribuir para o aumento da solidez das instituições. No entanto, desde que acompanhadas de supervisão constante e intervenção quando necessário, pois da análise dos dados foi constatado que: os índices de Basiléia apresentam variações ao longo do ciclo; há diferenças com relação ao porte, tipo e controle acionário das instituições; houve incremento de capital requerido para o novo risco adicionado (operacional); intervenção do governo argentino em banco público com o intuito de aumentar sua capitalização e desequadramentos apontados para algumas instituições financeiras argentinas a partir dos dados apresentados.

CONCLUSÕES

A presente tese teve como objetivo desenvolver um estudo comparativo entre Brasil e Argentina no que se refere à implementação do Acordo de Capitais da Basiléia, após a divulgação do novo acordo em 2004. Seu desenvolvimento contou com cinco eixos temáticos que foram desenvolvidos ao longo da tese.

A proposta foi realizada considerando as mudanças no ambiente financeiro mundial, tais como a integração entre os mercados por meio do processo de globalização, o surgimento de novas transações e produtos financeiros, o aumento da sofisticação tecnológica e a nova regulação que tornaram as atividades e os processos financeiros e seus riscos cada vez mais complexos.

Sobre o tema, inicialmente foi resgatado um breve histórico do Acordo e sua reformulação através do novo acordo, denominado Basiléia II, situando-o no debate regulatório atual vivenciado por período de crise.

Anterior a este debate, registrou-se a criação pelo G-10, do comitê de Supervisão Bancária, com sede na cidade de Basiléia, na Suíça, cujo objetivo fundamental foi o de estabelecer regras garantidoras de que as atividades bancárias venham a ser realizadas através de princípios comuns a todos os membros do mencionado Comitê e àqueles países que, posteriormente, endossassem as regras. Neste sentido, o objetivo de Basiléia II foi o de assegurar a convergência internacional das normas de regulação e supervisão (e suas revisões) – a serem implementadas pelas autoridades supervisoras de cada país – relativas à adequação de capital dos bancos com atividade no mercado financeiro internacional.

Desde o início se fixou como objetivo a criação de um marco regulatório que melhorasse a estabilidade financeira, reforçando os enfoques de supervisão prudencial e introduzindo incentivos para aprofundar o conhecimento dos riscos que assumem os bancos.

A estrutura revisada também buscou melhorar o conhecimento dos riscos pelas instituições financeiras, os supervisores e o mercado formado por investidores, acionistas e

consumidores de produtos bancários. Além de requerimentos mínimos de capital as instituições financeiras devem buscar uma modelagem de riscos que inclui estimações de todos os riscos que assumem. Finalmente a revisão também reconhece que o mercado pode desempenhar um trabalho de auto-regulação quando os agentes têm acesso à informação suficiente sobre o perfil de risco de um banco.

De maneira geral, as principais vantagens destacadas pelo Comitê de Basiléia em relação ao acordo de Basiléia são comentadas a seguir.

Especificamente em relação ao Pilar I, destaque para a utilização de modelos internos para mensuração dos riscos (crédito, mercado e operacional), com graus diferenciados de complexidade, sujeitos à aprovação do Regulador, e possibilidade de benefícios de redução de requerimento de capital por conta da utilização de abordagens internas. Em relação ao risco de crédito, reconhecimento de graus diferenciados de exigência de capital em função do perfil de risco da contraparte, bem como o reconhecimento do efeito da presença de mitigadores de risco nas operações com garantias reais, pessoais, derivativos de créditos, dentre outros. E ainda no Pilar I inclusão de exigência de capital para risco operacional.

No Pilar II, destaque para ênfase na governança corporativa e no processo de supervisão bancária.

No Pilar III destaque para o aprimoramento trazido por Basiléia II no que se refere ao amplo processo de divulgação de informações, objetivando maior transparência e redução de assimetrias para investidores, reguladores e as próprias instituições.

Conforme assinalado no capítulo primeiro desta tese, os bancos como peças do sistema financeiro, ocupam posição chave na economia capitalista, pois são agentes responsáveis pela gestão dos meios de pagamento e do capital. Além disso, sua importância deve ser ressaltada pelo fato de ser o único setor econômico gerador de crise sistêmica que afeta a liquidez e pode afetar os demais ramos da economia.

Além disso, os bancos, como intermediadores financeiros, são altamente vulneráveis, pois são submetidos à incerteza. Assim, um dos instrumentos que tem sido utilizados pelos bancos centrais e governos é a regulação, no sentido de reduzir a probabilidade de crises bancárias. A exigência de manutenção de capital mínimo para cobrir as exposições a riscos é um exemplo de regulação.

Uma análise comparativa entre a publicação de 1988 e de 2004 demonstra que o novo acordo recomenda maior ênfase nos modelos internos dos próprios bancos, na fiscalização dos supervisores e na disciplina e transparência na divulgação dos resultados. O novo acordo é mais flexível no sentido que indica vários métodos para utilização dos bancos. A estrutura revisada, no entanto é mais complexa e com maior sensibilidade ao risco.

O Acordo de Basiléia sobre a adequação de capital é um marco da regulação financeira internacional que pretendia de certa forma prevenir crises através da aplicação de padrões e tornar o ambiente financeiro internacional seguro, competitivo e menos desigual. No entanto, Basiléia II não está programada para oferecer soluções para acabar com as crises financeiras mundiais nem tampouco está programada para oferecer opções para os sistemas financeiros de todo o mundo. Por essa razão recebeu críticas em sua primeira versão, divulgada em 1988 e também em sua nova versão de 2004.

A regulação pretende minimizar, mas por si só não pode impedir a ocorrência de crises financeiras, pois os mercados financeiros operam com informações assimétricas e incompletas.

Várias crises financeiras comentadas no capítulo um, reforçaram a necessidade principal da gestão de riscos. Quando ocorre uma crise no sistema bancário, ela traz consequências negativas para toda a economia do país. Mais recentemente, a crise das hipotecas americanas de alto risco (*subprime*) e suas consequências sobre a economia mundial tem nos lembrado desse efeito. Neste caso, o desempenho conjunto dos Bancos Centrais de

várias economias avançadas foi fundamental para redução até o momento de impactos ainda maiores nos níveis de atividade econômica em todo o mundo.

Neste contexto tornou-se relevante comentar a crise financeira atual e o debate sobre a regulação *versus* crises financeiras.

Sobre a questão se essa nova regulação, proposta pelo novo acordo é capaz de prevenir crises futuras, a resposta é negativa. Houve a constatação de que a implementação de Basiléia II foi importante para a discussão no âmbito dos sistemas financeiros dos países, mas sozinha não foi suficiente por conter a crise em curso que contamina várias economias, inclusive Brasil e Argentina. No marco da crise atual, as medidas governamentais foram fundamentais para minimizar o risco sistêmico e não somente o estabelecimento das regras de Basiléia. Esta conclusão se relaciona com a linha de pensamento pós-keynesiana em que a estabilidade macroeconômica só pode ser assegurada através de intervenção.

A aplicação das regras de Basiléia II de maneira isolada não é suficiente. Para que as novas normas de capital tenham o êxito que se espera, é necessário um processo de supervisão que coloque em prática eficaz e consistente as diretrizes e com um alcance internacional amplo.

Vários detalhes a respeito da instrumentalização de Basiléia II merecem ser revistos. Como vimos o próprio Comitê de Basiléia indicou mudanças a partir da crise atual. Essas mudanças serão graduais e necessitarão de um período de maturação ainda maior que a revisão de Basiléia I. Atualmente algumas vozes começam a declarar a necessidade da publicação de Basiléia III, já que o ano de implementação de Basiléia II no G10 se confunde com o ano de início da crise atual.

Através da análise da literatura foi possível compreender como as diretrizes do novo acordo podem afetar o sistema bancário na América Latina, objeto do capítulo dois.

A literatura descreve os impactos de Basiléia II nos países. A preocupação foi o impacto na América Latina e neste sentido suas principais conclusões são no sentido da possibilidade de redução da oferta de crédito e o aumento dos custos. Na região, os ativos são considerados mais arriscados pelas agências de classificação de risco e, portanto a exigência de capital é maior com maior dificuldade de acesso a crédito externo. Também há descrição da complexidade do Acordo; priorização de operações no curto prazo (já que operações de prazos menores recebem um fator de ponderação de risco menor); dúvidas em relação à utilização de *ratings* por agências classificadoras de risco e o caráter pró-cíclico da oferta de crédito.

O documento divulgado pelo Comitê da Basiléia em 2004 foi encaminhado a todos os supervisores do mundo com a intenção de encorajá-los a considerar sua adesão no momento que avaliarem como consistente com suas prioridades de regulação.

Apesar de todas as críticas elencadas na aplicação de Basiléia II na América Latina, Brasil e Argentina foram convidados a participar das discussões no âmbito do Comitê de Basiléia e endossaram suas regras através de comunicados oficiais do BACEN e BCRA.

Neste contexto, com a adesão, Argentina e Brasil procuram proporcionar maior representatividade dos assuntos financeiros que afetam suas economias e por consequência o MERCOSUL.

Outro eixo temático da tese era de que forma Brasil e Argentina estão aderindo aos princípios de Basiléia II e quais foram durante o período analisado as mudanças na legislação local de cada país estudado.

O BACEN estabeleceu cronograma de implementação de Basiléia II, primeiramente por meio do comunicado 12.746, de 09 de dezembro de 2004. O cronograma divulgado em 2004 sofreu algumas alterações em 27 de setembro de 2007, com a publicação do comunicado BACEN 16.137, sendo que ocorrerá a implementação gradual das novas regras.

Da análise da legislação brasileira foi constatado que:

- O Banco Central do Brasil já divulgou boa parte do arcabouço normativo referente à implementação de Basiléia II no Brasil;
- Há alinhamento do BACEN com as diretrizes divulgadas pelo Comitê de Basiléia;
- O alinhamento não é incondicional, o BACEN realizou adaptações de acordo com as características do mercado local, rejeitando métodos previstos no novo acordo como a utilização de agências de classificação de risco de crédito;
- Houve permanente discussão entre o órgão supervisor e a indústria bancária nacional;
- Através de Audiências Públicas o BACEN discutiu de maneira antecipada possíveis efeitos regulatórios esperados de forma a preparar os bancos brasileiros para a nova legislação;
- As determinações divulgadas na recente legislação brasileira serão aplicadas aos bancos nacionais e estrangeiros sem distinção;
- Alguns conceitos previstos nos parágrafos do novo acordo e sua adaptação pelo BACEN merecem análise jurídica nos termos do Código de Defesa do Consumidor no Brasil (conforme demonstrado no Estudo de Caso do capítulo 3). O objetivo de Basiléia II é assegurar a convergência internacional nas normas de regulação e supervisão. Dentre essas normas, a que estabelece que os créditos – que não possam ser unilateralmente e sem prévio aviso cancelados – ofertados aos clientes deverão contar com um percentual de provisão, garantindo, dessa forma, que uma eventual demanda de crédito não acabe por afetar a saúde financeira da instituição demandada.

Da análise da legislação argentina, foi constatado que:

- Houve publicação de roteiro para a implementação de Basiléia II em dezembro de 2006. O principal documento divulgado pelo BCRA foi *Hoja de ruta para la implementacion*

de Basilea II. Segundo este roteiro o BCRA decidiu pelo enfoque Simplificado no Pilar I para risco de crédito. Com esta decisão o BCRA afirma que não ocorrerão mudanças significativas nas exigências de capital por esse risco. Em relação aos demais pilares não houve decisão formal sobre que enfoque será adotado.

- O BCRA não divulgou o arcabouço normativo esperado referente à implementação de Basileia II no país como fez o Brasil após divulgação de seu cronograma;

- A instabilidade macroeconômica provocada pela crise argentina em 2001 e seu impacto sobre o sistema financeiro é a principal desvantagem para o país implementar Basileia II de forma mais rápida.

- Por hora não há um corpo significativo de normas que se emitiram relacionadas à Basileia II na Argentina. No entanto os bancos de capital estrangeiro pretendem seguir o disposto por suas sedes e desta forma devem aproximar-se dos modelos avançados superando as exigências impostas pelo BCRA.

Outra questão desta tese baseava-se no seguinte: como a implementação do novo acordo poderá interferir num processo futuro de integração financeira no MERCOSUL?

Além da regulação o processo de desenvolvimento/mudança dos sistemas financeiros do MERCOSUL é condicionado pelo contexto financeiro nos quais os Estados Partes estão inseridos.

A literatura indica que a integração financeira requer um grau considerável de harmonização institucional. Com base nesta leitura, o resultado foi avaliado a partir das decisões no âmbito do SGT-4 do MERCOSUL. Este subgrupo de trabalho sobre assuntos financeiros tem como finalidade o desenvolvimento de estudos e a sugestão de medidas que contribuam para a criação de um mercado comum regional na área financeira, contemplando os setores bancário, de seguros e de mercado de capitais. Seu programa de trabalho está orientado em duas linhas de ação básicas e complementares: a) a harmonização das normas

que regem o funcionamento dos sistemas financeiros dos países do MERCOSUL, como forma de se obter um nível adequado de solidez e transparência; e b) a liberalização progressiva dos serviços bancários e financeiros, dentro dos parâmetros constitucionais.

A partir da análise das atas do MERCOSUL foi possível avaliar a existência de iniciativas de harmonização regulatória do setor bancário e financeiro entre os países do MERCOSUL. No que se refere à implementação de Basiléia II, à medida que os supervisores dos países do MERCOSUL forem implementando as novas diretrizes do novo acordo da Basiléia, poderá ocorrer uma mobilização de esforços intra-regional no sentido de diminuir a heterogeneidade regulatória existente atualmente.

O debate envolvendo a implementação das diretrizes presentes no novo acordo de Basiléia vem sendo realizado e sua adaptação às peculiaridades internas dos países poderão ensejar mobilização no sentido de uma busca de maior harmonização regulatória no contexto do MERCOSUL.

A integração financeira vem sendo aprofundada entre os países da região. Seja como estratégia política com o exemplo da criação do Banco do Sul seja através da constituição de Sistema de Pagamentos em Moeda Local, entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central da Argentina, para transações de comércio exterior envolvendo as moedas locais.

Como vimos nas diretrizes de Basiléia II os supervisores de distintos países devem alcançar um maior grau de comunicação e cooperação. Neste sentido, as reuniões entre os representantes dos bancos centrais do subgrupo de trabalho nº. 4 sobre assuntos financeiros favorecem o diálogo sobre Basiléia II no âmbito do MERCOSUL.

Basiléia II pretende fomentar o desenvolvimento de uma linguagem econômica comum para analisar riscos, desafios e oportunidades na implementação em cada país. Deste modo contribui para promover a convergência regulatória com base em regramento internacional.

Portanto, a implementação das diretrizes do novo acordo poderá interferir positivamente num processo futuro de integração financeira no MERCOSUL.

A regulação de capital também é um tema central, não só para os supervisores, mas também para os bancos dado que influi significativamente em suas estratégias de negócios.

Os Bancos de maior porte pretendem utilizar os modelos avançados, mesmo não sendo obrigados a isso. Portanto a utilização do instrumental sugerido pelo Acordo de Basiléia é uma questão estratégica, não apenas de utilização de modelos.

Desta forma começa a surgir na indústria financeira da região uma literatura “entre bancos” sobre a forma de melhor modelizar os riscos propostos por Basiléia II, isto pode ocorrer através da melhor gestão dos sistemas de administração de riscos e homogeneização da aplicação das regras para os bancos mais atuantes na região.

Com relação à questão das exigências de adequação de capital encontradas em Basiléia II e na legislação de cada país são capazes de contribuir para aumentar a solidez e estabilidade das instituições nos dois países, dois pontos merecem ser analisados.

No primeiro, verificou-se que há distinção entre Brasil e Argentina no que se refere aos avanços de implementação. No caso do Brasil, houve um grande esforço da Autoridade Supervisora e do Regulador no sentido de implementar Basiléia II no SFN. Cronogramas foram disponibilizados e um grande pacote de normas foi publicado para este fim. Foi possível verificar o impacto de Basiléia II na estabilidade das instituições, considerando-se o marco normativo anterior. Na amostra analisada não houve instituições brasileiras com índice de Basiléia inferior ao mínimo requerido. No caso da Argentina a legislação não foi publicada, apenas seu roteiro.

Em segundo, o impacto da crise internacional e seu reflexo no Brasil e Argentina. Num primeiro momento a evidência empírica tenta demonstrar a maior resistência em graus diferenciados das duas economias face à crise. No entanto merecem observação os seguintes pontos:

- O relativo isolamento da Argentina dos canais de transmissão no Sistema Financeiro Internacional na crise em curso impediu um impacto maior na economia;

- Não há volume relevante de operações securitizadas no Brasil. Isso pode ter impedido a transmissão de transferência de riscos para as instituições financeiras brasileiras.

- A relação crédito/PIB ainda que crescente no Brasil e estagnada na Argentina, continua relativamente baixa fazendo com que a alavancagem seja menor, com menos assunção de riscos por parte dos bancos e indicando que o requerimento de capital seja ainda muito superior ao nível mínimo exigido pela Autoridade Supervisora.

- No Brasil a exigência de capital mínimo é mais rigorosa do que o estabelecido pelo Comitê de Basileia, sendo 11% do total de ativos ponderados por risco. Dessa forma, o BACEN acaba restringindo mais a alavancagem dos bancos, na medida em que impõe maior participação de capital próprio nas respectivas estruturas de capital dos bancos.

- Atuação destacada da Autoridade Supervisora no Brasil no último trimestre de 2008 no sentido de mitigar riscos que afetassem a economia brasileira e o setor financeiro.

A partir dos dados apresentados no capítulo 4, houve a constatação de que nos últimos anos, após a implementação do novo acordo, o índice de adequação do capital ponderado pelo risco continuou em expansão na Argentina e acima do nível regulatório mínimo no Brasil.

Ao considerarmos o índice de Basileia como quociente de solvabilidade ou solvência, em que as instituições mantenham capital próprio disponível para eventos de perdas esperadas e não esperadas, é possível concluir que, a partir dos dados apresentados, a implementação do novo acordo nos dois países pode contribuir para o aumento da solidez das instituições. No entanto, desde que acompanhadas de supervisão constante e intervenção quando necessário, pois da análise dos resultados obtidos houve variações do índice de Basileia ao longo do ciclo; diferenças com relação ao porte, tipo e controle acionário das instituições;

existência de plano de capitalização de banco público e instituições com índices próximos ou inferiores ao mínimo regulatório na Argentina.

Os pontos elencados reforçam a tese de que as exigências de adequação de capital encontradas em Basiléia II podem contribuir para aumentar a solidez e estabilidade das instituições, desde que sempre acompanhadas de supervisão constante e intervenção estatal nos momentos de crise.

REFERÊNCIAS³⁰

³⁰ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

ANUÁRIO Brasileiro de Bancos. São Paulo. 2007. Disponível em: <
<http://www.relatoriobancario.com.br/index.php?/rb>>. Acesso em: 19 jun. 2008.

_____. São Paulo. 2008. Disponível em: <
<http://www.relatoriobancario.com.br/index.php?/rb>>. Acesso em: 23 fev. 2009.

ARAUJO, R. V.; MASCI, P. (Ed.) **Basilea II en América Latina.** [S.I.] Banco Interamericano de Desarrollo, 2007, 479p. ISBN 1597820628.

_____. Fortalecimiento de los mercados financieros en las Americas [S.I.] In: _____. **Basilea II en América Latina**, Banco Interamericano de Desarrollo, 2007. cap. 19, p. 407-433.

BANCO CENTRAL DA REPUBLICA ARGENTINA (BCRA) **Hoja de ruta para la implementación de Basilea II.** Buenos Aires, 2006.

_____. **Comunicación A 4793 – Lineamientos para la gestión del riesgo operacional en las entidades financieras.** Buenos Aires. (BCRA, 2008). Disponível em: <
<http://www.bcra.gov.ar/pdfs/polmon/infbanc0408.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2008.

_____. **Relatório de Estabilidade Financiera**, Buenos Aires, 2006.

_____. **Relatório de Estabilidade Financiera**, Buenos Aires, 2007.

_____. **Marco Normativo**, Buenos Aires, 2008.

_____. **Relatório de Estabilidade Financiera**, Buenos Aires, 2008.

_____. **Relatório de Estabilidade Financiera**, Buenos Aires, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução 2.099.** Brasília, 1994a.

_____. **Resolução 2.139.** Brasília, 1994b.

_____. **Resolução 2.784.** Brasília, 1997a.

_____. **Resolução 2.399.** Brasília, 1997b.

_____. **Resolução 2.474**. Brasília, 1998a.

_____. **Resolução 2.554**. Brasília, 1998b.

_____. **Resolução 2.602**. Brasília, 1999a.

_____. **Resolução 2.606**. Brasília, 1999b.

_____. **Resolução 2.682**. Brasília, 1999a.

_____. **Resolução 2.697**. Brasília, 1999 b

_____. **Resolução 2.916**. Brasília, 1999c.

_____. **Resolução 2.692**. Brasília, 2000a.

_____. **Resolução 2.972**. Brasília, 2000b.

_____. **Comunicado n. 12.746, de 09 de dezembro de 2004**. Comunica os procedimentos para implementação da nova estrutura de capital de Basiléia II. Brasília, 2004.

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira**, 2005.

_____. **Resolução 3.380**. Brasília, 2006.

_____. **Edital de Audiência Pública n. 25, de 22 de maio de 2006**. Minuta de resolução a ser submetida ao Conselho Monetário Nacional dispondo sobre o Patrimônio de Referência (PR) das instituições financeiras, 2006a.

_____. **Edital de Audiência Pública n. 26, de maio de 2006**. Minuta de resolução a ser submetida ao Conselho Monetário Nacional dispondo sobre limite para o total de exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial e a apuração do Patrimônio de Referência Exigido, 2006b.

_____. **Comunicado n. 16.137, de 27 de setembro de 2007**. Comunica os procedimentos para implementação da nova estrutura de capital de Basiléia II, 2007.

_____. **Resolução 3.488**. Brasília, 2007a.

_____. **Resolução 3.490**. Brasília, 2007b.

_____. **Circular 3.360**. Brasília. 2007a.

_____. **Circular 3.361**. Brasília. 2007b.

_____. **Circular 3.362**. Brasília. 2007c.

_____. **Circular 3.363**. Brasília. 2007d.

_____. **Circular 3.364**. Brasília. 2007e.

_____. **Circular 3.365**. Brasília. 2007f.

_____. **Circular 3.366**. Brasília. 2007g.

_____. **Circular 3.367**. Brasília. 2007h.

_____. **Circular 3.368**. Brasília. 2007i.

_____. **Carta-Circular 3.309**. Brasília. 2008a.

_____. **Carta-Circular 3.310**. Brasília. 2008b.

_____. **Carta-Circular 3.315**. Brasília. 2008c.

_____. **Carta-Circular 3.316**. Brasília. 2008d.

_____. **MERCOSUR/SGT nº. 4/ACTA nº. 01/2008**. Brasília. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/Rex/SGT4/Ftp/ata_CN_01_2008.pdf>. Acesso em: 13 set. 2008.

_____. **MERCOSUR/SGT n°. 4/ATA n°. 02/2008.** Brasília. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Rex/SGT4/Ftp/ata_CSF_02_2008.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2009.

_____. **MERCOSUL/SGT n°. 4/SCDC/ ATA n°. 02/2008.** Brasília. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Rex/SGT4/Ftp/ata_ScDC_02_2008.pdf> . Acesso em 13 set. 2008.

_____. **Edital de Audiência Pública n. 30, de 19 de setembro de 2008.** Minuta de resolução a ser submetida ao Conselho Monetário Nacional sobre a implementação de gerenciamento do risco de crédito por parte das instituições financeiras, 2008.

_____. **Resolução 3.655.** Brasília, 2008a.

_____. **Circular 3.425.** Brasília. 2008b.

_____. **Circular 3.383.** Brasília. 2008c.

_____. **Resolução 3.608.** Brasília, 2008d.

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira,** Brasília, 2008a.

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira,** Brasília, 2008b.

_____. **Manual de Supervisão.** Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/msv/pesquisa/validateInternet.jsp>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

_____. **Quadro Comparativo de Normas Sintetizado.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Rex/SGT4/port/SGT4_quadros_comp_CSF.asp>. Acesso em: 11 abr. 2009.

_____. **O Brasil Diante da Crise: Estabilidade e Resistência,** Brasília, 2009.

_____. **BACEN divulga Nota à Imprensa sobre Política Monetária e Operações de Crédito do SFN.** Brasília. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>> Acesso em: 27 maio 2009.

BANCO DE GALÍCIA Y BUENOS AIRES SA. **Memoria y Balance.** 104º Ejercicio [Buenos Aires]. Enero/Diciembre 2008.

BANCO DE LA NACION ARGENTINA (BNA), **Balance y Estado de Resultados**, [Buenos Aires]. 2004.

_____. **Balance y Estado de Resultados**, [Buenos Aires]. 2006.

BANCO DO BRASIL. **Gestão de Riscos no Banco do Brasil** – Basiléia II. Brasília 2006.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Remessas para América Latina e Caribe declinarão em 2009**, 16 março 2009. Disponível em: < <http://www.iadb.org/NEWS/detail.cfm?lang=pt&id=5160>>. Acesso em: 31 maio 2009.

_____. **Trade Finance Facilitation Program-TFFP**. Disponível em: < http://www.iadb.org/pri/trade_finance.cfm?language=Portuguese>. Acesso em: 16 abr. 2008.

BANCO SANTANDER RÍO, **Memoria Anual** - Estados contables al 31 de diciembre de 2007. 2007. [S.I.] Disponível em: < <http://www.santanderrio.com.ar/institucional/files/balcas07.pdf> >. Acesso em: 03 set. 2008.

BAPTISTA Jr., P. N. Argentina: uma crise paradigmática. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 16 p.83-96, 2002.

BARAJAS, A.; CHAMI, R.; COSIMANO, T. **Did the Basel Accord Cause a Credit Slowdown in Latin America?** IMF Staff Papers, IMF Institute, WP/05/38, Washington, DC, fev. 2005.

BARAJAS, A. et al. **Banks during the Argentine Crisis: Were they all hurt equally? Did they all behave equally?** IMF Staff Papers, IMF Institute Vol.54, N.4, 2007.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISORS (BCBS), **Core Principles for Effective Banking Supervision**, Basel: BIS, 1997.

_____. **Os princípios essenciais da Basiléia**. Tradução Jorge R. Carvalheira. Brasília: Banco Central do Brasil, 1997, 38p. Disponível em: <<http://www.fgvsp.br/institucional/biblioteca/pe/1200300701.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2006

_____. **Capital Requirements and Bank Behavior: The Impact of the Basel Accord**, Working Paper n. 1. Basel: BIS, 1999.

_____. **Capital Requirements and Bank Behavior Impact of the Basel Accord**, Working Paper No 1 Basle: BIS, 1999.

_____. **Overview of the new Basel Capital Accord**, Basel: BIS, 2003.

_____. **Implementation of Basel II: Practical Considerations**, Basel: BIS, 2004.

_____. **Results of the fifth quantitative impact study (QIS 5)**. Basel: BIS, 2006.

_____. **International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards. A Revised Framework**. Comprehensive Version. Basel: BIS, 2006.

_____. **The implementation of the new capital adequacy framework in Latin America** Summary of responses to the Basel II Implementation Assistance Questionnaire, Basel: BIS, 2004. Disponível em: < <http://www.bis.org/FSI/FSIPAPERS04LATINAMERICA.PDF>>. Acesso em: 09 dez. 2007.

_____. **Envolving banking systems in Latin America and the Caribbean: challenges and implications for monetary policy and financial stability**, Basel: BIS, BIS Papers, Nº 33, fev.2007.

_____. **Basel Committee on Banking Supervision announces steps to strengthen the resilience of the banking system**. Disponível em: < <http://www.bis.org/press/p080416.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

BATTLE, C. R. El Nuevo Acuerdo de Capital de Basilea y los bancos de desarrollo In: _____. **Basilea II en América Latina**, Banco Interamericano de Desarrollo, 2007. cap. 11, p. 237-251.

BBVA BANCO FRANCÊS. **Informe Annual 2007**.

BRASIL. Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l8078.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

BRASIL. Lei nº. 4.595 de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4595.htm>. Acesso em: 01 out. 2007.

BRASIL. Lei nº. 4.728 de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4728.htm >. Acesso em: 01 out. 2007.

CAMPOS, R.C. VANEGAS, L.L. Avaliação das mudanças estruturais no México (1982-2004) In: DUPAS, G. (org.) **América Latina no início do século XXI – Perspectivas econômicas, sociais e políticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005. cap.2, p. 39-74.

CARVALHO, F.J. C Inovação Financeira e Regulação Prudencial: da Regulação de Liquidez aos Acordos de Basileia. In: SOBREIRA, R. (org.) **Regulação Financeira e Bancária**. São Paulo: Atlas, 2005. cap. 6, p.121-139.

CASSIDY, J. *The Minsky Moment* **The New Yorker Journal**, 04 feb. 2008. Disponível em: < http://www.newyorker.com/talk/comment/2008/02/04/080204taco_talk_cassidy >. Acesso em: 12 set. 2008.

CASTRO, E. Calificadoras de riesgo y el Nuevo Acuerdo de Capital de Basilea Brasil In: _____. **Basilea II en América Latina**, Banco Interamericano de Desarrollo, 2007. cap. 12, p. 259-269.

CHAMI, R.; COSIMANO. T. F. **Monetary Policy with a Touch of Basel ?** IMF Staff Papers, IMF Institute, WP/03/101, 2001.

CHIURI, M. C.; FERRI, G.; MAJINONI, G. The Macroeconomic Impact of Bank Capital Requirements in Emerging Economies: Past Evidence to Assess the Future, **Journal of Banking and Finance**. Vol.26, 2002.

CINTRA, M. A. M A participação brasileira em negociações multilaterais e regionais sobre serviços financeiros, **Revista Brasileira de. Política Internacional**, v. 42, p. 62-76, 1999.

COLISTETE, R. P. Hyman Minsky: uma visão da instabilidade a partir de Keynes. **Revista de Economia Política**, vol. 9, nº. 2, abril-junho de 1989.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL) **Crescer com estabilidade: o financiamento do desenvolvimento no novo contexto internacional**, Tradução Cristina Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. **La transformación productiva 20 años después. Viejos problemas, nuevas oportunidades**, 2008.

COMITÊ LATINOAMERICANO DE ASSUNTOS FINANCEIROS (CLAAF). **A Nova Proposta de exigências de capital de Basileia e a estabilidade financeira na América Latina.** Declaração nº. 2, Caracas, Venezuela, 2001. Disponível em: <http://www.claaf.org/documents/portugues/02_Declaracao.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2007.

CORAZZA, G. Os dilemas da Supervisão Bancária In: _____. **Regulação Financeira e Bancária.** São Paulo: Atlas, 2005. cap.4, p.82-95.

CONVENÇÃO REGIONAL SOBRE OS IMPACTOS DE BASILÉIA II NA GESTÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, 2008. Grand Hyatt Hotel. **BIS II Convenção Impactos de Basileia II na região (Argentina, Brasil, Chile e México).** 2008.

CORNFORD, A. Basileia II: O novo Acordo de 2004. In: MENDONÇA, A.R.R ; ANDRADE, R. P. (orgs.) **Regulação bancária e dinâmica financeira: Evolução e perspectivas a partir dos Acordos de Basileia.** Ed. Unicamp, Campinas, 2006. p. 39-91.

DEOS, S.S. O Novo Acordo de Capitais da Basileia nos Estados Unidos. **Revista Economia Política Internacional: Análise Estratégica**, Editora Unicamp: nº. 6, jul./set., 2005.

DYMSKY, G. A eficiência social e a regulação bancária. In: _____. **Regulação Financeira e Bancária.** São Paulo: Atlas, 2005. cap.5, p.96-120.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNITED LTD, The (EIU). **Country Analysis Argentina 2006-2007.** Disponível em: <www.eiu.com>.

EICHENGREEN, Barry J., **Crises Financeiras: análise, prevenção e gestão.** Tradução de Helga Hoffmann, Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002).** São Paulo, Ed.34, 2º ed. 2005.

FREITAS, M.C.P. Racionalidade da Regulamentação e Supervisão Bancária: uma interpretação heterodoxa. In: _____. **Regulação Financeira e Bancária.** São Paulo: Atlas, 2005, p. 19-41.

FREITAS, M.C.P.; PRATES, D. M. Reestruturação do Sistema Financeiro Internacional e Países Periféricos. **Revista de Economia Política.** São Paulo: vol. 22, nº 2 (86), abr./jun. 2002.

FRONTANA, A. V. **O Capitalismo no fim do século XX: a Regulação da Moeda e das Finanças em um regime de acumulação sob Dominância Financeira**. 2000. 403 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FURTADO, F. *Integração financeira na América do Sul: mais do mesmo ou oportunidade histórica?* CCJE/UFRJ, **Revista de Economia Heterodoxa**, n.º 9 ano VII, 2008.

FUSARO, R; GIORGIO, L ; RIVAS, C El Camino de Basilea I a Basilea II: efectos en los sistemas financieros de América Latina y el Caribe In: _____. **Basilea II en América Latina**, Banco Interamericano de Desarrollo, 2007. cap. 2, p. 27-52.

GARCIA, V. S. Basilea II y las perspectivas para la gestión del riesgo en Brasil In: _____. **Basilea II en América Latina**, Banco Interamericano de Desarrollo, 2007. cap. 9, p. 187-208.

GONZÁLEZ, L.H.U El impacto del Nuevo Acuerdo de Basilea en el sector financiero de América Latina: la visión de la banca local (FELABAN) In: _____. **Basilea II en América Latina**, Banco Interamericano de Desarrollo, 2007. cap. 18, p. 159-188.

GUIMARÃES, S. P. (org.) **Argentina – Visões Brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

HELLER, C. **Bancarización en América Latina** In: XXI Congreso Latinoamericano de Comercio Exterior - CLACE, 2005, São Paulo. FELABAN, São Paulo, junho de 2005.

HERMANN, J. A experiência Argentina de liberalização financeira nos anos 1990: uma análise crítica. **Revista Economia Aplicada**, 2001.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC) **Global Trade Finance Program (GTFP)**. Disponível em: < <http://www.ifc.org/gtftp>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF) **Argentina: Informe Empírico sobre prácticas de transparência**, Washington D.C., 1999.

_____. **Note to the Executive Boards of the IMF and The World Bank on the Revised Basel Core Principles for Effective Banking Supervision**, prepared by staffs of the IMF and the World Bank and approved by Jaime Caruana and Michael Klein, Washington D.C., 2007.

_____. **Statement by the Honorable Miguel Gustavo Peirano Minister of Economy and Production of Argentina Speaking on behalf of the Southern Cone Countries of Latin America** International Monetary and Financial Committee Meeting, Washington DC, 2007.

_____. **Global Financial Stability Report**, Washington D.C., 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). **Tasa de desocupación.** Disponível em: http://www.indec.gov.ar/nuevaweb/cuadros/4/graf_evol_desocupysubocup.xls. Acesso em: 14 jul. 2008.

_____. **Sistema Financiero: Banca y Seguros.** Disponível em: <www.indec.gov.ar>. Acesso em: 29 oct. 2006 e 24 jun. 2008.

LIMA, G.T. **Evolução recente da regulação bancária no Brasil.** Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, Brasília, dez. 2003, 30p.

MAGNUS, G. Minsky Reloaded **UBS Newsletter of Banks and Financial Institutions**, Switzerland, 2008.

MATTOSO, J.; VASCONCELOS, M. Para que Banco Público? In: _____. **Regulação bancária e dinâmica financeira: Evolução e perspectivas a partir dos Acordos de Basiléia.** Ed. Unicamp, Campinas, 2006. p. 427-444.

MENDONÇA, A.R.R. **Os acordos da Basiléia: uma avaliação do novo formato da regulação bancária.** 2002. 172 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2002.

MENDONÇA, A.R.R ; ANDRADE, R. P. (orgs.) **Regulação bancária e dinâmica financeira: Evolução e perspectivas a partir dos Acordos de Basiléia.** Ed. Unicamp, Campinas, 2006, 503p.

MERCOSUL – **Sítio oficial do MERCOSUL.** Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>. Acesso em: 22. nov. 2008.

_____. **MERCOSUL/CMC/DEC N° 9/98 - Protocolo de montevidéu sobre o comércio de serviços do MERCOSUL – anexos com disposições específicas setoriais e listas de compromissos específicos iniciais.** Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>>. Acesso em: 12. mar.2007.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Quais são os objetivos e princípios do MERCOSUL.** Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/perguntas-mais-frequentes-sobre-integracao-regional-e-mercotel-1/sobre-integracao-regional-e-mercotel>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

_____. **Principais temas da agenda do MERCOSUL.** Disponível em: <<http://www.MERCOSUL.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-MERCOSUL>>. Acesso em: 23 ago. 2008 e 16. abr. 2009.

MINSKY, H. **Stabilizing an unstable Economy** Mc Graw Hill, 2008 (Publicado originalmente em 1986).

MOODY'S INVESTORS SERVICE, Financial Institutions, **Banking Statistics.** [S.I.] 28 abr. 2009.

PAILHÉ, C. A. **Implementacion de Basilea II – Argentina.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <aprobato@usp.br> em 26 jun. 2008.

_____. **Implementacion de Basilea II – Argentina.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <aprobato@usp.br> em 12 jun. 2009.

PEREIRA, J. M. Políticas Neoliberais, Desequilíbrio Macroeconômico e Governabilidade: os casos do Brasil e Argentina. **Revista Acadêmica de Economia**, Universidade de Brasília. Numero 23, abr. 2004, ISSN 1696-8352.

PORTILLA, A. Implementación de Basilea II en América Latina: perspectivas y desafíos de la banca internacional In: _____. **Basilea II en América Latina**, Banco Interamericano de Desarrollo, 2007. cap. 10, p. 209-236.

RATO, A.P De Basilea I a Basilea II In: _____. **Basilea II en América Latina**, Banco Interamericano de Desarrollo, 2007. cap. 1, p. 3-26.

REDRADO, M **The impact of global financial turbulence on financial markets in Latin America – the monetary policy response.** Santiago. 16 abr. 2008. BIS Review 39/2008. Disponível em < <http://www.bis.org/review/r080404d.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2008.

REUTERS Brasil **Standard & Poor's eleva rating do Brasil para “BBB-“, investment grade.** Disponível em: < <http://br.reuters.com>> . Acesso em: 30 abr. 2008.

SANTANA, C.H.V.; KASAHARA, Y. **Os limites da Integração Financeira e Políticas de Crédito na América do Sul: um novo modelo de desenvolvimento regional?** Observatório Político Sul-Americano, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, vol. 1, nº5, jul. 2006, ISSN 1809-7588.

SCHECHTMAN, R **Simulação dos Efeitos de Basiléia II (IRB) para Requerimento de Risco de Crédito, utilizando dados da Central de Risco Economia Bancária e Crédito.** Banco Central do Brasil, 2003.

SCOTT, Hal S., **Capital adequacy beyond Basel: banking, securities, and insurance**, Oxford University Press, 2005.

SOBREIRA, R. (org.) **Regulação Financeira e Bancária** São Paulo: Atlas, 2005. ISBN 85-224-3940-0.

STUDART R.; HERMANN, J. **Estrutura e Operação dos Sistemas Financeiros no Mercosul: Perspectivas a Partir das Reformas Institucionais dos Anos 1990**, Texto para Discussão nº 799, IPEA, Brasília, junho de 2001, 144p.

TEIXEIRA da Silva, F. C. **O CCR e a integração regional.** 2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1992&Itemid=397>. Acesso em: 18 dez. 2008.

TEMA del mes: Banco del Sur. Análisis Monetário y Cambiario, Banca Internacional, Equador: Multienlace, 2008.

WORLD BANK. World Economic Forum. **The Financial Development Report**, [New York], 2008.

_____. **World Development Indicators.** [New York], 2008.

WRAY, R. Basiléia II e a estabilidade financeira: uma abordagem minskyana: In: MENDONÇA, A.R.R ; ANDRADE, R. P. (orgs.) **Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectivas a partir dos Acordos de Basiléia.** Campinas: Ed. UNICAMP, 2006. p. 145-176.

WRAY, R; PAPADIMITRIOU, D. B Minsky's Stabilizing an unstable Economy: Two decades later In: Minky, H.P. **Stabilizing an unstable Economy** Mc Graw Hill, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Aspectos técnicos dos Pilares I, II e III

A estrutura do documento *Convergência Internacional de Mensuração de Capital e Padrões de Capital – Estrutura Revisada* (2006), divulgada pelo Comitê da Basileia sobre a Supervisão Bancária em Junho de 2004 está subdividida em três pilares, a saber:

<p>Pilar I</p> <p>Exigências Mínimas de Capital</p> <p>Abordagem de Mensuração</p> <ul style="list-style-type: none"> -Risco de Crédito - Risco de Mercado - Risco Operacional 	<p>Pilar II</p> <p>Processo de Supervisão</p> <p>Avaliação de como os bancos estão adequando suas necessidades de capital aos riscos incorridos.</p>	<p>Pilar III</p> <p>Disciplina de Mercado</p> <p>Divulgação de Informações relevantes ao mercado.</p>
--	---	--

Pilar I – Requerimento de Capital

Sob o Pilar I, são propostas diferentes abordagens para apuração da exigência de capital que são calculadas em função do tipo, complexidade, tamanho e capacitação técnica da instituição financeira. Com isso espera-se substituir um método único para todas as instituições financeiras por vários métodos, com a utilização de modelos internos de mensuração. A aplicação no Pilar I incentiva a utilização de técnicas mais avançadas de medição de riscos. Para medir o risco de crédito, a nova norma permite optar por dois métodos de cálculo: O método “padrão”, simplificado (ou *Standard*) e o método IRB (*Internal Ratings Based*) se forem utilizados modelos internos para a obtenção dos parâmetros de risco (probabilidade de inadimplência, da sigla PD (*probability of default*), perda devido a um inadimplemento, da sigla LGD (*loss given default*), exposição no

momento da inadimplência, da sigla EAD (*exposure at default*) e M – maturidade efetiva (*effective maturity*).

O risco de crédito prevê ainda cálculo para as estruturas de securitização.

O valor de capital dependerá da abordagem adotada pela instituição financeira.

O cálculo de exigências de capital mínimo considera o risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Quadro 15 sintetiza as abordagens utilizadas para os três parâmetros de risco indicando as alterações propostas com a publicação do novo acordo em 2004.

Grau de sofisticação ↓	Risco de Crédito	Risco de Mercado	Risco Operacional	Redução do capital requerido ↓
	Padrão	Padrão	Indicador Básico	
	Interno Básico	Modelos Internos	Padrão	
	Interno Avançado		Mensuração Avançada	
	Modificado	Mantido	Adicionado	

Quadro 15: Abordagem Pilar I – Exigência de Capital

Quanto mais direcionado ao cálculo de modelos avançados e mensuração interna, maior o grau de sofisticação bem como maior a redução de capital requerido.

Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento dos valores emprestados, seja do mutuário ou das contrapartes/coobrigados de contratos ou emissores de títulos. Alguns fatores estão ligados a perdas de risco de crédito

como risco de inadimplência (perda resultante da incapacidade de pagamento do mutuário); risco de concentração (perda resultante da não diversificação do crédito em determinada região, segmento, etc.) e risco soberano (perda resultante do descumprimento de obrigações dos mutuários em função de restrições impostas pelo país sede).

A gestão do risco de crédito nas instituições financeiras deve abranger desde a concessão até a liquidação dos contratos e caso não seja honrado, à recuperação do crédito concedido. As informações relativas aos mutuários e operações são insumos para os modelos de análise e concessão de crédito.

Por meio da gestão do risco de crédito, podem ser estipulados limites máximos de exposição ao risco.

Risco de Crédito - Abordagens de Mensuração

De acordo com o novo acordo de capitais da Basiléia, no que se refere à mensuração de risco de crédito, as abordagens são classificadas segundo dois critérios: padronizada e a baseada em classificações internas (IRB). Neste último a abordagem é dividida em IRB básico e IRB avançado.

Risco de Crédito – Abordagem Padronizada

A abordagem padronizada é uma revisão do método publicado no Acordo de 1988 que estabeleceu ponderações de risco aos ativos. De acordo com o novo acordo, os bancos poderão mensurar o risco de crédito com o suporte das análises feitas por instituições de

avaliação de crédito externas (*External Credit Assessment Institution* – ECAI) mais conhecida como agências de classificação de risco. Nesse sentido, foi feita revisão do tratamento das exposições a países (soberanas), empresas públicas, bancos de desenvolvimento multilateral, bancos e sociedades.³¹

Risco de Crédito – O Método com base em classificações internas – IRB

A abordagem IRB oferece tratamento conceitualmente similar ao método padronizado no tratamento das exposições dos bancos, porém com maior grau de sensibilidade aos riscos. Segundo o parágrafo 244 do novo acordo “para cada uma das classes de ativos cobertas pela estrutura IRB, há três elementos essenciais”: Componentes de Risco (*Risk Components*); Funções de ponderação de risco (*Risk-weight functions*) e Exigências Mínimas (*Minimum Requirements*).

Os componentes de risco são “estimativas de parâmetros de risco fornecidas pelos bancos, sendo algumas delas estimativas de supervisão”. Para os bancos os componentes de risco são: probabilidade de inadimplência (PD), perda devido a um inadimplemento, da sigla (LGD), exposição no momento da inadimplência (EAD) e maturidade efetiva (M). A ponderação de riscos é a conversão dos componentes do risco em fatores de ponderação para cálculo do ativo ponderado e as exigências mínimas são os padrões mínimos pelos quais as instituições financeiras devem atender certas exigências para estarem habilitadas a utilizar a abordagem IRB.

Nesta categoria, o Comitê de Basiléia disponibilizou dois métodos IRB, o avançado e o básico. No método básico os bancos calculam sua perda dada a inadimplência (PD) e utilizam as estimativas de supervisão para os outros componentes de risco. No método

³¹ Todo o escopo técnico de explicação consta no documento do Novo Acordo (parágrafos 50 a 210). O Banco Central do Brasil não utilizará *ratings* de classificação de risco de crédito divulgados pelas agências externas para fins de apuração do requerimento de capital.

avanzado os bancos fornecem através de estimativas próprias os parâmetros de PD, LGD, EAD, M e os instrumentos mitigadores do risco de crédito, tais como as garantias e os derivativos de crédito.

Sob a abordagem IRB, os bancos devem categorizar as exposições em várias classes de ativos (carteiras) com diferentes características de risco subjacentes. Após categorizar as classes de ativos (carteiras), os componentes de risco são estimados de forma individual e são dados de entrada para as funções de ponderação de risco. Neste sentido, há uma função de ponderação de risco para exposições corporativas e uma outra para exposições de varejo. Todas as categorizações são descritas a seguir: exposições corporativas, de soberania e bancária (envolve grandes empresas, países e bancos); exposições de varejo (operações contratadas com o segmento pessoa física); exposições de participação patrimonial (participações) e direitos creditórios comprados qualificados (recebíveis e empréstimos especializados) (BCBS, 2006, parágrafo 215).

No novo acordo estão previstas duas normas para abordagens IRB no tratamento das exposições corporativas, bancos e soberania, um método básico e outro avançado.

Na abordagem IRB para exposições do Varejo não há classificação entre o método básico ou avançado, apenas uma abordagem única em que as instituições financeiras utilizam estimativas internas para os componentes de risco: PD, LGD e EAD (BCBS, 2006, parágrafo 252).

Uma simulação para o cálculo da exigência de capital mínima para risco de crédito (K) na abordagem IRB indicaria cálculo conforme equação abaixo:

$$K = APR \cdot f(PD, LGD, M) \cdot EAD \cdot 8\%$$

K = Capital Requerido;

APR = Ativo Ponderado por Risco, isto é, o valor do ativo majorado em função do risco;

PD = probabilidade de inadimplência;

LGD = perda devido a um inadimplemento;

M = Maturidade

EAD = exposição no momento da inadimplência

As estimativas de EAD e LGD consideram tipo de produto e possíveis mitigadores de risco. O total calculado do capital requerido (K) não pode ser inferior a 8% dos ativos ponderados por risco (APR).

Risco de Crédito – Estrutura de Securitização

O escopo e definições de transações abrangidos na estrutura de securitização estão definidos a partir do parágrafo 538 (BCBS, 2006, parágrafo 538, p. 134), que ressalta:

Banks must apply the securitisation framework for determining regulatory capital requirements on exposures arising from traditional and synthetic securitisations or similar structures that contain features common to both. Since securitisations may be structured in many different ways, the capital treatment of a securitisation exposure must be determined on the basis of its economic substance rather than its legal form. Similarly, supervisors will look to the economic substance of a transaction to determine whether it should be subject to the securitisation framework for purposes of determining regulatory capital. Banks are encouraged to consult with their national supervisors when there is uncertainty about whether a given transaction should be considered a securitisation. For example, transactions involving cash flows from real estate (e.g. rents) may be considered specialised lending exposures, if warranted.

As securitizações podem ser estruturadas de muitas formas diferentes, sendo que o novo acordo sugere a leitura de 105 parágrafos para definir as exigências de capitais regulamentares nas exposições decorrentes dessas estruturas.³²

³² Para maiores detalhes ver parágrafos 538 a 643.

Risco de Mercado

O Risco de mercado no novo acordo não foi alterado. Prevalece o disposto na Emenda feita ao Acordo de 1988 e divulgada em 1996.

Risco de mercado pode ser definido como o risco resultante de perdas por oscilações em variáveis econômicas e financeiras, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e *commodities*.

O Pilar I não incorpora novidades em relação à modificação de Basileia I em 1996, mantendo-se, portanto a utilização do método “padrão” simplificado (ou *Standard*) e a utilização de modelos internos baseados no cálculo do Valor em risco (VAR) sujeito à aprovação do supervisor.

No que se refere à abordagem de Modelos Internos, de maneira sintética, deverão ser observados os seguintes aspectos quantitativos:

- a) Metodologia de Cálculo baseada no padrão *Value-at-Risk*;
- b) Nível de Confiança de 99%;
- c) Horizonte Temporal de 10 dias;
- d) Série Histórica não inferior a 1 ano;
- e) Modelo de VaR não especificado;
- f) São admitidas correlações.

Capital: valor máximo entre o VaR do dia anterior e a média das últimas 60 observações do VaR multiplicado por fator entre 3 (mínimo) e 4 (máximo), de acordo com a aderência do modelo de VaR.

Para utilização de modelos internos, além dos aspectos quantitativos, devem ser observados os seguintes aspectos qualitativos/metodológicos:

- a) Segregação entre gestão de riscos e áreas negociais;
- b) Reporte direto à Alta Administração;
- c) *Backtesting*;
- d) Alta Administração envolvida na gestão de riscos;
- e) Modelo de mensuração de riscos integrado ao dia-a-dia da gestão;
- f) Limites de exposição e análise do desempenho ajustada a riscos;
- g) Rigorosos testes de *estresse*;
- h) Políticas e procedimentos documentados;
- i) Auditoria independente dos sistemas de gerenciamento de risco e das áreas de negócios.

Risco Operacional

Risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes de falhas ou ações inadequadas de pessoas, falhas ou inadequação de sistemas e processos internos ou de eventos externos. Esta definição inclui as perdas decorrentes de ações judiciais relacionadas entre outros, a exposição a multas, penalidades, etc. e exclui risco estratégico ou de reputação. Esta definição evidencia as causas de um evento de risco operacional, também categorizadas como fatores de risco. Neste sentido, os fatores de risco Pessoas, Processos, Sistemas e Eventos Externos, os quais são desdobrados em subfatores, constituem a base para identificação do risco operacional a que as instituições estão expostas.

Dada a complexidade de eventos que geram risco operacional e a heterogeneidade de suas causas, o novo acordo propõe três métodos para mensurar encargos de capital de risco operacional: o Método do Indicador Básico, o Método Padronizado e os Métodos de Mensuração Avançada (*Advanced Measurement Approaches* - AMA).

Risco Operacional - Método do Indicador Básico

Os bancos que utilizarem este método deverão manter um capital para risco operacional igual a um percentual fixo (alfa) de 15% aplicado sobre a média dos resultados brutos dos últimos três anos.

Conforme parágrafo 649 do novo acordo o encargo de capital pode ser expresso matematicamente através da seguinte equação:

$$KBIA = [\Sigma(GI1 \dots n \times \alpha)]/n$$

Em que:

KBIA = o encargo de capital de acordo com o Método de Indicador Básico.

GI = receita bruta anual, quando positiva, durante os três anos anteriores.

n = número dos três anos anteriores pelo qual a receita bruta for positiva.

α = 15%, que é estabelecido pelo Comitê, em relação ao nível de todo o setor do capital exigido para o nível de todo o setor do indicador.

Risco Operacional - Método Padronizado

É semelhante à abordagem do indicador básico quanto à utilização do resultado bruto. Porém, define parâmetros beta (β), de 12 a 18%, para o cálculo do requerimento de capital a ser aplicado em oito linhas de negócios descritas no Quadro 16 ³³.

³³ As linhas de negócios estão definidas no ANEXO 6 do Novo Acordo. Conforme Comunicado BACEN nº. 12.746 de 09 de dezembro de 2004, esta abordagem não será adotada no Brasil.

Matematicamente, de acordo com o parágrafo 654 do novo acordo temos que:

$$KTSA = \{\beta \text{ anos } 1-3 \max[\Sigma(GI1-8 \times \beta 1-8), 0]\}/3$$

Em que:

KTSA = o encargo de capital do Método Padronizado.

GI1-8 = a receita bruta anual de um determinado ano, conforme definido acima no Método de Indicador Básico, para cada uma das oito linhas de negócios.

$\beta 1-8$ = uma porcentagem fixa, estabelecida pelo Comitê, em relação ao nível de capital exigido para o nível da receita bruta para cada uma das oito linhas de negócios. Os valores dos betas estão detalhados abaixo.

Linhas de Negócios	Fator Beta
Financiamento para pessoa jurídica ($\beta 1$)	18%
Negociação e vendas ($\beta 2$)	18%
Banco de Varejo ($\beta 3$)	12%
Banco Comercial ($\beta 4$)	15%
Pagamento e liquidação ($\beta 5$)	18%
Serviços de agência ($\beta 6$)	15%
Administração de ativos ($\beta 7$)	12%
Corretagem no varejo ($\beta 8$)	12%

Quadro 16- Abordagem Pilar I – Cálculo de Requerimento de Capital para Risco Operacional – Método Padronizado.
Fonte: BCBS, 2006.

Risco Operacional - Método Padronizado Alternativo (*Alternative Standardised Approach -ASA*)

Conforme parágrafo 652 do novo acordo, a autoridade de supervisão pode permitir que um banco use o Método Padronizado Alternativo (ASA), desde que ele seja capaz de convencer sua autoridade de supervisão de que esse método alternativo forneça uma base aprimorada evitando, por exemplo, a dupla contabilidade de riscos.

A abordagem padronizada alternativa é similar à padronizada, exceto para as linhas de negócios Banco Comercial e Banco de Varejo, dado que a utilização do resultado bruto em linhas de negócios sensíveis às taxas de juros pode distorcer resultados em ambientes de

instabilidade de taxas, onde *spreads* são consideravelmente elevados. Por este motivo, para estas duas linhas de negócios a exigência de capital equivale à média dos últimos três anos do volume de empréstimos e adiantamentos multiplicada por fator “m” igual 0,035 e pelo β definido na abordagem padronizada. Para as demais linhas de negócios são utilizados os mesmos critérios da abordagem padronizada.

O encargo de capital do risco operacional do ASA para Banco de Varejo e Banco Comercial pode ser expresso como:

$$KRB = \beta RB \times m \times LARB$$

Em que:

KRB é o encargo de capital da linha de negócios de Banco de Varejo.

βRB é o beta da linha de negócios de Banco de Varejo.

LARB é a média total dos adiantamentos e empréstimos de varejo em aberto (sem risco ponderado e bruto de provisões) dos três anos anteriores.

m é 0,035.

Risco Operacional - Método de Mensuração Avançada – AMA

A exigência de capital é baseada nos sistemas de mensuração de risco desenvolvidos internamente, para os quais os bancos terão que atender a critérios de habilitação quantitativos e qualitativos que assegurem a integridade do modelo de mensuração utilizado. O uso da AMA está sujeito à aprovação do supervisor. A partir de uma base de dados de eventos de perdas operacionais aplica-se uma ferramenta de cálculo estatístico, com a qual se apura o VaR (Valor em Risco) operacional, com percentil, segundo Basiléia II, de 99,9% (parágrafo 667) .

Pilar II – Processo de Revisão de Supervisão

O processo de supervisão estabelece normas para o gerenciamento de risco e trata dos princípios essenciais de revisão de supervisão.

O Segundo Pilar concentra esforços no sentido de que os bancos tenham volume de capital adequado para suportar todos os riscos envolvidos nos negócios. De acordo com o parágrafo 723 “o capital não deve ser considerado como um substituto para tratar fundamentalmente de processos inadequados de controle ou administração de riscos”. Poderão ser utilizados outros meios para tratar da gestão dos riscos, tais como aplicação de limites de exposição internos, fortalecimento do nível de provisões e reservas e o aprimoramento dos controles internos de maneira geral.

O Comitê estabeleceu quatro princípios (parágrafo 725) essenciais de revisão de supervisão que evidenciam a necessidade dos bancos avaliarem a adequação de capital em relação aos riscos assumidos e dos supervisores revisarem suas estratégias e tomarem atitudes pertinentes em face dessas avaliações. São elencados abaixo os quatro princípios.

Princípio 1: Os bancos devem ter um processo para avaliar sua adequação de capital global em relação ao seu perfil de risco e uma estratégia para manter seus níveis de capital.

Princípio 2: As autoridades de supervisão devem revisar e avaliar as estratégias e avaliações de adequação de capital interno do banco, bem como sua habilidade de monitorar e garantir sua conformidade com os índices de capital regulamentar. As autoridades de supervisão devem tomar medidas adequadas de supervisão, se elas não estiverem satisfeitas com o resultado desse processo.

Princípio 3: As autoridades de supervisão devem esperar que os bancos operem acima dos índices de capital regulamentar mínimo e devem ter a habilidade de exigir que os bancos mantenham o capital acima do mínimo.

Princípio 4: As autoridades de supervisão devem buscar intervir em um estágio inicial para impedir que o capital fique num patamar abaixo dos níveis mínimos exigidos para dar suporte às características de risco de um banco em particular e devem exigir uma medida corretiva rápida, se o capital não for mantido ou restaurado.

A Alta Administração é responsável pela estratégia de exposição aos riscos e pelos níveis de capital compatíveis. As principais características da existência de um processo rigoroso de avaliação da adequação de capital deverão envolver: supervisão da Alta Administração e do Conselho; Avaliação sólida das necessidades de capital para suportar os riscos de negócios; Avaliação abrangente dos riscos; Monitoramento e emissão de relatórios; e Revisão dos controles internos (Parágrafo 727).

O Pilar II trata de riscos que não são abordados no Pilar I, como exemplo, risco de concentração de crédito, risco de taxa de juros no registro bancário, risco estratégico e comercial (Parágrafo 724). Risco de Liquidez (especialmente em uma crise). Segundo Parágrafo 741 “Cada banco deve ter sistemas adequados para mensurar, monitorar e controlar o risco de liquidez”. Conforme Parágrafo 742 apesar do Comitê reconhecer que outros riscos, como de reputação e riscos estratégicos, não podem ser facilmente mensurados, ele esperada que o setor desenvolva técnicas adicionais para administrar os aspectos relacionados com estes riscos.

Também são citados riscos residuais, quando há utilização falha dos instrumentos de diminuição de risco de crédito como exemplo na análise de garantias de contraparte com hipoteca, for realizada uma ineficiente exame da documentação apresentada (Parágrafo 767).

O Processo de Supervisão Bancária do novo acordo tem como premissa encorajar os bancos a desenvolver e melhor aplicar técnicas de gestão de riscos. Para isso os bancos devem ter processos para medir adequação de capital em relação ao seu perfil de risco e ter estratégias para manter níveis de capital (Parágrafos 726-745, sobre Princípios Chaves de Supervisão Bancária).

Desta forma, o Pilar II pretende incrementar a capacidade de auto-avaliação dos níveis de capital por parte das instituições. Neste sentido a adequação do capital requer que as instituições possuam um processo interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Internal Capital Adequacy Assessment Process* – ICAAP). Trata-se de um modelo de capital econômico que integre totalidade de seus riscos.

O ICAAP é responsabilidade da instituição financeira e sua sofisticação deve ser proporcional à natureza, complexidade e relevância sistêmica da instituição. A responsabilidade da autoridade regulatória é revisar e avaliar o ICAAP.

O BACEN disponibiliza em seu sítio um manual com as perguntas mais frequentes sobre Basiléia II. Sobre o ICAAP, o BACEN (2008, p. 32³⁴) observa que:

O ICAAP já está sendo implementado em vários países, na busca de alinhamento aos preceitos divulgados no Pilar II de Basiléia II, que também é um tema objeto de consideração na implementação de Basiléia II no Brasil. O ICAAP evidencia a estrutura de governança corporativa, de gestão, de controles internos e de cálculo de capital interno da instituição financeira. Portanto, ele passa a se constituir em relevante fonte de diretriz para o planejamento e execução de atividades de gestão e controle interno, certamente com proveito para a auditoria interna.

Pilar III – Disciplina de Mercado

O Terceiro Pilar introduz as exigências de divulgação para os bancos que aderirem a estrutura revisada e que permitirá aos participantes do mercado avaliarem as informações essenciais contidas na estrutura, na mensuração do capital, nas exposições a risco, nos processos de gestão de riscos e ainda na adequação de capital da instituição.

A finalidade do Terceiro Pilar é o de complementar os requerimentos mínimos de capital (Pilar I) e o processo de revisão da supervisão (Pilar II). De modo geral, com o

³⁴ Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/nor/basileia/PREperguntaserespostas.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2008.

desenvolvimento de regras que estimulem e requeiram maior abertura de informações quanto ao perfil de riscos e o nível de capitalização dos bancos, os agentes participantes do mercado são estimulados a exercer a disciplina deste mercado.

As exigências de divulgação do Terceiro Pilar são classificadas em 1) informações de nível geral para todos os bancos e 2) informações específicas de acordo com as abordagens de mensuração do Pilar I. Os bancos devem ter política formal de divulgação aprovada pelo Conselho de Administração, descrevendo o método utilizado pelo banco para determinar quais divulgações serão feitas e os controles internos sobre esse processo de divulgação. Serão exigidas informações qualitativas e quantitativas. Está prevista, também, a existência de processo específico para avaliar a adequação das divulgações, incluindo a validação e a frequência delas. São exemplos a divulgação de informações qualitativas da estrutura dos sistemas de classificações internas e do processo para administrar e reconhecer a mitigação de risco de crédito.

O novo acordo prevê que os supervisores possuam um grande número de instrumentos para verificar e aplicar as exigências. Eles variam de acordo com o país e são desde a persuasão, através do diálogo com a Administração do banco até as multas financeiras de acordo com a deficiência de divulgação apresentada. Neste sentido, ressalta-se a importância dos reguladores no sentido de acessar e avaliar as posturas dos bancos diante de suas exposições ao risco. É enfatizado muito mais o caráter de supervisão em detrimento do caráter de regulamentação da autoridade. Estimulando a divulgação de informações, o novo acordo procura potencializar o poder de avaliação e atuação dos participantes do mercado.

Como mencionado na Introdução, o Comitê da Basileia não possui característica de Autoridade Supervisora Supranacional. Na introdução do documento *Convergência Internacional de Mensuração de Capital e Padrões de Capital: Estrutura Revisada* (BCBS, 2006, p.1) consta:

This document is being circulated to supervisory authorities worldwide with a view to encouraging them to consider adopting this revised Framework at such time as they believe is consistent with their broader supervisory priorities. While the revised Framework has been designed to provide options for banks and banking systems worldwide, the Committee acknowledges that moving toward its adoption in the near future may not be a first priority for all non-G10 supervisory authorities in terms of what is needed to strengthen their supervision. Where this is the case, each national supervisor should consider carefully the benefits of the revised Framework in the context of its domestic banking system when developing a timetable and approach to implementation.

O Pilar III está encarregado de melhorar a transparência de informações perante terceiros. Este aumento de transparência pode permitir às instituições avaliar as boas práticas desenvolvidas na estrutura da gestão integral do risco e potencializar a estabilidade de sua relação com o mercado, este último entendido como investidores, acionistas, consumidores bancários e supervisor.

APÊNDICE B - Propostas de Audiências Públicas

A Resolução 3.380, de 29 de junho de 2006, dispunha a respeito da estrutura de gerenciamento do risco operacional em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Em virtude da amplitude da norma proposta e dos possíveis reflexos no SFN, o BACEN, em 15 de março de 2006, colocou à disposição do público uma minuta de resolução dispondo sobre o assunto, pelo prazo de 20 dias (Audiência Pública 22). No processo de audiência foram recebidas diversas sugestões de alteração oriundas da sociedade, como por exemplo, de associações de classe, de instituições financeiras, de empresas de auditoria, de consultoria e segurança da informação e de pessoas físicas, que contribuíram para discussão sobre o tema.

A Audiência Pública 25 apresentou minuta de resolução que dispunha sobre o Patrimônio de Referência (PR) das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e minuta de circular dispondo sobre os procedimentos a serem adotados na solicitação para que instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada, ações preferenciais resgatáveis e ações preferenciais com cláusula de cumulatividade de dividendos integrem o nível II do PR, e demais autorizações contidas na minuta de resolução. A audiência 25 foi iniciada em 22/05/2006 e terminou em 21/07/2006.

Além disso, a Audiência Pública 26 apresentou minuta de resolução que dispunha sobre limite para o total de exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial e a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), bem como minutas de circulares estabelecendo os procedimentos para o cálculo das parcelas do PRE referentes: às exposições ponderadas por fator de risco; ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial; às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real; às exposições sujeitas à variação

da taxa do cupom do dólar dos Estados Unidos e daquelas operações com títulos denominados em dólares dos Estados Unidos emitidos pelo Tesouro Nacional ou por instituições brasileiras; às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*) e ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações. A audiência 26 foi iniciada em 22/05/2006 com término previsto para 21/07/2006.

O Edital de Audiência Pública nº. 30 de 19/09/2008 publicou minuta de resolução a ser submetida ao Conselho Monetário Nacional sobre a implementação de gerenciamento do risco de crédito por parte das Instituições financeiras.

APÊNDICE C – Principais Circulares divulgadas pelo BACEN sobre Basiléia II

CIRCULAR 3.360 - Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições ponderadas por fator de risco (PEPR), de que trata a Resolução nº. 3.490, de 2007.

CIRCULAR 3.361 - Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real (PJUR), de que trata a Resolução nº. 3.490, de 2007.

CIRCULAR 3.362 - Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (PJUR), de que trata a Resolução nº. 3.490, de 2007.

CIRCULAR 3.363 - Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços (PJUR), de que trata a Resolução nº. 3.490, de 2007.

CIRCULAR 3.364 - Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxa de juros (PJUR), de que trata a Resolução nº. 3.490, de 2007.

CIRCULAR 3.365 - Dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação

CIRCULAR 3.366 - Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco das exposições sujeitas à variação do preço de ações (PACS), de que trata a Resolução nº. 3.490, de 2007

CIRCULAR 3.367 - Consolida os procedimentos para o cálculo e a elaboração das informações relativas ao acompanhamento e ao controle da exposição em ouro, em moedas estrangeiras e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial, em bases consolidadas

CIRCULAR 3.368 - Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (*commodities*) (PCOM), de que trata a Resolução nº. 3.490, de 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Comunicado 12.746 do Banco Central do Brasil

Comunica os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital - Basiléia II.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 08 de dezembro de 2004, tendo em conta as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia (Comitê) contidas no documento "Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: Uma Estrutura Revisada" (Basiléia II), que trata do estabelecimento de critérios mais adequados ao nível de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras para fins de requerimento de capital regulamentar, e objetivando observar tais diretrizes, adaptadas às condições, peculiaridades e estágio de desenvolvimento do mercado brasileiro, decidiu adotar os seguintes procedimentos para a implementação de Basiléia II, ressaltando que as recomendações contidas no Pilar 2 (Processos de Supervisão) e no Pilar 3 (Transparência e Disciplina de Mercado) serão aplicadas a todas as instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

2. Quanto às diretrizes para requerimento de capital para fazer face ao risco de crédito, estabelecidas no Pilar 1 de Basiléia II:

I - o Banco Central do Brasil não utilizará ratings divulgados pelas agências externas de classificação de risco de crédito para fins de apuração do requerimento de capital;

II - deverá ser aplicada à maioria das instituições financeiras a abordagem padrão simplificada, que consiste em um aprimoramento da abordagem atual mediante a incorporação de elementos que, a exemplo dos instrumentos específicos para mitigação de risco de crédito, possibilitem uma melhor adequação do requerimento de capital às características das exposições, considerando as demandas do Banco Central do Brasil relativamente à suas atribuições de órgão supervisor e a melhor alocação de recursos pelas instituições financeiras menores, com a conseqüente revisão dos fatores de ponderação de risco de crédito determinados pela tabela anexa à Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994;

III - às instituições de maior porte, com atuação internacional e participação significativa no SFN, será facultada a utilização de abordagem avançada, com base em sistema interno de classificação de risco, após período de transição, a ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil, em que deverá ser adotada a abordagem padrão simplificada e, posteriormente, a abordagem fundamental (ou básica) de classificação interna de riscos

3. Relativamente à nova parcela de requerimento de capital para cobrir riscos operacionais, prevista igualmente no Pilar 1, estão em andamento estudos e testes que auxiliarão o Banco Central do Brasil a identificar a melhor forma de aplicação e a metodologia mais adequada ao SFN, sendo que a expectativa é de que as instituições elegíveis à utilização da abordagem avançada, com base em sistema interno de classificação de risco de crédito, se tornem elegíveis à utilização de abordagens avançadas de mensuração do risco operacional.

4. Em complementação, para a total aplicação das recomendações contidas na Emenda ao Acordo de Basiléia de 1988, publicada em 1996, que não foi alterada por Basiléia II, os requerimentos de capital para risco de mercado serão expandidos para incluir as exposições ainda não contempladas e permitida a utilização de modelos internos para as instituições que cumprirem os critérios de elegibilidade a serem divulgados.

5. As regras e critérios referentes à implementação de Basiléia II serão os mesmos para instituições de capital nacional ou estrangeiro. Nesse sentido, os requisitos e exigências para validação de sistemas internos de classificação de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, serão os mesmos para todas as instituições que operem no Brasil.

6. Assim, o Banco Central do Brasil deverá proceder a implementação da nova estrutura de acordo com o seguinte planejamento, ressaltando que, apesar de as ações aqui descritas voltarem-se primordialmente ao Pilar 1, a cada uma corresponderão ações equivalentes no âmbito do Pilar 2 (Processos de Supervisão) e Pilar 3 (Transparência e Disciplina de Mercado):

I - até o final de 2005: revisão dos requerimentos de capital para risco de crédito para adoção da abordagem simplificada e introdução de parcelas de requerimento de capital para

risco de mercado ainda não contempladas pela regulamentação, bem como o desenvolvimento de estudos de impacto junto ao mercado para as abordagens mais simples previstas em Basiléia II para risco operacional;

II - até o final de 2007: estabelecimento dos critérios de elegibilidade para adoção de modelos internos para risco de mercado e planejamento de validação desses modelos, estabelecimento dos critérios de elegibilidade para a implementação da abordagem baseada em classificações internas para risco de crédito e estabelecimento de parcela de requerimento de capital para risco operacional (abordagem do indicador básico ou abordagem padronizada alternativa);

III - 2008-2009: validação de modelos internos para risco de mercado, estabelecimento de cronograma de validação da abordagem baseada em classificações internas para risco de crédito (fundamental ou básica), início do processo de validação dos sistemas de classificação interna para risco de crédito e divulgação dos critérios para reconhecimento de modelos internos para risco operacional;

IV - 2009-2010: validação dos sistemas de classificação interna pela abordagem avançada para risco de crédito e estabelecimento de cronograma de validação para abordagem avançada de risco operacional;

V - 2010-2011: validação de metodologias internas de apuração de requerimento de capital para risco operacional.

Brasília, 09 de dezembro de 2004.

Sérgio Darcy da Silva Alves
Diretor

Paulo Sérgio Cavalheiro
Diretor

ANEXO B - Comunicado 16.137 do Banco Central do Brasil

Comunica os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital – Basiléia II.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, tendo em conta as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia contidas no documento "Convergência internacional de Mensuração e Padrões de Capital: Uma Estrutura Revisada" (Basiléia II), que trata do estabelecimento de critérios mais adequados ao nível de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras para fins de requerimento de capital regulamentar, e objetivando observar tais recomendações, adaptadas às condições, às peculiaridades e ao estágio de desenvolvimento do mercado brasileiro, divulgou o Comunicado nº. 12.746, de 9 de dezembro de 2004, contendo as diretrizes e cronograma para a implementação de Basiléia II.

2. Como resultado das audiências públicas realizadas durante esse período e dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições financeiras no sentido de implantação de sistemas e controles, e em consequência do disposto na Resolução nº. 3.490, de 29 de agosto de 2007, o Banco Central do Brasil decidiu ajustar o cronograma divulgado pelo Comunicado nº. 12.746, de 2004, salientando que permanecem válidas as diretrizes para implementação de Basiléia II dispostas no referido comunicado.

3. Assim, o Banco Central do Brasil deverá proceder às fases seguintes da implementação da nova estrutura de acordo com o seguinte planejamento, ressaltando que, apesar de as ações aqui descritas voltarem-se primordialmente ao Pilar 1, a cada uma corresponderão ações equivalentes no âmbito do Pilar 2 (Processos de Supervisão) e Pilar 3 (Transparência e Disciplina de Mercado):

I - até o final de 2007: estabelecimento de parcela de requerimento de capital para risco operacional;

II - até o final de 2008: estabelecimento dos critérios de elegibilidade para adoção de modelos internos para apuração do requerimento de capital para risco de mercado; divulgação do processo de solicitação de autorização para uso de modelos internos para apuração do requerimento de capital para risco de mercado; implementação de

estrutura para gerenciamento do risco de crédito; e divulgação dos pontos-chave necessários para formatação de base de dados para sistemas internos para apuração de requerimento de capital para risco de crédito;

III - até o final de 2009: início do processo de autorização para uso de modelos internos para apuração do requerimento de capital para risco de mercado; estabelecimento dos critérios de elegibilidade para a implementação da abordagem baseada em classificações internas para apuração de requerimento de capital para risco de crédito; divulgação do processo de solicitação de autorização para uso da abordagem baseada em classificações internas para apuração de requerimento de capital para risco de crédito; e divulgação dos pontos-chave para modelos internos de apuração de requerimento de capital para risco operacional;

IV - até o final de 2010: início do processo de autorização para uso da abordagem básica baseada em classificações internas para apuração de requerimento de capital para risco de crédito;

V - até o final de 2011: início do processo de autorização para uso da abordagem avançada baseada em classificações internas para apuração de requerimento de capital para risco de crédito; estabelecimento dos critérios de elegibilidade para adoção de modelos internos de apuração de requerimento de capital para risco operacional; e divulgação do processo de solicitação de autorização para uso de modelos internos de apuração de requerimento de capital para risco operacional;

VI - até o final de 2012: início do processo de autorização para uso de modelos internos de apuração de requerimento de capital para risco operacional.

Brasília, 27 de setembro de 2007.

Alexandre Antonio Tombini
Diretor

Paulo Sérgio Cavalheiro
Diretor

ANEXO C - Hoja de ruta para la implementación de Basilea II - Banco Central de la República Argentina

En junio de 2004 el Comité de Supervisión Bancaria de Basilea publicó el documento “Convergência internacional de medidas y normas de capital. Marco revisado” (“Basilea II” o “Nuevo Marco”), el que establece nuevos criterios para la determinación del capital regulatorio de las entidades financieras.

A diferencia de su antecesor -el Acuerdo de Basilea de 1988- el Nuevo Marco tiene una visión integral del tratamiento de los riesgos asumidos por las entidades, al mismo tiempo que brinda mayor flexibilidad que el Acuerdo de 1988 al ofrecer una gama de enfoques (en lugar de una única alternativa) para la medición del capital regulatorio. Basilea II está estructurado en tres “pilares”, el primero referido a los requisitos mínimos de capital; el segundo respecto del proceso de revisión del supervisor y el tercero, sobre disciplina de mercado.

Respecto de los requisitos mínimos de capital correspondientes al Pilar I, el Banco Central de la República Argentina (BCRA) ha resuelto la adopción del Enfoque Estandarizado Simplificado para riesgo crediticio, cuya implementación efectiva regirá a partir de enero del año 2010, y dado el enfoque determinado, no implicará mayores modificaciones ni variaciones en el cálculo ni en la exigencia global de capital para las entidades financieras. En lo que hace a la exigencia de capital por riesgo operacional, el BCRA considera conveniente seguir analizando entre las alternativas disponibles para su medición en orden a identificar la que mejor se aplica al sistema financiero local, no obstante lo cual propiciará la adopción de buenas prácticas en materia de administración de este riesgo. Adicionalmente, el BCRA mantendrá el esquema de cómputo de la exigencia de capital por riesgo de mercado, el que se encuentra en línea con las disposiciones dadas por el Comité de Basilea en el año 1996 y respecto del cual Basilea II no introdujo modificaciones, así como también la exigencia de capital por riesgo de tasa de interés, la que es incorporada por Basilea II dentro de los riesgos a ser cuantificados en el Pilar II.

También se prevé la adopción de las medidas necesarias para la plena implementación de los Pilares II y III del Nuevo Marco, con anterioridad a la plena vigencia de los requisitos de capital contenidos en el Pilar I, tal como lo establecen las buenas prácticas sugeridas por el Comité de Basilea para una sana implementación del Nuevo Marco. El proceso de adopción de Basilea II se prevé que se realice de manera gradual hasta su implementación completa a partir del año 2010. El esquema a continuación contiene los lineamientos generales de los pasos a realizar en pos de la adopción del Nuevo Marco de Capitales. El BCRA irá dando a conocer cronogramas con las tareas específicas a desarrollar, a medida que se avance en el proceso de implementación.

Diciembre 2006

El BCRA da a conocer la hoja de ruta de implementación de Basilea II.

2007

- Organización por parte del BCRA de una reunión conjunta de Supervisores, según lo establecido en las

guías y prácticas emitidas por el Comité de Basilea, a fin de exponer y discutir con los Supervisores que cuenten con entidades en común, los aspectos relevantes y pasos siguientes del proceso de implementación en Argentina.

- Organización en sede del BCRA de reuniones bilaterales con supervisores y entidades internacionalmente activas que operan en el mercado local.

- Fase de diseminación y divulgación de mejores prácticas frente al manejo de riesgos.
- Organización de un Seminario específico: El papel de Los Bancos y sus Directorios frente a la implementación de Basilea II
- Fase 1 de revisión de la regulación prudencial y de los procesos de supervisión en función de las buenas prácticas de administración de riesgos contenidas en los “Principios Básicos para una Supervisión Bancaria Efectiva” así como en las mejores prácticas emitidas por el Comité de Basilea.
- Relevamiento de las necesidades de diseminación de información asociadas al Pilar 3.
- Determinación de las “áreas de discreción nacional” que serán aplicadas por el BCRA para el cómputo del capital regulatorio.
- Relevamiento en el sistema financiero sobre garantías y colaterales: documentación, asignación, valuación y proceso legal de ejecución.
- Titulización: revisión de la normativa de valuación, capitales y provisiones para aplicar el Nuevo Marco a las exposiciones originadas en esas operaciones.

2008

- Reuniones con los representantes de las asociaciones de entidades financieras a efectos del seguimiento del plan de convergencia a Basilea II.
- Fase 2 de revisión de la regulación prudencial y de los procesos de supervisión en función de las buenas prácticas de administración de riesgos contenidas en los “Principios Básicos para una Supervisión Bancaria Efectiva” así como en otras guías de mejores prácticas emitidas por el Comité de Basilea.
- Determinación del tratamiento de los riesgos a ser incluidos en el Pilar II.
- Publicación de guías y mejores prácticas referentes a los principios generales establecidos en los Pilares II y III.
- Adecuación de las normas sobre garantías según las técnicas de mitigación del riesgo de crédito a efectos de compatibilizarlas con las consideraciones del Enfoque Estandarizado Simplificado.

2009

- Reuniones con los representantes de las asociaciones de entidades financieras a efectos del seguimiento del plan de convergencia a Basilea II.
- Fase 3 de revisión de la regulación prudencial y de los procesos de supervisión en función de las buenas prácticas de administración de riesgos contenidas en los “Principios Básicos para una Supervisión Bancaria Efectiva” así como en otras guías de mejores prácticas emitidas por el Comité de Basilea.
- Cómputo paralelo del requisito de capital por riesgo de crédito aplicando los ponderadores de riesgo contenidos en la regulación vigente del BCRA y los que regirán luego de la adopción del Enfoque Estandarizado Simplificado.
- Implementación efectiva de los principios contenidos en el Pilar II y de los requerimientos de capital para atender los riesgos contenidos en este Pilar.
- Implementación efectiva de los requerimientos de información contenidos en el Pilar III.

2010

- Implementación efectiva del Enfoque Estandarizado Simplificado para la medición del capital por riesgo de crédito a partir del mes de enero.

ANEXO D – Decisão MERCOSUL/CMC n.º10/93**ADOÇÃO DE NORMAS DA BASILÉIA**

TENDO EM VISTA: O Artigo 10 do Tratado de Assunção, a Decisão n.º. 4/91 do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções 51/93 e 77/93 do GMC, a Recomendação n.º. 6 do Subgrupo de Trabalho n.º. 4, "Políticas Fiscal e Monetária relacionadas com o Comércio".

CONSIDERANDO:

Que a fim de harmonizar as normas legais e regulamentares relativas aos sistemas financeiros dos Estados Partes do Tratado de Assunção, estima-se conveniente a adoção dos requerimentos de capital e patrimônio mínimos estabelecidos pelo Comitê da Basiléia.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art.1 - Os Estados Partes adotam para seus sistemas financeiros os princípios e normas básicos estabelecidas pelo Comitê de Basiléia de Regulações Bancárias e Práticas de Supervisão, para a fixação dos níveis mínimos de capital com base nos ativos de risco.

V CMC, Colônia, 17/I/94.

ANEXO E – Resolução MERCOSUL/GMC n.º 51/93**PROJETO DE DECISÃO (Nº 10/93)**

TENDO EM VISTA: O Artigo 13 do Tratado de Assunção, o Artigo 10 da Decisão Nº 4/91 do Conselho do Mercado Comum, a Recomendação Nº 6 do Subgrupo de Trabalho Nº 4, "Políticas Fiscal e Monetária relacionadas com o Comércio".

CONSIDERANDO

Que dentro das medidas a serem adotadas para a harmonização das normas legais e regulamentares relativas aos sistemas financeiros dos países membros do Tratado de Assunção, estima-se conveniente a adoção dos requerimentos de capital e patrimônio mínimos estabelecidos pelo Comitê da Basileia.

O GRUPO MERCADO COMUM RESOLVE:

Art. 1 - Apresentar ao Conselho do Mercado Comum a Recomendação de que os Estados Partes adotem para seus sistemas financeiros os princípios e normas básicas estabelecidos pelo Comitê da Basileia de Regulações Bancárias e Práticas de Supervisão, para a fixação dos níveis mínimos de capital com base nos ativos de risco.

XI GMC - Montevideu, 24/IX/1993.

ANEXO F – Decisão MERCOSUL/CMC/ nº. 12/94**PRINCÍPIOS DA SUPERVISÃO BANCÁRIA GLOBAL CONSOLIDADA**

TENDO EM VISTA: O Art. 13 do Tratado de Assunção, o Art. 10 da Decisão nº. 4/91 do Conselho Mercado Comum, a Resolução nº. 72/94 e a Recomendação nº. 11/94 do SGT nº. 4 "Políticas Fiscal e Monetária relacionadas com o Comércio".

CONSIDERANDO :

Que a preservação da solvência e da liquidez das instituições integrantes do sistema financeiro dos Estados Partes requer a adoção dos princípios da Supervisão Bancária Global Consolidada.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art. 1 - Os Estados Partes deverão adotar para seus órgãos reguladores e de fiscalização os princípios da Supervisão Bancária Global Consolidada consubstanciada nos parâmetros mínimos segundo práticas, princípios, técnicas e critérios internacionalmente recomendados e aceitos.

ANEXO G – Resolução MERCOSUL/GMC nº 1/96**CLASSIFICAÇÃO DE DEVEDORES E RISCO CREDITÍCIO**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, a Decisão Nº 10/93 do Conselho do Mercado Comum, a Resolução Nº 20/95 do Grupo Mercado Comum e a Recomendação Nº 1/96 do SGT Nº 4 "Assuntos Financeiros".

CONSIDERANDO

Que a Decisão Nº 9/95 do CMC aprova o "Programa de Ação do MERCOSUL até o ano 2000" para o aprofundamento do processo de integração em direção ao mercado comum, e que os sistemas financeiros dos Estados Partes constituem uma das áreas que acompanham este processo.

Que em virtude das características especiais que revestem as entidades financeiras é necessário que existam precauções e regulações mínimas para que a participação de tais entidades no processo de integração se desenvolva de forma ordenada e sem uma exposição a riscos indesejáveis para a estabilidade dos respectivos sistemas.

Que os Estados Partes estão estabelecendo regulações prudenciais em harmonia com os princípios que guiam a comunidade internacional, tais como uma série de standards mínimos impulsionados, particularmente, pelo Comitê de Basileia.

O GRUPO MERCADO COMUM RESOLVE:

Art. 1 - Os Estados Partes deverão adotar, para seus sistemas financeiros, os princípios e normas básicas estabelecidos pela comunidade financeira internacional para a classificação de devedores e provisionamento mínimo para a impossibilidade de cobrança, fundamentalmente segundo a capacidade de pagamento em função de seu fluxo de fundos.

Art. 2 - Os Estados Partes deverão harmonizar os critérios de fracionamento de risco creditício e as operações com empresas ou pessoas vinculadas conforme os princípios e normas básicas estabelecidos pela comunidade financeira internacional.

XXI GMC - Buenos Aires, 19 de abril de 1996.

ANEXO H – Decisão MERCOSUL/CMC nº. 9/98**PROTOCOLO DE MONTEVIDÉU SOBRE O COMÉRCIO DE SERVIÇOS DO MERCOSUL – ANEXOS COM DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS SETORIAIS E LISTAS DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS INICIAIS**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, a Decisão Nº. 13/97 do Conselho do Mercado Comum e as Resoluções Nº. 67/97 e 32/98 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a Dec. CMC 13/97 dispõe que os Anexos ao Protocolo de Montevidéu com disposições específicas setoriais sejam aprovados pelo Conselho do Mercado Comum.

Que a Dec. CMC 13/97 e o Protocolo de Montevidéu prevêm a aprovação pelo Conselho das Listas de Compromissos Específicos Iniciais dos Estados Partes.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art.1. Aprovar os seguintes Anexos ao Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL, que estabelecem disposições específicas setoriais:

Movimento de Pessoas Físicas Fornecedoras de Serviços
Serviços Financeiros
Serviços de Transporte Terrestre e Aquático
Serviços de Transporte Aéreo

Art. 2. Aprovar as Listas de Compromissos Específicos Iniciais dos Estados Partes.

Art. 3. Os Anexos ao Protocolo de Montevidéu mencionados no art. 1 constam como Apêndice I e fazem parte da presente Decisão.

As Listas de Compromissos Específicos Iniciais dos Estados Partes mencionadas no art. 2 constam como Apêndice II e fazem parte da presente Decisão.

Art. 4. A partir da data da aprovação da presente Decisão, serão iniciados nos Estados Partes os procedimentos internos necessários para a aprovação legislativa e ratificação do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL.

XIV CMC – Buenos Aires, 23/VII/98.

ANEXO I – Resolução MERCOSUL/GMC/ n°. 20/01**TRANSPARÊNCIA INFORMATIVA DOS SISTEMAS BANCÁRIOS**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, a Resolução N° 84/99 do Grupo Mercado Comum e a Recomendação N°. 02/01 do SGT N° 4 “Assuntos Financeiros”.

CONSIDERANDO:

Que a Resolução N°. 84/99, por meio da qual foi aprovada a Pauta Negociadora do SGT N°. 4 para o período 2000/01 nos temas sob a responsabilidade da Comissão dos Sistemas Financeiros, enfatizou, entre outros aspectos, a homogeneização dos sistemas informativos e o intercâmbio de dados sobre a evolução e funcionamento do setor financeiro.

Que se alcançou alguma harmonização nos critérios para um modelo de informação contábil, incluindo notas explicativas sobre as demonstrações contábeis e parecer da auditoria externa, dado que cada país adotou individualmente, como próprias, as normas contábeis profissionais internacionais aplicáveis à matéria.

Que, não obstante isso, subsistem diferentes critérios quanto ao alcance que se atribui em cada país à publicação de informação sobre solvência, liquidez, rentabilidade, volume de operações e outros indicadores relevantes sobre a situação individual das instituições financeiras e, em nível agregado, dos sistemas financeiros.

Que a transparência informativa sobre a situação do setor constitui um requisito inequívoco para promover a disciplina de mercado e a confiança a respeito dos sistemas financeiros.

Que as metas de trabalho do SGT N°. 4 foram orientadas no sentido de aperfeiçoar os sistemas financeiros a partir da perspectiva da integração dos setores financeiros de cada país.

Que tal fato determina a necessidade da publicação de informações sobre a situação dos sistemas financeiros de forma comparativa, constituindo requisito prévio a harmonização dos critérios a serem utilizados para o alcance de tal objetivo.

Que nesse sentido deve-se ter em conta as recomendações sobre a matéria que emanem do Comitê da Basiléia.

O GRUPO MERCADO COMUM RESOLVE:

Art. 1- Os Estados Partes deverão adotar para seus sistemas financeiros as regras de transparência informativa recomendadas pelo Comitê da Basiléia.

Art. 2- Os Estados Partes do MERCOSUL deverão incorporar a presente Resolução a seus ordenamentos jurídicos nacionais antes de 31/XII/2005.

XLII GMC – Assunção, 13/VI/01

ANEXO J – Quadro Comparativo de Normas – Brasil e Argentina

MERCOSUR - SGT 4 - Comisión de Sistema Financiero		
Cuadro Comparativo de Normas Sintetizado		
1. Ingreso a la actividad bancaria *		
	Argentina	Brasil
1.1 Capital mínimo para empezar a funcionar (en dólares, en moneda local e indicar si tiene cláusula de ajuste)	El capital básico para las entidades depende de su clase (ej. bco, caja de crédito u otro tipo) y de su categoría conforme la jurisdicción donde opera (p/bcos esta exigencia va desde \$25 mill-US\$8,3 mill a \$10 mill-US\$3,3 mill). El capital básico es de \$15 mill-US\$5 mill para las	Bcos. comerciales US\$ 9,9 mill.; Bcos. de inversión US\$ 7,1 mill.; Soc. de Crédito US\$ 3,9 mill.
1.1.1 ¿Para un banco local establecer una sucursal en el extranjero o una subsidiaria requiere un capital mínimo distinto?	No	BCB debe autorizar y debe ser cumplido en un 300% sobre lo exigido para instalar un banco comercial (además de los mínimos de capital y patrimonio líquido).
1.1.2 ¿Para un banco extranjero establecer una sucursal o subsidiaria en el país requiere un capital mínimo distinto?	No	No
1.1.3 Indicar si existen requisitos adicionales si el banco es de capital extranjero	No	Sí, debe autorizar el Presidente de la República de Brasil
1.2 ¿Está prohibido que una entidad extranjera empiece a funcionar a través de:		
1.2.1 Adquisición:	No está prohibido	No está prohibido - ver 1.1.2
1.2.2 Subsidiaria:	No está prohibido	No está prohibido - ver 1.1.2
1.2.3 Sucursal:	No está prohibido	No está prohibido - ver 1.1.2

**Para facilitar la comprensión/comparación de las normas algunas cuestiones han sido simplificadas y no se ha detallado la totalidad de las disposiciones vigentes en cada país.*

MERCOSUR - SGT 4 - Comisión de Sistema Financiero		
Cuadro Comparativo de Normas Sintetizado		
2. Capital*		
	Argentina	Brasil
2.1 ¿Cuál es el coeficiente mínimo de fondos propios/activos de riesgo requerido?	Para Riesgo de Crédito: 8% sector público y privado (aplicable a activos ponderados) y 10% para inmovilizados.	11%
2.1.1 ¿Se encuentran los activos de riesgo ponderados de conformidad con las directrices de Basilea?	Sí, en términos generales	Sí
2.2 ¿Varía el coeficiente mínimo en función de la calificación de cada banco?	Sí	No
2.3 ¿Existe un requisito de capital en función del riesgo de mercado? Sí-No	Sí	Sí, para riesgo cambiario, de tasa de interés fija y swaps.
2.4 ¿Existe un requisito de capital en función del riesgo de tasa de interés?	Sí	Sí
2.5 ¿Cuál era, al final del año 2007:		
2.5.1 el coeficiente efectivo de integración de capital sobre activos de riesgo, medidos utilizando las definiciones y ponderadores	16,72%	18,80%
2.5.2 el coeficiente efectivo de exigencia de capital sobre activos de riesgo, medidos utilizando las definiciones de Basilea '88? (aclarar los riesgos que comprende)	10,8% (con flexibilización temporal) 12% (sin flexibilización temporal)	11%
2.6 ¿Hay una exigencia de capital por riesgo de crédito especial para los activos del sector público? ¿Cuál es el porcentaje? ¿Hay otras exigencias de capital sobre estos activos por otros conceptos?	El requisito es de 8% (ponderador 100%) + exigencia por riesgo de tasa de interés (banking book) o exigencia por riesgo de mercado (trading book).	Títulos públicos nacionales: 0%. Títulos Estad. o Munic.: 100%. Asimismo están sujetos a los límites de concentración de riesgo por cliente.
2.7 ¿Cuál era, al final del año 2007, el coeficiente efectivo de: Capital / Activos (no ajustado en función de los riesgos) de los	10,15%	10,10%
2.8 ¿Se permite deuda subordinada como parte del capital?	Sí	Sí. Limitado al 50% del capital nivel I.
2.9 ¿Qué proporción de las ganancias de revalorización se permite como parte del capital? (revalúo técnico de activos inmovilizados, ajuste por inflación y ganancias no realizadas de activos con cotización que no están valuados a	Ninguna	El valor de las reservas de revalorización está limitado al 25% del patrimonio de referencia.
2.10 Al 31.12.07, proporción de los activos del sistema bancario en bancos...		
2.10.1 en los que el Estado tiene por lo menos el 50% de la propiedad?	40%	36,54%
2.10.2 que son por lo menos un 50% de propiedad extranjera?	27,9%	26,04%

2.11 ¿Se permite un criterio de contabilización distinto al valor de mercado para instrumentos con cotización habitual?	Si	Si. Para títulos mantenidos hasta el vencimiento, según IAS 39.
2.11.1 ¿Qué porcentaje del activo de las entidades, que teniendo valor de mercado, se valúa con un criterio diferente?	Son los títulos públicos que no se encuentran en el trading book: 13,5% del activo. Este porcentaje no incluye Lebacs ni Nobacs, que se encuentren registradas en cuentas de inversión.	No disponible.
2.11.2 ¿Cuál es la divergencia con el valor de mercado (%)?	11,9%	No disponible
2.11.3 ¿Existe un tope a esta divergencia? ¿De cuánto es?	Para algunos casos en los que el BCRA establece una convergencia a los valores de mercado.	No
2.12 Capital Básico: ¿Cuál es el capital mínimo requerido para funcionar (en dólares estadounidenses y/o moneda nacional, especificar cuál)?	El capital básico es de \$15 millones (US\$5 mill.) para las entidades en funcionamiento al 30-06-05. El capital básico para las entidades depende de su clase (si es banco, caja de crédito u otro tipo) y de su categoría otorgada conforme la jurisdicción donde opera. Para bancos esta exigencia va desde \$25 mill (US\$8,3 mill) a \$10 mill (US\$3,3 mill); para el resto de las entidades, excepto cajas de crédito, la exigencia va desde \$10 mill (US\$3,3 mill) a \$5 mill (US\$1,7 mill). Para cajas de crédito el capital básico se ubica entre \$100 mil y \$1 millón según la jurisdicción donde se radiquen.	El capital mínimo requerido para funcionar debe ser el mayor entre capital mínimo de ingreso y el exigido con base en la exposición, siguiendo la metodología de Basilea.
2.12.1 Circunstancias particulares o generales que permitan una atenuación de los requisitos de capital (franquicias) que no constituyan Plan de Re-encuadramiento o Adecuación Patrimonial.	Los bancos que se instalen en zonas con menor oferta de servicios bancarios, tienen niveles decrecientes de exigencia de capitales mínimos (zona I \$25mill; II \$14 mill; III \$12,5 mill y IV \$10 mill).	Las instituciones que tienen la matriz o por lo menos el 90% de sus agencias fuera de los Estados de Río de Janeiro y San Pablo tienen una reducción del 30% en el valor del capital mínimo.

**Para facilitar la comprensión/comparación de las normas algunas cuestiones han sido simplificadas y no se ha detallado la totalidad de las disposiciones vigentes en cada país.*

Fonte: BACEN. Elaborado a partir do Quadro Comparativo disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/Rex/SGT4/Ftp/Quadro_Comp_Sint_012007.xls>. Acesso em: 27 abr. 2009.

ANEXO K – Programa de Trabalho 2008-2009 SGT n.º 4 MERCOSUL

6. PROGRAMA DE TRABALHO 2008 - 2009 Os quadros a seguir contêm a avaliação do grau de cumprimento do Programa de Trabalho 2008 e o Programa de Trabalho de 2009 para a Comissão do Sistema Financeiro. ÓRGÃO: SGT-4 Assuntos Financeiros Comissão do Sistema Financeiro PROGRAMA DE TRABALHO 2008						
Título Da Atividade	Ref. pauta	Descrição da Atividade	Tipo (1)	Caracterização (2)	Origem	Data de Conclusão Estimada
GMC			Outro			
1. Cumprimento dos Princípios Básicos para uma Supervisão Bancária Eficaz.	N/A	Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios Básicos para uma Supervisão Bancária Eficaz, utilizando a metodologia proposta pelo Comitê de Basiléia.	(D)		Permanente	Decisão CMC Nº 10/93
2. Harmonização das normas que regulam os sistemas bancários.	N/A	Avaliação dos avanços na harmonização das normas que regulam os sistemas bancários.	(D)		Permanente	Plano de Trabalho CSF 2008
2.1. Atualização do Cuadro Comparativo de Normas (CCN) sintetizado.	N/A	Atualizar com informação de dezembro de 2007 para publicação na página web do SGT Nº 4.	Permanente		Plano de Trabalho CSF 2008	Maio 2008
2.2. Atualização do Cuadro Comparativo de Normas (CCN) completo.	N/A	Atualizar com informação de diciembre de 2007	Permanente		Plano de Trabalho CSF 2008	Maio 2008
3. Novo Acordo de Capital de Basiléia (Basiléia II).	N/A	Avançar na aplicação do Novo Acordo de Capital de Basiléia.	(D)		Permanente	Plano de Trabalho CSF 2008
3.1 Realização de dois seminários técnicos sobre temas relacionados a Basiléia II.	(D)	Específica	Plano de Trabalho CSF 2008		Realizado Seminario sobre Basiléia II no BCRA em Maio de 2008 Realizado Seminário sobre Risco Operacional em Agosto de 2008, em São Paulo.	
4. Mapa de Assimetrias em Serviços Financeiros	Realizar as tarefas conforme as instruções fornecidas pela Coordenação Nacional	(D)	Específica		Plano de Trabalho CSF 2007	Dezembro 2008
(1) Indicar Código, dependiendo de instrucciones del GMC: (A) = Negociación Acuerdo (B) = Implementación Acuerdo (C) = Diagnóstico (D) = Seguimiento			(2) Indicar carácter: - Específico - Permanente			

ORGÃO: SGT Nº 4 - Assuntos Financeiros Comissão do Sistema Financeiro PROGRAMA DE TRABALHO 2009						
Título da Atividade	Ref. pauta	Descrição da Atividade	Tipo (1)	Caracterização (2)	Origem	Data de conclusão estimada
GMC			Outro			
1. Cumprimento dos Princípios Básicos para uma Supervisão Bancária Eficaz	N/A	Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios Básicos para uma Supervisão Bancária Eficaz, utilizando a metodologia proposta pelo Comitê de Basiléia	(D)		Permanente	CMC Decisão Nº 10/93
2. Harmonização das normas que regulam os sistemas bancários	N/A	Avaliação dos avanços na harmonização das normas que regulam os sistemas bancários	(D)		Permanente	Plano de Trabalho CSF 2009
2.1. Atualização do Cuadro Comparativo de Normas (CCN) sintetizado	N/A	Atualização com informação para dezembro de 2008 para publicação na página web do SGT Nº 4	Permanente		Plano de Trabalho CSF 2009	Maio de 2009
2.2. Atualização do Cuadro Comparativo de Normas (CCN) completo	N/A	Atualização com informação para dezembro de 2008	Permanente		Plano de Trabalho CSF 2009	Maio de 2009
3. Novo Acordo de Capital de Basiléia.	N/A	Avançar na aplicação do Novo Acordo de Capital de Basiléia	(D)		Permanente	Plano de Trabalho CSF 2009
3.1 Realização de dois seminários técnicos sobre temas relacionados ao Novo Acordo de Capital	(D)	Específica	Plano de Trabalho CSF 2009		Realização de Seminários sobre Basilea II em BCP Maio 2009 e BCU Nov 2009	
4. Mapa de Assimetrias em Serviços Financeiros	Realizar as tarefas conforme as instruções fornecidas pela Coordenação Nacional	(D)	Específica		Plano de Trabalho CSF 2009	Março de 2009
5. Acompanhamento das Recomendações Internacionais Relativas à Crise Financeira	N/A	Acompanhar as boas práticas de gestão de riscos em cada país, bem como os planos de convergência às normas contábeis internacionais e as medidas de transparência em matéria financeira.	(D)	Específica	Coordenadores Nacionais	Dezembro 2009
(1) Indicar Código, dependendo das instruções do GMC: (A) = Negociação Acordo (B) = Implementação Acordo (C) = Diagnóstico (D) = Seguimento				(2) Indicar caráter: Específico Permanente		